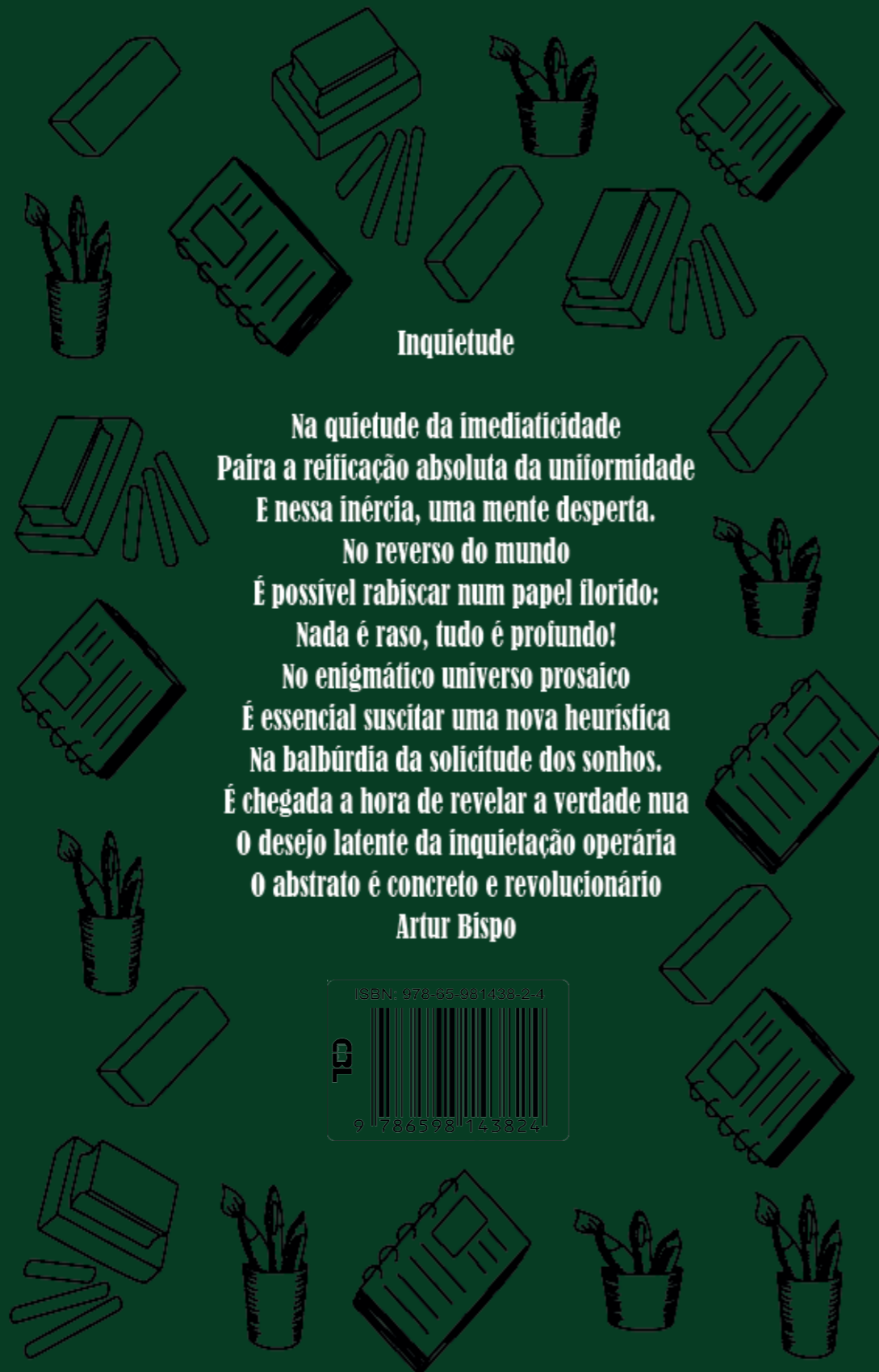


Artur Bispo possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (1993), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2007) e pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (2020). Atua como professor Associado IV na Universidade Federal de Alagoas, nos cursos de Filosofia e Serviço Social. É Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Participa do Grupo de Pesquisa em Reprodução Social e do Grupo de Filosofia e Educação e Ensino de Filosofia. Suas pesquisas estão relacionadas aos temas: capital e trabalho, estética e ética, educação e formação socioeconômica do Brasil.

Tatiana Félix possui pós-doutorado, doutorado, mestrado e graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas - Campus A.C. Simões. Foi docente em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas - Campus A. C. Simões (2013-2017), Faculdade Raimundo Marinho - FRM/Maceió (2013) e Instituto de Ensino Superior Santa Cecília - IESC/Arapiraca (2013-2016). Atuou como Assistente Social na Secretaria Municipal de Assistência Social em Viçosa/Alagoas (2013). Participa do grupo de pesquisa sobre Reprodução Social, atuando na linha de pesquisa Fundamentos da Sociabilidade Humana, Questão Social e Serviço Social, Reprodução Social e Processos de Trabalho. Suas pesquisas estão relacionadas aos temas: Capital, Trabalho e Desemprego em Karl Marx e a dimensão crônica do desemprego na hipertrofia do capital financeiro em François Chesnais e István Mészáros.



Inquietude

**Na quietude da imediatividade
 Paira a reificação absoluta da uniformidade
 E nessa inércia, uma mente desperta.
 No reverso do mundo
 É possível rabiscar num papel florido:
 Nada é raso, tudo é profundo!
 No enigmático universo prosaico
 É essencial suscitar uma nova heurística
 Na balbúrdia da solicitude dos sonhos.
 É chegada a hora de revelar a verdade nua
 O desejo latente da inquietação operária
 O abstrato é concreto e revolucionário**

Artur Bispo



ARTUR BISPO
 TATIANA FÉLIX

PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA



ARTUR BISPO
 TATIANA FÉLIX

PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA



Manifesto do Instituto
 Trabalho Associado

O Instituto Trabalho Associado surge da iniciativa de militantes, pesquisadoras e pesquisadores preocupados com o enfrentamento da sociedade capitalista para sua transformação radical. Coloca-se como um espaço para a produção e a disseminação de conhecimento que possa contribuir com a práxis revolucionária, entendendo que não se faz revolução sem teoria revolucionária, mas que também, como diria Marx, “a disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento - que é isolado da prática - é uma questão puramente escolástica”. É preciso falar de socialismo hoje. É necessário transformar a sociedade agora! Com efeito, o Instituto Trabalho Associado se insere na batalha das ideias para combater a ciência burguesa e a sua dinâmica produtivista, mas também cumpre o papel de combater as teorias reformistas, uma vez que estas teorias atrapalham a classe trabalhadora na sua tarefa histórica de destruição do capitalismo. Numa conjuntura de crise estrutural do capital, em que todas as dimensões da sociedade se encontram em crise ao mesmo tempo, a classe trabalhadora paga o preço desse processo. Para que continue existindo alguns bilionários, trabalhadoras e trabalhadores estão sendo cada vez mais explorados, em que seus direitos estão, literalmente, sendo destruídos e não há possibilidade de nenhum avanço ou ganho para estes em meio ao sistema do capital. O que o capitalismo pode e vai continuar oferecendo à classe trabalhadora é fome, miséria, pandemia, violência, desemprego, entre outras mazelas. Não podemos alimentar mais ilusões de conquistas dentro da ordem, pois a ordem burguesa é contrária à classe trabalhadora. Os interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores só podem ser conquistados com a luta para além da ordem estabelecida, ou seja, para além do capital.

**ARTUR BISPO
TATIANA FÉLIX**

**PARA ALÉM DA
EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA**



Arapiraca | Alagoas | 2023

Conselho Editorial do Instituto Trabalho Associado

Diego de Oliveira Souza (Presidente) – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Artur Bispo dos Santos Neto (Secretário) – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Mônica Regina Nascimento dos Santos – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Lorraine Marie Farias de Araujo – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Lígia dos Santos Ferreira – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Talvanes Eugênio Maceno – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Aline Soares Nomeriano – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Sóstenes Ericson Vicente da Silva – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Virgínia Silva Santos – Instituto Federal de Rondônia (IFRO)
Silvio Rosa Filho – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Claudia Alves Durans – Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Jenny Andrea Torres Peña – Universidad Distrital Francisco José de Caldas: Bogotá, CO
Camila Pereira Abagaro – Universidad de la Salud de la Ciudad de México (UNISA)

Diagramação: Lorraine Marie Farias de Araujo

Capa: Lorraine Marie Farias de Araujo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bispo, Artur
Para além da educação empreendedora [livro eletrônico] / Artur Bispo, Tatiana Félix. --
1. ed. -- Arapiraca, AL : Instituto Trabalho Associado, 2023.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-981438-2-4

1. Ciências sociais 2. Educação 3. Fetichismo
I. Félix, Tatiana. II. Título.

23-175064

CDD-370.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Aspectos sociais 370.19

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

CERTIFICADO DE REGISTRO DE DIREITO AUTORAL
A Câmara Brasileira do Livro certifica que a obra intelectual descrita abaixo, encontra-se registrada nos termos e normas legais da Lei nº 9.610/1998 dos Direitos Autorais do Brasil. Conforme determinação legal, a obra aqui registrada não pode ser plagiada, utilizada, reproduzida ou divulgada sem a autorização de seu(s) autor(es).

1ª Edição 2023
Instituto Trabalho Associado
www.institutotrabalhoassociado.com.br

ARTUR BISPO
TATIANA FÉLIX

PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA



Arapiraca | Alagoas | 2023

Comissão Editorial - Instituto Trabalho Associado 2023

Lorraine Marie Farias de Araujo
Diego de Oliveira Souza
Artur Bispo dos Santos Neto
Mônica Regina Nascimento dos Santos
Marcos de Oliveira Silva
Henrique Felix Santos
Maria Aparecida Ferreira dos Santos Feitosa
Carlos Antonio Vasconcelos de Oliveira Júnior
Victória Régia Ferreira Barbosa
Jonathan Smith Melquiades Cezar
Fernando Emannuel Vicente da Silva
Christiane Batista Araujo
Elaine Nunes Silva Fernandes
Verônica Ferreira Pinto

Nosso agradecimento à Fapeal (Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas) pelo financiamento do projeto de pesquisa denominado “A dialética do capital financeiro e seu reflexo na economia alagoana” – Edital N° 003/2022: Processo n° E:60030.0000001412/2022 –, que resultou na constituição dos capítulos terceiro, quarto, quinto e sexto deste livro.

SUMÁRIO

Inquietude

Na quietude da imediaticidade
Paira a reificação absoluta da uniformidade
E nessa inércia, uma mente desperta.

No reverso do mundo
É possível rabiscar num papel florido:
Nada é raso, tudo é profundo!

No enigmático universo prosaico
É essencial suscitar uma nova heurística
Na balbúrdia da solicitude dos sonhos.

É chegada a hora de revelar a verdade nua
O desejo latente da inquietação operária
O abstrato é concreto e revolucionário

Artur Bispo

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO PRIMEIRO:	
FETICHISMO DA MERCADORIA COMO FUNDAMENTO DO CONHECIMENTO TECNOLÓGICO.....	21
CAPÍTULO SEGUNDO:	
A EDUCAÇÃO NA CONCEPÇÃO DIALÉTICA DE JUVENTUDE	39
CAPÍTULO TERCEIRO:	
CRÍTICA DA EDUCAÇÃO COMO “CAPITAL HUMANO”.....	56
CAPÍTULO QUARTO:	
A INSERÇÃO PRIVATISTA DA FUNDAÇÃO LEMANN NA EDUCAÇÃO PÚBLICA	69
CAPÍTULO QUINTO:	
O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ALAGOAS MEDIANTE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	87
CAPÍTULO SEXTO:	
A NATUREZA DOS TRÊS FUNDOS DA “ALAGOAS PREVIDÊNCIA” E O PROCESSO DE ESPOLIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	114
CAPÍTULO SÉTIMO:	
O REFLEXO DA EDUCAÇÃO NA ESFERA DO CAPITAL SOB UMA AMEAÇA APOCALÍPTICA DA BARBÁ-	

RIE.....	140
CAPÍTULO OITAVO:	
A PEDAGOGIA DE UMA NOVA INTERNACIONAL	
SOCIALISTA.....	152
CONCLUSÃO.....	170

INTRODUÇÃO

No contexto de crise do sistema, a burguesia passou a desdenhar da proposta que ela mesma constituiu no passado, de uma educação alinhada à formação para a cidadania e para a igualdade de condições entre homens e mulheres. A noção de igualdade é substituída pela noção de meritocracia, de educação dirigida para a satisfação do cliente e que trata o educando como investidor e empreendedor. Com isso, desloca-se a responsabilidade da educação da esfera pública para a esfera privada, e a palavra de ordem transita para a privatização de todas as esferas da vida humana. Esse processo cresceu significativamente porque contou com o respaldo das corporações que determinam e influenciam poderosamente os governos de plantão da burguesia, que representam os interesses do grande capital, retirando os direitos dos trabalhadores.

O termo privatização já denota que ela tem como imperativo privar os trabalhadores dos direitos sociais e do acesso a uma série de benefícios. Como se não bastasse o fato de a sociedade burguesa emergir da privação dos trabalhadores dos meios de produção e dos meios de subsistência, o proletariado é privado das condições necessárias para a reprodução de sua existência como classe social.

A aplicação das medidas neoliberais tem representado o aprofundamento das contradições sociais, pois em nada minimizou as contradições que afirmava combater. A despeito do fracasso objetivo das medidas neoliberais, a ideologia continua viva e vigorosa, apresentando-se como uma solução abrangente e universal para combater os males da humani-

dade criados pelo próprio sistema. Tem sido bem-sucedida na perspectiva de apontar ideologicamente a falência da educação burguesa como dotada de capacidade e “com poderes de produção notáveis; o acesso universal à cultura escrita, letrada, científica e técnica pela educação pública e instituições culturais torna-se uma utopia irrealizável” (Laval, 2004, p. XV).

Para a ideologia neoliberal, a escola deve ser uma espécie de criada de quarto dos imperativos do mercado, e toda a sua estrutura interna deve ser modelada segundo os preceitos econômicos relacionados ao lucro e ao sucesso a qualquer custo. Os determinantes econômicos devem moldar os preceitos culturais, educacionais, políticos e sociais. Assim, a escola configura-se como apêndice da empresa da mesma maneira que o trabalhador configura-se como apêndice das máquinas inteligentes. A subordinação da escola aos imperativos da empresa implica a completa subsunção de suas bases precedentes, com a transformação dos seres humanos em mercadorias mediante a lógica empreendedora.

A educação como empreendimento constitui uma matriz fundamental do modo de produção capitalista no tempo histórico de aprofundamento da crise do sistema do capital. Essa concepção encontrou nos teóricos do capital humano sua primeira manifestação na década de 1950 e ganhou notabilidade com as medidas neoliberais na década de 1980, quando a ideologia empreendedora se ergueu para encobrir as contradições, paradoxos e conflitos inerentes ao sistema assentado na apropriação do tempo de trabalho excedente do trabalhador.

A arrumação ideológica do trabalhador como senhor de seu próprio negócio e não como vendedor de sua força de trabalho como mercadoria tem se constituído como peça essencial na tentativa desesperada do capital para deslocar suas contradições, obliterando as condições objetivas que emolduram o sistema econômico forjado na completa espoliação

dos meios de produção e dos meios de subsistência dos camponeses e dos povos originários, bem como na transformação desses produtores em seres humanos destituídos das condições materiais para reproduzir sua existência objetiva.

A referida ideologia procura esconder as condições materiais que forjam as classes sociais e a impossibilidade de todos serem capitalistas, pois esse modo de produção resta consolidado na divisão entre os proprietários dos meios de produção e os destituídos dos meios de produção e subsistência, ou seja, entre a burguesia e o proletariado.

A arrumação ideológica, constituída pelos apologetas do sistema do capital, de todos os seres como empresários mediante a adoção fantasmagórica do empreendedorismo, não passa de um artifício retórico para atenuar a luta de classes e quebrar a espinha dorsal dos movimentos dos trabalhadores que resistem tenazmente ao sistema. Os elementos adotados para qualificar o empreendedorismo simplesmente não dizem nada, porque eles não passam de um ardil para manipular as mentes e os corações que imaginam ser possível ascender socialmente mediante o exclusivismo de suas atitudes pessoais, como autoconfiança no mercado e em si mesmo, capacidade criativa, confiança diante do fracasso, automotivação, capacidade para enfrentar e correr riscos, espírito de liderança, otimismo da vontade etc.

Os aspectos psíquicos e subjetivos constituem a quintessência do empreendedorismo. A supervalorização da subjetividade implica a crença na capacidade de redenção e salvação econômica mediante o esforço pessoal, a determinação individual e a meritocracia.

A noção do burguês como um indivíduo empreendedor foi sistematizada pela primeira vez pelo economista francês Jean Baptiste Say

(1810). Ele é considerado pelos defensores do neoliberalismo como o pai do empreendedorismo; tal conceito relaciona-se à personalidade capaz de deslocar e transferir recursos econômicos de um setor com baixa produtividade para outro dotado de elevada produtividade. Schumpeter (1985, p. 47) considera o empreendedor como o “agente do processo de destruição criativa que aciona e mantém em marcha o motor capitalista, criando novos produtos, novos mercados e sobrepondo-se aos antigos métodos menos eficientes e mais caros, revolucionando sempre a estrutura econômica [...] e criando uma nova”.

Para Schumpeter, o sucesso do empresário geralmente procede da capacidade de inovação que demarca a aspiração lucrativa do capitalista, ou seja, da capacidade de colocar em movimento um processo de “destruição criativa” no qual os empreendedores são criaturas capazes de romper o movimento regular e cotidiano da economia mediante o estabelecimento de vetores dinâmicos, fazendo algo similar ao que acontece quando uma nova mercadoria é inserida no mercado e culmina por superar a antiga. O advento da nova mercadoria presume a constituição de novas estruturas de produção e de novas formas de circulação.

Essa dinâmica acaba determinando também os hábitos dos consumidores, o que denota a relação dialética existente entre produção, circulação e consumo. No entanto, não é possível entender o desenvolvimento das forças produtivas a partir da simples vontade do capitalista. Schumpeter desconsidera o movimento imanente das forças produtivas e como ele opera de forma autônoma em relação à subjetividade do empresário ou empreendedor. A sua vontade jamais emana de forma desarticulada das condições objetivas, pois a composição do mercado exerce a função exemplar de senhorio absoluto. O capitalista que não se submete às regras estabelecidas pelo mercado naufraga completamente

em seus rochedos implacáveis.

Schumpeter compreende o empresário empreendedor como uma espécie de mônada e como o grande responsável pelas mudanças radicais que se processam nas relações socioeconômicas. Tudo parece passar pela genialidade dessa personagem que simula exercer função modelar no desenvolvimento das relações capitalistas e no processo de expansão do capital num contexto de crise.

O empreendedor não é necessariamente um capitalista; ele pode fazer parte do corpo de funcionários que exercem as funções de controle e comando do trabalho em nome do capitalista. A figura decantada pelos teóricos da burguesia exerce, na verdade, funções auxiliares e subordinadas dentro da estrutura do sistema do capital; em verdade, não passa de correia de transmissão da reprodução dos interesses do capital sobre o trabalho.

Assim, o empreendedor não comparece diretamente como o proprietário dos meios de produção e dos meios de subsistência, mas é alguém que precisa vender sua força de trabalho e que colabora no processo de reprodução do sistema do capital. A participação na direção das empresas e dos negócios pertence ao grupo seletivo dos empresários e de executivos, que não implica a inserção direta do empreendedor. O empreendedor não passa de um ardil ideológico que serve para capturar a subjetividade dos trabalhadores numa época de crise do sistema do capital.

O sucesso do indivíduo empreendedor é a revelação fundamental de como o tempo histórico da burguesia decadente imperialista petrificou a noção do homem isolado e do homem como uma ilha em oposição contínua à totalidade social. A ideologia empreendedora revela isso quan-

do estabelece os preceitos pessoais como essenciais para enfrentar a crise econômica; tudo depende da intervenção subjetiva expressa na autoconfiança, da capacidade de iniciativa, da persistência, da eficiência, do comprometimento, de estabelecer metas e da persuasão.

A persuasão é fundamental no sistema de vendas, pois o vendedor deve reunir com maestria as habilidades de uma artista na arte da representação. Na verdade, o vendedor pouco está interessado na essencialidade da mercadoria; ele está tão só interessado na comissão que vai receber e nas metas estabelecidas. Nesse périplo, todas as habilidades da retórica destinam-se a convencer o comprador. No grande mundo dos negócios, os preceitos éticos e morais são completamente descartados, já que constituem elementos impeditivos do processo de produção do valor e realização do valor.

Através da pedagogia empreendedora, o sistema do capital constitui um exército de indivíduos dispostos a vender sua alma para reproduzir sua existência no interior do sistema. A educação voltada para despertar vocações empreendedoras não passa de uma falsa mediação, pois é inócua para resolver o problema estrutural do desemprego mundial.

Os futuros empreendedores devem desconsiderar o desiderato desumano do sistema, sua natureza monstruosa e vampiresca, ou seja, como esse sistema se forja explorando a força de trabalho e lançando na miséria bilhões de seres humanos nos tempos hodiernos. No entanto, a educação empreendedora não pode encobrir a natureza monstruosa do sistema do capital, porquanto dezenas de milhares de pequenos empresários e empreendedores são sacrificados no altar do capital cotidianamente. A reiterada apologia dos ideólogos do capital

não pode ocultar a natureza implacável do sistema para a concentração de riqueza, de um lado, e a concentração de pobreza, do outro.

Num contexto em que os trabalhadores não se veem como trabalhadores, mas como empreendedores, o presente texto procura refletir criticamente sobre a introdução desse preceito ideológico no interior da escola pública, bem como acerca dos determinantes que forjam o processo de privatização da escola pública mediante as novas parcerias público-privadas.

O primeiro capítulo tem como propósito analisar a peculiaridade do fetichismo que prescreve a informática nos tempos hodiernos, em que a mistificação emanada do universo da mercadoria alcança sua mais elevada configuração. A forma de fetichismo analisada por Karl Marx em sua obra *O capital* serve como ponto de inflexão para a elucidação da particularidade da informática. As análises operacionalizadas por Prado e Teixeira são pressupostos basilares à apreensão das vicissitudes do fetichismo que moldam o conhecimento científico-tecnológico na contemporaneidade. Por fim, buscar-se-á, pela mediação das considerações desenvolvidas por István Mészáros, destacar como o conhecimento científico-tecnológico imposto pela reprodução do capital precisa ser completamente superado por uma forma de organização da produção centrada no trabalho associado e não mais no trabalho abstrato.

O segundo capítulo expõe alguns elementos para pensar a cultura na perspectiva dialética de juventude. Primeiramente, observar-se-á como a dialética marxiana consiste numa mediação essencial para entender o *topos* da juventude nos tempos hodiernos, pois a contradição perpassa o sistema do capital, e as relações dos indivíduos entre si ocorrem de maneira alienada, fetichizada e reificada. Segundo, ressaltar-se-á como

a concepção dialética configura-se como mediação essencial para entender a peculiaridade da categoria etária da juventude e também a categoria política da juventude, em que a consciência de classe para-si se revela nas ocupações das escolas públicas e na cultura Hip-Hop. Nesse processo, observa-se como as ocupações das escolas públicas e a cultura Hip-Hop se forjam como elementos de ruptura com o sistema fundado na reificação da juventude trabalhadora. Para desenvolver a cultura na concepção dialética de juventude, recorrer-se-á à contribuição teórica de Marx (2013; 1974), Groppo & Silveira (2020), Bruno Borja (2020), Oliveira (2015) e Botelho (2018).

O terceiro capítulo pretende escrutinar de maneira sumária a ideologia do “capital humano”, apontando como o processo de fetichização, que constitui o sistema do capital, carece de uma plêiade de mecanismos e mediações de segunda ordem para assegurar a completa subsunção da consciência trabalhadora ao sistema assentado na apropriação do tempo de trabalho excedente. Observar-se-á como a referida ideologia responsabiliza os trabalhadores pelo desemprego crônico, constituindo-se como uma espécie de mecanismo para encobrir os limites do capital num contexto de uma crise que afeta seus pilares essenciais. Por fim, destacar-se-á como os preceitos neoliberais da escola-empresa penetram no interior da escola e da universidade pública, e como o modelo toyotista, da qualidade total e do trabalho polivalente, representa uma completa reviravolta na formação sustentada pelo pacto fordista-taylorista. Na esfera da educação, recorrer-se-á à teoria marxiana e às contribuições teóricas de Christian Laval, Gaudêncio Frigotto e István Mészáros.

O quarto capítulo busca perscrutar a capilaridade das parcerias público-privadas (PPPs) pela mediação da análise da intervenção

da Fundação Lemann (FL) na educação tanto da classe política dirigente quanto dos gestores e educadores das escolas públicas brasileiras. Num primeiro momento, aborda-se a particularidade das PPPs como modalidade específica de privatização, bem como a ideologia que lhe serve de sustentação: o empreendedorismo. Num segundo instante, buscar-se-á apresentar o *modus operandi* de atuação da FL no universo da educação pública, enquanto espaço privilegiado de propagação de seus preceitos e valores neoliberais. Observar-se-á que a lógica empreendedora, postulados pela FL, servem aos imperativos da reprodução do capital numa etapa de crise das organizações tradicionais. Para operar a análise da peculiaridade da ideologia difundida pela FL aos partícipes da classe política dirigente e dos gestores e educadores da educação pública, recorrer-se-á às investigações desenvolvidas por Marx (2013), Harvey (2004) etc.

O quinto capítulo busca destacar os fundamentos do processo de expropriação dos 304 imóveis das escolas públicas na perspectiva de atender aos imperativos do capital. Sua entrega à Alagoas Previdência oblitera o interesse consignado nas parcerias público-privadas. Pela análise do Decreto Lei nº 8.759, pretende-se desvelar o protagonismo da Fundação Lemann no processo de privatização da educação pública alagoana, em que a privatização operacionalizada internamente será seguida pela privatização das escolas públicas. Será enfocada a peculiaridade da espoliação expressa na entrega dos imóveis das escolas públicas estaduais mediante a análise crítica do Decreto nº 8.759.

O sexto capítulo aborda as metamorfoses verificadas na esfera do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos ativos e inativos do Estado de Alagoas ao longo das primeiras décadas do século XXI e, particularmente, como se deu o processo de extinção do Ipaseal (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de

Alagoas) e a constituição da Alagoas Previdência, segundo os imperativos da acumulação de excedente para atender ao sistema financeiro, que tem na previdência complementar (fundos de pensão) e no sistema de capitalização seus verdadeiros interessados. A contraposição ao discurso hegemônico, concentrado na afirmação do déficit financeiro do RPPS dos servidores estaduais, passa pela análise meticulosa dos fundos (previdenciário, financeiro e militar) que constituem a Alagoas Previdência. Pela mediação da análise do processo de constituição e composição da peculiaridade dos três fundos previdenciários, será possível apresentar um diagnóstico do quadro de arrecadação do Regime Próprio de Previdência dos servidores, em que se patenteia a contradição estabelecida entre o regime de repartição simples (fundo financeiro e fundo militar) e o regime de capitalização (fundo previdenciário). Para desvelar a natureza do referido sistema previdenciário, recorrer-se-á à análise crítica da Lei Orçamentária Anual (PLOA) de Alagoas (2022), dos relatórios de governança da Alagoas Previdência (2019-2021), dos balanços gerais da Secretaria da Fazenda e das Leis e Decretos estabelecidos no século XXI.

O sétimo capítulo anuncia uma reflexão da educação na esfera do capital sob a ameaça de uma via apocalíptica da barbárie, com base em István Mészáros, David Harvey e Karl Marx. O caráter destrutivo e contrarrevolucionário do capital em seus limites absolutos ativa a iminência de uma via apocalíptica da barbárie, uma ameaça massiva a vida no planeta terra. A educação funcional aos preceitos do capital contribui para um crescimento desordenado das contradições e desumanizações que nascem nas entranhas do movimento de expansão da acumulação capitalista. A educação voltada para o capital, forjada pelos interesses dominantes, não deflagra uma educação transformadora

que legitime os interesses sociais e humanos em primeira instância. O capital é barbárie em essência e a via apocalíptica da barbárie torna-se uma evidência diante dos reflexos dos fetiches mercadológicos de desejos que acorrentam e entrelaçam coisas, corpos e almas.

O oitavo capítulo segue a linha de argumentação adotada por István Mészáros no artigo publicado, em setembro de 2016, na Revista Digital *Comuneiro*, denominado “Reflexões sobre a Nova Internacional”. A proposta de formação da Nova Internacional constitui-se numa clara tentativa de superar as perspectivas que circunscrevem o legado marxiano ao terreno meramente escolástico e ao universo do academicismo universitário. Isso implica o reconhecimento de que a teoria marxiana não é um mero movimento de abstração e apreensão das contradições inerentes às conexões e processos sociais, mas uma intervenção revolucionária nos processos objetivos apreendidos e elucidados, em que a teoria ganha corolários materiais e revela-se como teoria-prática em movimento, capaz de subverter e superar as contradições da realidade na perspectiva do trabalho.

Nosso agradecimento à Fapeal (Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas) pelo financiamento do projeto de pesquisa denominado “A dialética do capital financeiro e seu reflexo na economia alagoana” – Edital N° 003/2022: Processo n° E:60030.0000001412/2022 – , que resultou na constituição dos capítulos terceiro, quarto, quinto e sexto deste livro.

Referências

LAVAL, Christian. **Escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em

ataque ao ensino público. Trad. Mana Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Maceió, 02 de junho de 2023

Autores

CAPÍTULO PRIMEIRO: FETICHISMO DA MERCADORIA COMO FUNDAMENTO DO CONHECIMENTO TECNOLÓGICO¹

Artur Bispo

É fundamental salientar não somente a relação existente entre ciência e desenvolvimento das forças produtivas, mas submeter ao escrutínio crítico a peculiaridade do conhecimento científico-tecnológico no interior do sistema do capital e, particularmente, a natureza fetichista incorporada pela informática no processo de ascendência do capital financeiro e a sua necessidade incomensurável de economizar tempo de trabalho. Para apreender o papel primordial ocupado pelo conhecimento científico-tecnológico no processo de configuração do capital financeiro, é essencial recuperar a compreensão marxiana do fetichismo da mercadoria e como essa forma específica de fetichização das relações sociais consiste numa forma elementar para a compreensão do fetichismo da informática.

Cumpre salientar que a crítica marxiana à categoria da mercadoria em *O capital*, e conseqüentemente da informática, não é romântica ou utópica, mas uma crítica que emana da investigação da arquitetura do capital. A análise ontológica do movimento interno e externo da mercadoria aponta para a existência de um movimento duplicado, expresso no valor-de-uso e valor, trabalho concreto e trabalho abstrato, forma relativa e forma equivalente do valor etc.

Intenta-se recuperar neste ensaio o movimento propedêutico de formação da mercadoria para entender como o fetichismo da informática

¹ Texto foi publicado na Revista *Argumentum*, Vitória, v. 14, n. 2, p. 85-96, maio/ago. 2022. ISSN 2176-9575.

decorre do trabalho abstrato, enquanto núcleo central do processo social que sustenta o fetichismo do sistema do capital. A efetiva apreensão da natureza fetichista do conhecimento científico-tecnológico e da informática passa pelo entendimento do fetichismo da mercadoria, em que o capital financeiro se configura como a forma mais misteriosa para operacionalizar a economia de tempo de trabalho da história.

1.1 Alienação e fetichismo da mercadoria

A apreensão do fetichismo (*Fetischismus*) passa necessariamente pelo entendimento da categoria da alienação. É impossível apreender a essência do fetichismo sem compreender a teoria da alienação (*Entäußerung, Entfremdung, Veräußerung*) em Marx. Isso denota que o fetichismo se constitui como uma manifestação específica da alienação. Segundo Netto (1981, p. 59-60), “a concepção marxiana de fetichismo supõe uma teoria da alienação...”, e ainda: “O fetichismo põe, necessariamente, a alienação – mas *fetichismo e alienação não são idênticos*” (Netto, 1981, p. 74, grifos do autor). Embora o conceito de fetichismo esteja ligado à teoria da alienação marxiana, essas categorias não são similares.

Isso implica o reconhecimento de que a alienação se configura como uma categoria mais rica de determinações que o fetichismo e a reificação, pois envolve determinantes que transcendem o movimento imanente do fetichismo e da reificação, enquanto formas mais acabadas de manifestação da alienação expressa no modo de produção capitalista. A alienação perpassa todas as esferas da vida social, inscrevendo-se ubiquamente no processo de afastamento do indivíduo em relação à natureza, a si mesmo, ao outro homem e à sua espécie (Marx, 1993). A alienação é uma espécie de ação em que os indivíduos, grupos, instituições e sociedade não se reconhecem em sua produção e reprodução social, em que se opera um distanciamento do produtor em relação à produção criada socialmente. Apesar de a alienação não constituir uma exclusividade do modo de produção capitalista, podendo ser encontrada nas distintas formações sociais assenta-

das na propriedade privada, Marx concentrou sua atenção na perspectiva de elucidar a anatomia da sociedade burguesa. A alienação que realmente lhe interessava era a alienação do homem na sociedade capitalista. Ressalta Mészáros (2006, p. 223): “E Marx não considerou a alienação como uma ‘dimensão fundamental da história’, mas como a questão central de uma determinada fase da história”.

A teoria da alienação expressa *in statu nascendi* nos *Manuscritos de 1844* encontrou seu coroamento em *O capital*, quando Marx delineia a natureza do fetichismo da mercadoria (valor de uso e valor de troca) num quadro histórico-ontológico delimitado pelo trabalho abstrato que subordina o trabalho concreto. A investigação da peculiaridade da alienação do trabalho e do trabalhador na juventude permite alcançar na maturidade as categorias ontológicas fundamentais que regem o sistema do capital: teoria do valor trabalho, teoria da mais-valia, lucro, renda da terra, capital portador de juros etc.

A reificação (*Verdinglichung*) que caracteriza a relação social do mundo das mercadorias irradia-se por todos os poros das relações humanas, fazendo com que a relação dos homens entre si se converta numa relação entre coisas – o termo reificação provém do latim *res* (coisa) e pode ser compreendido como processo de coisificação. A reificação perpassa a natureza do trabalho abstrato; as diferenças específicas e concretas são abstraídas para reinar uma coisa gelatinosa, dotada de uma substância difícil de ser elucidada (Marx, 2013, p. 107). No entanto, se toda reificação se constitui como expressão de uma forma alienada, nem toda a forma alienada é uma forma reificada. Assim, a reificação comparece subsumida no interior da alienação, da mesma maneira que o fetichismo. É possível então afirmar que as teorias da reificação e do fetichismo da mercadoria comparecem são partes constitutivas da teoria marxiana da alienação (Netto, 1981, p. 75).

Marx concebe como fetichismo a natureza misteriosa que a mercadoria assume no modo de produção capitalista, ou seja, a forma como a coisa parece obter vida própria e erguer-se contra seu produtor e criador. Apesar de o termo fetichismo possuir seu campo semântico relacionado primeiramente ao mundo das religiões totêmicas e animistas da infância da humanidade, o termo adotado por Marx está relacionado à produção essencialmente capitalista, em que os produtos das relações sociais com-

parecem como se fossem dotados de um substrato natural e sobrenatural. Ele salienta que os movimentos da economia capitalista ganham corolários metafísicos e teológicos, e que de maneira análoga à religião, criam mecanismos poderosos de subjugação dos seres humanos, sendo estes dominados pelas coisas e pelos produtos que eles mesmos criaram com suas mãos e seus cérebros (Antunes, 2018).

Existe certa analogia da mistificação operada pela religião com o processo de mistificação operado pelo fetichismo da mercadoria; no entanto, essa analogia possui limites, uma vez que os produtos fetichizados da produção capitalista emanam de uma relação social reificada: são produtos materiais que brotam do trabalho humano (em-si) e não da simples imaginação humana, como a religião (para-si). As relações do mundo da produção de mercadorias parecem naturais, mas nada têm de naturais, pois são produtos de relações objetivas constituídas pelos homens; no entanto, elas são tomadas como naturais devido à obliteração de sua essencialidade e porque os produtores não controlam o processo de produção, mas são controlados por ele.

A revelação da natureza misteriosa da mercadoria não procede de um mundo transcendente como a religião, senão do desenvolvimento imanente das relações sociais. Isso indica que é *conditio sine qua non* superar as idiosincrasias do reino das aparências para se alcançar a essencialidade do mundo assentado na produção de mercadorias. No terreno das aparências, as mercadorias parecem entidades metafísicas e suprassensíveis, dotadas de existência própria, como se fossem *causa sui*; entretanto, a investigação imanente da totalidade social revela que o sustentáculo da relação se configura no processo de produção do valor que se valoriza: primeiro, no tempo de trabalho socialmente necessário; segundo, na mais-valia, fundamento ontológico do sistema do capital.

A elucidação do fetichismo da mercadoria permite entender o fetichismo do capital como um sistema moldado numa estrutura assentada na reificação – enquanto expressão mais exacerbada da alienação. A obra fundamental de Marx, *O capital*, tem como propósito desvelar a aparência mistificadora do capital, que não tem nada de natural ou sobrenatural, porquanto decorre das relações forjadas no

controle absoluto das potencialidades produtivas do trabalho em escala abrangente e universal.

1.2 Fetichismo da informática

É requerida uma atenção ainda maior para elucidar a natureza misteriosa do conhecimento científico-tecnológico como dotado de capacidade de valorização e pressuposto da determinação da riqueza no modo de produção capitalista. O reducionismo do conhecimento científico, como sinônimo do conhecimento tecnocientífico, aponta o movimento efetivo da constituição da ciência nos tempos hodiernos. O fetichismo do conhecimento científico tende a obliterar sua verdadeira essencialidade, ocultando seu caráter processual e histórico e desconsiderando as contradições que movem e promovem a investigação científica.

A natureza fantasmagórica da mercadoria ganha corolários ainda mais especiais na etapa da hegemonia do capital financeiro, quando o desenvolvimento do modo de produção capitalista transforma ciência, educação e saúde em mercadorias. O conhecimento em-si não produz valor nem determina o valor, apesar de a produção do conhecimento carecer de recursos, instrumentos, laboratórios e equipamentos. A produção científica não é uma mercadoria que tem seu valor determinado pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário, pela carga horária ou pela jornada de trabalho dos pesquisadores e cientistas, tampouco pela quantidade de trabalho morto presente nos laboratórios e equipamentos utilizados. Apesar de não se constituir como uma mercadoria, o capital pode explorar a atividade científica como se fosse uma mercadoria, especialmente quando essa ciência serve para desenvolver as forças produtivas e possibilitar economia de tempo para o capitalista.

As patentes (*trade-mark*, *copyright* etc.) ou direitos de propriedade intelectual são uma forma distinta de configuração da propriedade privada, pois o conhecimento é destituído da materialidade que constitui o valor-de-uso das coisas. A relação de venda e compra do conhecimento padece de substancialidade material. A ausência dos atributos específicos

que perpassa o universo das mercadorias, que “podem satisfazer as necessidades do estômago ou da cabeça” (Marx, 2013), parece ainda mais fantasmagórica. O conhecimento científico, como valor-de-troca, assemelha-se a uma mercadoria fictícia porque seu valor não resulta do tempo de trabalho socialmente necessário que constitui o valor das mercadorias.

Apesar de a regulamentação jurídica das patentes e de os direitos autorais fazerem parte da história do capitalismo, a valorização da ciência e do conhecimento como mercadoria se intensifica com o aprofundamento da natureza abstrata do capital financeiro (fictício) a partir de 1970. A hegemonia do capital fictício no interior do capital financeiro serve de base para a ascendência da compreensão dos bens intelectuais como mercadoria. Essa guinada está relacionada ao papel subordinado que o capital produtivo (industrial) passa a ocupar no interior do capital financeiro, intensificando ainda mais a natureza fetichizada desse sistema, que procura se assemelhar a um autômato ou causa de si mesmo (*causa sui*).

Esse processo de fetichização se acha na própria composição do capital portador de juros, como salientado por Marx no livro terceiro de *O capital*. O capital portador de juros não produz mais-valia, apenas partilha do lucro que emerge do capital produtivo. O capitalista monetário aliena seu dinheiro a um terceiro, na forma de empréstimo a um prestatário, que o coloca em movimento. Os juros parecem emanar da capacidade de a mercadoria-dinheiro gerar dinheiro de maneira autônoma, desconsiderando as mediações fundamentais de sua metamorfose. O movimento duplicado do dinheiro nos extremos, que aparece na fórmula $D-D-M-D'-D'$ ($D + \Delta D$), revela que o capital portador de juros carece de uma mediação (M) para poder alcançar $D + \Delta D$ (Marx, 2017). O prestamista usufrui do resultado da metamorfose de dinheiro sem necessidade de se envolver com a produção de mercadorias, pois essa tarefa cabe ao prestatário. O prestamista aliena seu dinheiro sem participar diretamente do movimento que promove a produção de valor que se valoriza, recebendo no final da rotação um *quantum* da mais-valia decorrente duma relação produtiva que não controla.

Diferentemente do capital portador de juros, o capital financeiro controla o processo de produção de mercadoria pela mediação do controle que exerce sobre o capital-mercadoria de terceiros. A conversão de uma parte do capital bancário em capital industrial implica a ampliação da capacidade produtiva do capital industrial e o incremento de sua dinamização pela ampliação de seu poder de concentração e da ampliação do sistema de crédito. O capital financeiro passa da condição de aliado fundamental do capital produtivo, em que juntos subordinam o capital comercial, para senhor absoluto do processo. Assim, a expansão da empresa capitalista deixa de depender direta e exclusivamente do excedente da produção, ou seja, de fração da mais-valia produzida que precisava ser capitalizada num único setor.

O volume acentuado de capital-mercadoria concentrado nos bancos e instituições financeiras permite que o capital financeiro atue em distintos ramos da produção e partilhe da mais-valia produzida em múltiplos setores. Essa volatilidade exacerba seu controle sobre os setores mais dinâmicos e mais lucrativos do processo de produção e circulação de mercadorias no mercado internacional, eliminando seus concorrentes através dos processos de fusões, incorporações, trustes, aglomerados, cartéis etc. Pela mediação das novas formas de gerenciamento, como as sociedades anônimas e as *holdings*, o capital financeiro lança abaixo as formas tradicionais, arcaicas e familiares de administração que o amoldavam a um único setor da economia e estabelece um padrão de acumulação e expansão em que o comércio da mercadoria-dinheiro, pela mediação do sistema de crédito, é seu campo de atuação por excelência (Hilferding, 1985).

Nesse contexto, o capital portador de juros assume corolários ainda mais complexos na forma do capital fictício; sua capacidade de reprodução é completamente separada da produção direta de mercadorias na forma do direito a rendimentos pela posse de títulos da dívida pública, de investimentos nos mercados de futuros etc. A intensificação da ausência de lastro no mundo da produção torna o capital fictício não somente o mais abstrato e fetichizado, mas a forma de capital mais suscetível de aguçamento das crises (cíclicas e estruturais) no sistema.

O capital fictício expande-se em quantidade e qualidade sem pre-

cedentes, buscando autonomizar-se perante a economia real (Paraná, 2016). No entanto, o capital não brota do nada, ele emana sempre da apropriação do tempo de trabalho excedente (mais-valia); quando parece emanar do nada, como na forma do capital fictício, chega uma hora em que precisará prestar contas de seu ser. O resultado de sua contabilidade será sempre a transferência de riqueza de uma mão para a outra. A riqueza efetiva incorporada pelos aglomerados empresariais (como IBM, Xerox, Apple etc.) resulta também da partilha da mais-valia produzida na esfera no capital produtivo, pois o capital financeiro é contradição em essência: é tanto produtivo quanto fictício. Apesar de essas mercadorias serem dotadas de preço (valor fictício), elas são destituídas de valor, pois não possuem nenhum correlato com o tempo de trabalho necessário a seu processo de produção. Assim, o conhecimento produzido se transforma em mercadoria, passando a desfrutar de importante condição na produção de outras mercadorias e no processo de rotação do capital.

Para Prado (2005), o conhecimento como mercadoria se constitui como uma espécie *sui generis* de propriedade. Sua participação no processo de rotação de capital se efetivaria de maneira semelhante ao capital portador de juros (D-D-M-D'-D'). O ganho auferido pelos proprietários de patentes se assemelha à forma como o capital portador de juros (financeiro) se configura, assumindo ainda caráter semelhante ao capital rentista (renda da terra), ou seja, serve como mecanismo para a redução do tempo de trabalho necessário no processo de produção. No entanto, ambos participam dos lucros resultantes da produção do valor auferido pelo trabalho socialmente necessário; não há entre eles nenhum valor direto. Eles apenas se apropriam de parte do valor produzido pelo trabalho vivo.

Assim, a forma de valorização das empresas e corporações que vendem conhecimento assemelha-se à forma do capital portador de juros. Ainda conforme Prado (2005, p. 109), essas empresas comercializam “o direito de acesso às suas patentes, direitos autorais, marcas, projetos e processos de produtos etc., que não são mais que mercadorias que funcionam como capital”. A Microsoft, por exemplo, consegue auferir rendimentos mediante a cobrança de taxas pelo uso do aplicativo Windows. As pessoas não compram o aplicativo, com-

pram apenas o direito de usá-lo.

Na perspectiva de Teixeira (2009), a cobrança de dividendos pelo uso das patentes é uma espécie de monopólio. A restrição ao conhecimento mediante a sua transformação em monopólio de um capitalista assume a configuração do monopólio da terra, que permite que seus proprietários possam auferir renda da terra quando a alugam a terceiros. A renda do conhecimento tem a configuração da renda da terra, assumindo a forma de renda diferencial, quando o “direito de acesso a este conhecimento por um capitalista individual faz com que seu preço individual de produção fique abaixo do preço social de produção, gerando sobrelucro” (Teixeira, 2009, p. 438).

Os capitalistas de corporações como Hewlett-Packard, Dell etc. colocam o cientista e pesquisador para produzir conhecimento de maneira análoga ao proletariado que produz mercadorias. No entanto, não é uma mercadoria portadora de valor, pois ao final do processo somente se tem o conhecimento ou um experimento; não se acrescenta nenhuma riqueza concreta ao mundo objetivo, como o trabalho do proletariado. O único valor que essas mercadorias possuem resulta do trabalho do cientista; no entanto, isso não assegura o lucro do capitalista obtido no processo de produção. Segundo Teixeira (2009, p. 442), “Entretanto, se o vendesse por seu valor, não haveria lucro. Para existir lucro, esta mercadoria deve ser vendida por um valor (D') maior que o seu preço de produção (de valor M)". O processo de reprodução da nova mercadoria produzida, como um *software*, não custa praticamente nada ao capitalista. As despesas realizadas com equipamentos, laboratórios e com o salário dos pesquisadores não se repetem no processo de reprodução de um *software*, na reprodução de uma música, num filme baixado na internet etc.

O capitalista obtém renda de conhecimento mediante a concessão da propriedade patenteada. O consumidor precisa pagar pelo uso do produto ou marca patenteada por um determinado período. O direito de propriedade dos conhecimentos patenteados se configura como um monopólio das empresas investidoras. O capitalista pode vender o direito de propriedade intelectual ou pode ele mesmo explorar a mercadoria-conhecimento patenteada.

No entendimento de Teixeira (2009), o comprador da mercado-

ria-conhecimento paga por ela um preço acima do seu valor, pois é um monopólio (D-M...P...M'-D"). A inovação tecnológica aplicada no processo de produção é uma espécie de contratendência à queda da taxa de lucro. Como o conhecimento e a máquina não geram valor, eles são apenas forças sociais que possibilitam aumentar a força produtiva do trabalho. O valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho abstrato necessário à sua reprodução. O que a inserção do conhecimento científico-tecnológico aplicado à produção permite é uma ampliação do lucro quando esse conhecimento consiste num privilégio exclusivo de determinado capitalista.

Para Teixeira (2009), a renda auferida pelo conhecimento aplicado ao processo de produção resulta do aumento da produtividade, mas não é o conhecimento em si que produz valor, porquanto somente o trabalho vivo produz valor. O trabalho morto aplicado às máquinas não confere nenhum valor. A renda que resulta da venda do conhecimento (patentes, direitos de propriedade, direitos autorais etc.) é somente uma espécie de redistribuição do valor gerado na produção. A venda do conhecimento implica tanto a apropriação de parcela da mais-valia produzida quanto uma parte dos rendimentos dos salários dos trabalhadores, quando estes compram *software*.

1.3 Informática e contrarrevolução

O desenvolvimento tecnológico (informática), concentrado nas mãos das grandes corporações transnacionais, assegurou uma espécie de contrarrevolução industrial, pois em vez do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, ocorreu uma verdadeira regressão das conquistas sociais alcançadas pela classe trabalhadora nos "anos dourados" do *Welfare State*. As novas tecnologias aplicadas ao processo produtivo tiveram como propósito atrofiar o desenvolvimento das forças produtivas, à proporção que serviram para a liberalização do mercado e para a desregulamentação das relações e dos contratos de trabalho, das privatizações de empresas estatais encetadas sob os auspícios das políticas neoliberais reacionárias (Paraná, 2016, p. 26).

Houve uma expressiva regressão dos direitos dos trabalhadores com a inserção crescente de tecnologia e do conhecimento científico nos processos de produção. A denominada era da informação e das novas tecnologias pode ser enquadrada num espectro contrarrevolucionário. Por isso cumpre adotar uma posição crítica ao arsenal ideológico das oligopólicas empresas capitalistas expresso nas perspectivas otimistas que consideram o desenvolvimento informacional e tecnológico como "revolucionário", como operam as análises: 1) *O imaterial*: a sociedade do conhecimento em Gorz (1982); 2) *A revolução informacional* de Jean Lojkin (1995); 3) *A sociedade informática* de Adam Schaff (2001); 4) *A sociedade em redes* de Manuel Castells (1999).

As teses apresentadas nessas obras representam de maneiras distintas o "adeus ao proletariado" e ao trabalho como categoria fundante do mundo dos homens. Elas tiveram sua gênese na obra de André Gorz, *Adeus ao proletariado* (1982), que tenta fechar seu ciclo de ataques às categorias marxianas com sua obra "O imaterial: conhecimento, valor e capital". Gorz nega a centralidade do trabalho concreto e a tarefa prometeica do proletariado na emancipação da humanidade, sustentando a existência de uma ruptura entre o processo de produção e o processo de trabalho, bem como o fim do tempo de produção com a ascendência das redes sociais e da internet. No seu entendimento, o conhecimento se constitui como fonte inexorável de valor. A "sociedade do conhecimento", enquanto sinônimo de "capitalismo cognitivo", lança por terra a riqueza em sua composição material, para afirmar a primazia da representação, da imaginação e do simbólico.

Em sua *Revolução informacional*, Jean Lojkin previu que a "revolução tecnológica" representaria uma nova civilização (pós-mercantil), em que a relação entre homem e natureza seria superada pela relação homem/homem; além disso, haveria a superação da separação entre dirigentes e dirigidos que marca a divisão social do trabalho e a sociedade de classes; esta desapareceria por completo com a "revolução informacional".

O espírito entusiasta de Jean Lojkin reverbera em Adam Schaff, que postula a "revolução da microeletrônica", a constituição do reino da abundância e a supressão da alienação emanada do trabalho. Apregoou

ainda o desaparecimento gradual do trabalho, como “uma consequência dos avanços da automação e da robotização produzidos pela revolução da microeletrônica” (Schaff, 2001, p. 42). Por fim, a aderência ao fetichismo da tecnologia não deixa de encontrar respaldo na sociedade em redes de Manuel Castells, enquanto espécie de síntese das teses que anunciam a ubiquidade do sistema do capital, sua natureza misteriosa, onipresente, onipotente e incontrolável.

Os referidos profetas da “revolução tecnológica” não entenderam que a técnica não se constitui como espécie de demiurgo do processo de produção, mas como simples componente derivado de um sistema ontologicamente assentado na acumulação de mais-valia. A técnica é somente um componente de uma totalidade alienada denominada capital; suas relações de produção inexistem sem as forças produtivas e estas reverberam em conexões e relações inter-humanas emaranhadas não somente em contradições, mas no antagonismo irreconciliável entre capital e trabalho.

Ao contrário do que afirmavam os teóricos do “adeus ao proletariado”, pela mediação da informática, o conhecimento científico-tecnológico assumiu corolários essencialmente contrarrevolucionários, pois não tem servido para emancipar as forças produtivas adormecidas na natureza, senão para submeter o trabalho e a natureza aos imperativos destrutivos do capital financeiro. Pela mediação da informática, da teleanformática, da telemática, da cibernética e da inteligência artificial, as instituições financeiras e as corporações empresariais puderam assegurar a expansão de suas operações financeiras e seus ativos em escala internacional, superando as fronteiras estabelecidas pelas barreiras alfandegárias dos Estados nacionais. A interpenetração de capitais de diferentes nacionalidades, o investimento internacional “cruzado” e as fusões/aquisições transfronteiras produzem estruturas de oferta altamente concentradas; os espaços da concorrência e da cooperação internacionais são destinados aos gigantes, reduzindo a entrada de novos protagonistas devido às barreiras e aos tratados comerciais estabelecidos com a anuência dos Estados-nacionais (Chesnais, 1996).

A exportação e a importação de capital-mercadoria perdem cada vez mais espaço para o comércio de capital-dinheiro na forma de investimentos em ativos financeiros. No entendimento de Chesnais (1996), o

controle da tecnologia é um elemento essencial para assegurar o poderio das empresas transnacionais. Não se pode desconsiderar que a inserção tecnológica na produção se forja como um elemento decisivo do processo de passagem da subordinação formal para a subordinação real do trabalho ao capital.

As máquinas inteligentes não somente servem para demitir milhões de trabalhadores e ampliar o *quantum* do exército industrial de reserva e a população supérflua para o capital; elas operam um processo ainda mais aguçado de subordinação real do trabalho ao capital, tornando o trabalhador um apêndice do maquinário. A automação, a autonomação, a robótica, a cibernética, a microeletrônica, a informática, as redes de processamento de dados e as telecomunicações constituem novas relações de trabalho e estabelecem uma ruptura com o pacto fordista-keynesiano. O desenvolvimento das novas TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) é um vetor essencial da ampliação da extração de sobretrabalho (Paraná, 2016, p. 32).

Nesse contexto, o trabalhador parcial, enquanto parte do trabalhador coletivo, acaba perdendo muitas de suas funções para as máquinas inteligentes, que passam a desempenhar funções antes exercidas pelos trabalhadores, o que não resulta no fim do mundo do trabalho nem na perda da centralidade do trabalho. A tecnologia se revela como capital, ou seja, é o trabalho morto que se ergue contra o trabalho vivo. Dada a necessidade de o trabalho adaptar-se ao novo momento histórico, a expansão e a acumulação do capital intensificaram o trabalho produtivo mediante práticas rastejantes e predatórias que mimetizam o período histórico da acumulação primitiva de capitais. A recorrência às relações de trabalho análogas ao trabalho escravo se justifica pela necessidade da modernização e da adaptação aos novos padrões de produtividade, sob a égide das novas TICs.

1.4. O conhecimento científico-tecnológico para além do capital

Nos tempos hodiernos, o conhecimento científico-tecnológico expressa os interesses e as aspirações moventes do capital no sentido de controlar de forma absoluta o trabalho e intensificar as múltiplas formas

de economia de tempo de trabalho. Numa sociedade hierarquizada e organizada para constituir instrumentos e mecanismos na perspectiva de intensificar a apropriação do excedente produzido pelos trabalhadores, torna-se primordial colocar a ciência a serviço desse propósito. Isso é possível porque o capital se constitui como elemento hegemônico e plasma-se como uma entidade absoluta e aparentemente imutável. O caráter destrutivo da técnica nos tempos hodiernos resulta da relação social voltada exclusivamente para ampliar a taxa de mais-valia e diminuir os efeitos da tendência da queda da taxa de lucro da produção capitalista. Ele atua como uma espécie de contratendência.

O controle do capital sobre o trabalho impõe o controle desmedido sobre a ciência da computação e da informática, a fim de intensificar a extração de mais-valia e assegurar novas taxas de lucratividade. Ao subordinar o trabalho ao capital, o conhecimento científico-tecnológico converte-se em mercadoria e é submetido à mesma lógica de fetichização e dominação, pois os cientistas não detêm a propriedade dos meios de produção e precisam vender sua força de trabalho. No entanto, a ciência precede e transcende o capital e o modo de produção capitalista; inexiste qualquer propulsão inexorável de a ciência/técnica servir ao capital e aos capitalistas. É preciso constituir uma nova forma de produção do conhecimento que não esteja subordinada à lógica da produção de mercadorias e tenha como vetor essencial atender aos efetivos interesses da humanidade.

A libertação do conhecimento científico-tecnológico passa pela superação da ciência e da técnica constituídas pela burguesia como mecanismos de intensificação da exploração do trabalho estabelecida pelo taylorismo, pelo fordismo e pelo toyotismo. Em vez de simplesmente apropriar-se da ciência e da técnica burguesa aplicada à produção, o trabalho associado (livre e universal) deve operar uma crítica radical ao modelo estabelecido pela burguesia, pois o conhecimento produzido na perspectiva de ampliar o processo de controle e exploração do trabalho deve ser completamente superado. Não é possível apropriar-se do conhecimento científico e dos insumos tecnológicos subordinados à lógica do capital sem reproduzir sua perversa lógica de subordinação e exploração do trabalho.

Escreve Mészáros (2002, p. 865, grifos do autor):

O mesmo vale para as fábricas construídas para propósitos capitalistas, que trazem as marcas indelévels do “sistema operacional” – a divisão social hierárquica do trabalho – com o qual foram constituídas. Para ficar com a analogia do computador, um sistema estruturado em torno de uma CPU é bastante inadequado para um sistema operacional dividido para Processadores Paralelos “descentralizados”, e vice-versa. Portanto, um sistema produtivo que se proponha a ativar a participação plena dos produtores associados requer uma multiplicidade adequadamente coordenada de “Processadores Paralelos”, além de um sistema operacional correspondente que seja radicalmente diferente da alternativa centralmente operada, que seja a capitalista ou as famosas variedades pós-capitalistas de *economias dirigidas*, apresentadas enganosamente como de “*planejamento*”.

Inexiste neutralidade científica na técnica que produz um *software* e no próprio *software* (conjunto de componentes lógicos de um computador ou sistema de processamento de dados cuja função é controlar o sistema de funcionamento do computador e assegurar seu suporte lógico), pois nenhum *software* (sistema, aplicativo, programação, tutorial, jogos etc.) pode ser considerado neutro em relação aos propósitos para os quais foi criado, da mesma maneira que o *hardware* (equipamentos, ferramentas, circuitos, peças e estrutura eletrônica que asseguram a existência e o funcionamento do computador).

As fábricas construídas segundo o receituário da administração científica do tempo do taylorismo e do toyotismo não podem ser apropriadas pela sociedade regida pelo trabalho associado, livre e universal porque foram gestadas para atender aos imperativos do capital contra o trabalho. A administração científica do tempo que rege a divisão hierárquica do trabalho se reproduz no sistema estruturado de CPU. O sistema operacional centralmente operado não serve aos propósitos dos trabalhadores, da mesma forma que o sistema hierarquizado que sustenta a CPU

de um computador. Uma fábrica controlada pelos conselhos operários e comitês de fábricas precisa operar com “Processadores Paralelos” e equipamentos forjados segundo preceitos de tomada de decisão descentralizados.

É fundamental entender que o mundo da informática atende aos imperativos do complexo industrial-militar e a preceitos plenamente conectados aos propósitos essencialmente destrutivos do capital. A sua aplicabilidade ao mundo não militarizado não significa que os preceitos imanentes que forjaram a sua constituição hajam desaparecido. A informática não pode ser apropriada pelo trabalho associado sem que se opere uma verdadeira revolução em sua essência fundamental. Seria um grande equívoco imaginar que o sistema operacional de máquinas que rege uma fábrica pode ser expropriado e colocado a serviço dos trabalhadores sem que se altere substancialmente sua estrutura interior (Mészáros, 2002).

O trabalho associado não pode apropriar-se do legado científico-tecnológico produzido pelo modo de produção capitalista sem submetê-lo à crítica radical de seus princípios norteadores. Isso requer compreender a essencialidade do fetichismo da mercadoria e como ele reverbera no interior da mercadoria-dinheiro, capital, salário e conhecimento científico-tecnológico.

É preciso imprimir novos preceitos axiológicos ao instrumental científico-tecnológico constituído pela humanidade, a fim de esterilizar completamente os vetores constitutivos da reprodução do sistema tirânico do capital sobre o trabalho assalariado. Os aspectos hierárquicos da divisão social do trabalho que constituem a tecnocracia capitalista não podem ser apropriados pela sociedade assentada no tempo disponível da sociedade, em que a riqueza da sociedade é definida pelo tempo livre de seus partícipes.

A tecnologia somente poderá servir aos propósitos emancipatórios da humanidade se ela for primeiramente emancipada da natureza hierárquica e destrutiva do sistema do capital, uma vez que ela exerce funções precípuas na estrutura da subordinação real do trabalho ao capital, na perspectiva de operacionalizar a economia de tempo de trabalho, em que o tempo é tudo e o trabalhador é nada.

A superação do sistema do capital exige uma completa superação do trabalho abstrato como fundamento de um modo de produção assentado na intensificação dos processos de fetichização e alienação de sua essencialidade. Deve-se entender que o sistema do capital forjou-se como a forma mais poderosa de extração de mais-valia existente na história da humanidade e que nesse processo o conhecimento científico-tecnológico exerceu um papel primacial. Isso implica reconhecer que a superação do sistema do capital exige a superação de um sistema baseado na mais-valia ou no tempo de trabalho excedente que o trabalhador entrega gratuitamente ao capitalista.

Referências

ANTUNES, Jadir. Marx e o fetiche da mercadoria dinheiro. **Revista Dialectus**, ano 5, n. 12, 2018, p. 139-162.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana FinziFoá. São Paulo: Xamã, 1996.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Trad. Angela Ramalho Viana e Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. Tradução: Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Trad. Maria Antonia Pacheco. Lisboa: Avante, 1993.

_____. **O capital**: o processo de produção do capital. Livro I.

Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital:** crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução: Rubens Aderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A teoria da alienação em Marx.** Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

METELLO, João. **A sociedade do conhecimento.** Editora UNB. 1982.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação.** São Paulo: LECH, 1981.

PARANÁ, Edemilson. **A finança digitalizada:** capitalismo financeiro e revolução informacional. Florionópolis: Editora Insular, 2016.

PRADO, Eleutério F. S. Uma nova fase do capitalismo ou um novo modo de produção capitalista? **Revista Outubro**, 13.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática.** Editora Unesp: 1ª edição. 2001.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A produção capitalista do conhecimento e o papel do conhecimento na produção capitalista: uma análise a partir da teoria marxista do valor. **Revista Economia**, Maio/Agosto, 2009.

CAPÍTULO SEGUNDO: EDUCAÇÃO NA CONCEPÇÃO DIALÉTICA DE JUVENTUDE

Artur Bispo

O aprofundamento da miséria no interior da juventude trabalhadora na fase de hipertrofia das finanças revela a natureza desumana do capital. As políticas neoliberais têm servido para instituir o Estado máximo, para que o capital reprima, espolie e explore a classe trabalhadora; e o Estado mínimo, para as políticas públicas dirigidas à juventude trabalhadora empregada ou desempregada.

A mundialização do capital tem representado a universalização do desemprego, da violência contra a juventude trabalhadora negra e contra os direitos das trabalhadoras em todas as partes do mundo. A mundialização do capital implicou o aprofundamento da alienação cultural da juventude e a intensificação dos processos de reificação. Desse modo, enquanto a alienação da juventude burguesa preserva seus privilégios, a alienação da juventude proletária aprofunda a exploração e a violência na esfera econômica, política, educacional e cultural.

A mundialização do capital, sob a égide do capital financeiro (produtivo e fictício), presume o fenômeno da “mundialização da cultura”. Num contexto de crise profunda do sistema, o desenvolvimento da cultura assume papel auxiliar na tentativa de deslocar as contradições do capital, direcionando o capital ocioso da esfera da produção para a esfera da educação e da cultura.

No decorrer deste texto, buscar-se-á apreender os nexos consti-

tutivos da dialética como mediação essencial para entender as contradições do sistema do capital e como em seu interior a juventude não pode ser considerada como mera abstração idealizante. A sua efetiva compreensão passa pela articulação com o movimento da luta de classes; a categoria etária deve ser considerada em sua relação com a categoria política e a categoria cultural. A concepção dialética de juventude busca superar o terreno das abstrações burguesas, configurando-se como parte inerente duma totalidade social em que cada complexo interage com o outro complexo.

2.1 A dialética marxiana como mediação para a compreensão das contradições do capital

A complexidade da sociedade contemporânea impõe a necessidade de constituir mediações para entender o fenômeno da juventude no interior de uma sociedade pautada pela transformação dos seres humanos em mercadorias. A dialética constitui-se como mediação essencial para apreender o ser-precisamente-assim das coisas, capturando o movimento contraditório do ser e não-ser do capital, da relação aparência e essência, do fundamental em meio ao não fundamental.

A dialética (do grego *dia+lêgein*) considera a realidade como processualidade, ou seja, como movimento contraditório. Não se trata de um diálogo entre posições distintas, mas duma relação dialógica em que os elementos podem entrar em ruptura e constituir-se como uma contradição antagônica. Nisso a dialética hegeliana transcendeu a dialética platônica, pois não estacionou nos limites do diálogo entre termos opostos (meta-ideias: mesmo-outro, identidade-diferença, uno-múltiplo), mas observou a força da negatividade como a relação entre os opostos, pautada pela tríade afirmação, negação e negação da negação.

A dialética marxiana aprende com a dialética hegeliana, à proporção que supera a esfera do diálogo (do grego *dia+logos*) e admite que as coisas podem ser compreendidas em sua totalidade, a partir da consideração da identidade para a diferença, e não da diferença para a identidade. Toda diferença é diferença nenhuma, como afirmava He-

gel na *Fenomenologia do Espírito*. A dialética marxiana supera os preceitos gnosiológicos e epistemológicos da filosofia analítica e da lógica hegeliana, porquanto leva às últimas consequências o elemento histórico-ontológico da realidade. Não se trata de uma apreensão do mundo que parte da consciência solipsista e das idiosincrasias humanas, já que busca apreender o movimento interno da matéria e suas conexões íntimas (Marx, 2013), em que o polo regente é a objetividade e sua articulação intrínseca com a subjetividade. Nisso, a dialética marxiana coloca a dialética hegeliana de cabeça para baixo e revela a riqueza da subjetividade na objetividade, apreendendo seu núcleo racional em meio ao invólucro místico.

Escreve Marx (2013, p. 13):

A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico.

A dialética permite entender a realidade como uma processualidade perpassada por contradições de natureza ontológicas. O modo de produção capitalista intensifica essas contradições e oblitera seu fundamento graças ao processo de fetichização que constitui o mundo da mercadoria. Essa fetichização reverbera no capital, enquanto “contradição em essência”. A dialética marxiana capta o movimento contraditório da realidade social, apontando como essas contradições se manifestam na oposição irreconciliável entre capital e trabalho, e não meramente na passagem de um estágio ao outro da realidade.

O capital adota uma série de mediações de segunda ordem (mercadoria, direito, política, Estado, trabalho assalariado etc.) para obliterar sua verdadeira essencialidade: ele é acumulação de mais-valia. Assim, intenta apresentar-se como uma espécie de autômato, como se tivesse vida própria e não carecesse de nada para poder subsistir; no entanto, o capital é acumulação de mais-valia.

O referido sistema implodiria sem a exploração do trabalho e a apropriação do tempo de trabalho excedente. Desse modo, ele se confi-

gura como uma espécie de vampiro que vive a sugar o sangue dos trabalhadores. Pela mediação da subsunção real do trabalho, constituída pela Revolução Industrial, o capital constitui uma série de fios invisíveis que encobre os mecanismos de exploração do trabalho e fazem dele a forma mais poderosa de acumulação de mais-valia existente na história (Marx, 2013).

2.2 A categoria etária da juventude na perspectiva dialética

É preciso entender a relação entre juventude, classe social, economia e política. A categoria etária da juventude se movimenta no interior da sociedade capitalista de forma articulada aos imperativos econômicos que sustentam o edifício do sistema do capital. É preciso superar as idiossincrasias que adotam a categoria etária da juventude para negar a relevância da estrutura de classes. O pensamento pós-moderno tem reiteradamente operado dessa maneira. A perspectiva dialética da juventude entende como essencial sistematizar uma crítica radical às concepções que procuraram esconder as desigualdades sociais reinantes na sociedade em que a forma da riqueza consiste num amontoado de mercadorias (Marx, 2013) e a igualdade é constituída de maneira formal e abstrata.

Os teóricos da burguesia não se cansam de justificar as desigualdades sociais responsabilizando os indivíduos e desconsiderando as estruturas socioeconômicas que as forjam. Eles buscam reiteradamente isentar o sistema e colocar toda a responsabilidade no indivíduo, como se ele fosse uma ilha. Nesse processo, Robinson Crusó é o modelo perfeito de indivíduo bem-sucedido, que faz da miséria e da dificuldade uma excelente oportunidade para fazer fortuna.

A perspectiva dialética da juventude procurar articular a estrutura de classes, que tem base econômica, com as categorias etárias, e também com as categorias de gênero, raça, orientação sexual e universo cultural (Groppo & Silveira, 2020). É preciso entender que a juventude não é um todo harmonioso, mas uma categoria complexa e

repleta de contradições.

Ao invés de tratar as revoltas, resistências e revoluções como patologias (desvios, disfunções e anomalias) da juventude, como procuram fazer as concepções burguesas (estrutural-funcionalista, liberais e neoliberais, pós-modernas etc.), para Groppo e Silveira (2020, p. 9), a concepção dialética da juventude entende-as como fulcro essencial de “construção de identidades, sociabilidades e valores juvenis, não prevista pelas instituições socializadoras, de modo autônomo ou pela adesão a concepções heterodoxas de pessoas adultas e movimentos sociais alternativos ou críticos”. Na crítica ao *status quo*, a juventude pode constituir não somente valores alternativos aos que forjam a sociedade capitalista, em que o lucro é tudo e o ser humano é nada, mas plasmar uma alternativa efetiva à estrutura socioeconômica vigente.

Para Groppo e Silveira (2020, p. 12)

A concepção dialética da juventude, ainda que inspirada originalmente por teorias críticas desenvolvidas em meados do século passado, pode trazer novas iluminações para compreender a condição juvenil na atualidade. É que ela traça outros caminhos, ao focar não apenas o cotidiano, ou melhor, a focar menos o cotidiano e mais o extra-cotidiano, na figura da rebeldia, revolta, recusa, resistência e autonomia juvenil.

Segundo Groppo e Silveira (2020, p. 9), além de estabelecer um vínculo fundamental entre categorias etárias e estruturas de classe, a concepção dialética de juventude considera também as suas dimensões política, cultural e educacional.

2.3. A categoria política de juventude: as ocupações das escolas públicas (2015-2016)

A perspectiva dialética considera que as classes não são entidades estáticas, mas estão em movimento de luta ininterrupta e incessante. A

classe não se configura como um preceito *a priori* e uma coisa fixa. Por isso, a burguesia não pode vacilar e dormir no ponto; daí contar com o aparato estatal (e seu poder de polícia), que sempre tenta demarcar a linha até a qual as organizações da classe trabalhadora podem chegar, e não devem, sob hipótese alguma, ultrapassar.

Grosso e Silveira (2020) anotam que a dialética da juventude se forja como uma mediação importante para a interpretação das rebeldias, revoltas e contestações como elementos de formação da sua consciência política. O fenômeno das ocupações das escolas públicas no Brasil, entre 2015-2016, permite “pensar a juventude também como categoria política, ou melhor, considerar que, em dados momentos, ela pode se transfigurar de categoria etária em categoria política” (Grosso & Silveira, 2020, p. 15).

Além de comportar uma natureza econômica¹, pois a posição dos indivíduos e da juventude na sociedade é determinada pelo papel que eles ocupam no modo de produção, “a classe carrega consigo uma dimensão formativa (cultural) que é política; desse modo, a juventude é também uma categoria política” (Grosso & Silveira, 2020, p. 15).

Escrevem Grosso e Silveira (2020, p. 15)

As ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016 permitem avançar ou transformar o sentido de juventude pensado apenas como categoria etária. Ainda que, na sua formulação original, a concepção dialética de juventude reconhecesse que jovens poderiam criar novos sentidos e funções à juventude, essa ainda era concebida apenas como uma categoria etária.

1 Para Grosso e Silveira (2020, p. 15): “Um, o sentido econômico, a classe como parte de uma estrutura socioeconômica, em que o sujeito pertence automaticamente a uma classe dada a sua posição nas relações de produção: aqui, a classe proletária é, ainda, apenas uma classe em si (classe como categoria econômica). Entretanto, a classe – e a classe proletária –, ao adquirir consciência de classe, organizar-se e mobilizar-se politicamente, torna-se também uma classe para si. A classe torna-se uma categoria política (Freire, 1995)”.

As ocupações das escolas transcenderam sua esfera local (São Paulo) e alcançaram a esfera nacional. Foi um movimento que teve como vetor essencial a contraposição ao modelo educacional centrado na aplicação das medidas neoliberais² e no corte das verbas públicas. O movimento de ocupação das escolas públicas forjou-se como uma expressão da luta de classe, em que os estudantes secundaristas apresentaram uma pauta de reivindicações claramente articuladas com os interesses da classe trabalhadora e contrapostas aos imperativos do capital.

As ocupações se deram contra a PEC (55/241) e a Medida Provisória 746/16. A famigerada proposta de Emenda à Constituição representava uma redução de mais de 80% nos recursos da Educação e da Saúde pelos próximos vinte anos. A política de ajuste, mediante o corte de recursos das áreas sociais, tinha como propósito assegurar o pagamento dos juros e amortizar a dívida pública. O Estado com maior número de ocupações foi o Paraná, com mais de 860. O conjunto das distintas ocupações no país chegou ao montante, em 29 de outubro, de 1.177 ocupações de escolas públicas, 170 universidades e 79 institutos federais, totalizando 1.426 unidades ocupadas.

O movimento das ocupações inscreveu-se como uma resistência às políticas que interessavam ao sistema financeiro e às grandes corporações de ensino, que consideram a educação como mercadoria. Ele não conseguiu efetivamente alterar a estrutura econômica e política que serve de fundamentação ao processo de mercantilização da educação e da

2 Para Grosso e Silveira (2020, p. 15-16): “Em 2015 e início de 2016, se tratava principalmente de se opor a políticas educacionais estaduais de caráter neoliberal (portanto, gerencialistas e privatistas). Por exemplo, nas primeiras ocupações de escolas em São Paulo, tratou-se de uma reação ao fato de a polícia (representada pelo governo estadual) não apenas fechar escolas e alterar a vida de milhares de estudantes e famílias, mas de fazer isso de modo unilateral e sem abrir qualquer canal de diálogo. Em Goiás e Mato Grosso, já no início de 2016, o movimento conseguiu barrar a cessão das escolas públicas para entidades privadas. Organizações Sociais em Goiás, Parcerias Público-Privadas em Mato Grosso. Já no segundo semestre de 2016, o movimento se opôs tanto a um governo federal ilegítimo – fruto de um golpe institucional – quanto a medidas de largo teor neoliberal por esse mesmo governo (a Reforma do Ensino Médio e a PEC 142/55, que foi chamada de a PEC do fim do mundo) (Costa; Grosso, 2018)” (15-16).

cultura. No entanto, não se pode desconsiderar seu papel essencial na formação política auto-organizada duma fração da juventude pertencente à classe trabalhadora, bem como que ele conseguiu frear o fechamento das escolas públicas no Estado de São Paulo.

O fundamental é que as ocupações das escolas conseguiram educar politicamente uma fração importante dos secundaristas das escolas públicas brasileira, fazendo do espaço regido por hierarquias e verticalizado um espaço de debate e de socialização dos saberes e da cultura produzida pelos jovens ligados à classe trabalhadora. Nas ocupações foi possível tratar de questões e temas estranhos ao cotidiano da escola pública, como sexualidade, relações étnico-raciais, formação política de esquerda, questões de gênero etc. Os temas que antes eram ministrados somente por especialistas (educadores, psicólogos, terapeutas, engenheiros e políticos), passaram a ser ministrados por pais, pessoas da comunidade, estudantes etc. Assim, a escola tornou-se um espaço público heterógeno, em que estudantes de uma escola visitavam e interviam na outra escola. Os movimentos dos estudantes fortaleceram suas bases e conexões, superando as práticas anacrônicas.

As ocupações transcenderam a esfera da compreensão da política como momento eleitoral controlado pela burguesia, uma vez que adolescentes também manifestaram seu potencial de revolta e sua capacidade de resistência. Com isso, a igualdade deixou de ser uma abstração teórica, para fortalecer o cotidiano das ocupações. As decisões eram tomadas coletivamente (estudantes, professores, pais de alunos, comunidade escolar, movimentos estudantis e sociais).

O movimento de ocupações das escolas, dos institutos federais e das universidades ganhou tal nível de abrangência, que o coloca claramente como herdeiro das manifestações internacionais contra o capital ensejadas por movimentos sociais como os Indignados na Espanha, o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, a revolução dos Pinguins no Chile e, também, as ocupações de terra organizadas pelos trabalhadores rurais e pelos movimentos revolucionários constituídos nos séculos XIX (Comuna de Paris) e XX (Revolução Russa, Hungria, Alemanha, Polônia, Itália, China etc.).

É possível afirmar que as ocupações de fábrica, de terras e escolas constituem-se como base do processo de formação do poder político alternativo ao Estado burguês, como foram os soviets na revolução russa. Os trabalhadores exercitam o controle político e econômico, superando o dualismo estabelecido entre sindicatos (com sua pauta economicista) e partidos (com sua pauta politicista). As ocupações das escolas servem pedagogicamente como itinerário para que os trabalhadores ocupem as fábricas e mostrem aos capitalistas quem efetivamente manda na produção e na circulação, forjando uma efetiva alternativa para superar o sistema do capital.

2.4 A cultura na perspectiva dialética de juventude: a cultura Hip-Hop

A década de 1970 representou um ponto de inflexão significativo na constituição de uma população urbana majoritária no Brasil. Desde então, a sociedade brasileira assumiu corolários essencialmente urbano-industriais. O deslocamento massivo da população camponesa para o espaço urbano forjou uma juventude operária portadora de necessidades distintas das experimentadas na região agrária. Enquanto resultado do processo de desenvolvimento das relações genuinamente capitalistas, a hegemonia do modo de vida urbano implicaria a constituição duma cultura³ distinta. No entanto, este processo de mudança cultural é perpassado por profundas contradições.

3 Para Trotsky (1981, p.51): “Cultura é tudo aquilo que foi criado, construído, apreendido, conquistado pelo homem no curso de toda a sua História, em contraposição ao que a natureza lhe deu, compreendida aí a história natural do homem como espécie animal [...] Mas o momento em que o homem se separou do reino animal – e isto aconteceu quando o homem segurou pela primeira vez os instrumentos primitivos de pedra e de madeira – naquele momento começou a criação e acumulação de cultura, isto é, do conhecimento e da capacidade de todos os tipos para enfrentar e subjugar a natureza”. A cultura pode ser compreendida como “as práticas da atividade intelectual e, particularmente, artística. Com frequência, esse parece ser hoje o sentido mais difundido: cultura é música, literatura, pintura, escultura, teatro e cinema.” (Williams, 2007, p. 121).

Da mesma forma que não se pode apreender a categoria etária de juventude sem sua articulação com os complexos da economia, da luta de classes e da política, tampouco se pode entender o fenômeno da cultura desarticulado da economia e da dinâmica da luta de classes.

A arte, bem como a cultura, quando apropriada pelo capital, não pode deixar de expressar suas contradições. A atividade estética, enquanto práxis potencialmente desalienadora e desfetichizadora, deixa de cumprir essas funções quando o capital a transforma numa mercadoria. O capital consegue subverter a natureza de autorrealização e autodesenvolvimento da arte ao subordinar os artistas a seus propósitos.

Afirmam Marx e Engels no *Manifesto comunista*:

A burguesia despojou de sua aura todas as atividades até então consideradas com respeito e temor religioso. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem da ciência, em assalariados por ela remunerados.” (Marx & Engels, 2007, p. 28).

O artista acaba por se transformar num proletário que produz para o capitalista; este controla os grupos de teatro, a produção musical, a produção cinematográfica etc. A forma como o capital subordina o trabalho artístico revela sua hostilidade à arte, especialmente aos poetas; não é à toa a afirmativa: “Poeta bom, meu bem, é o poeta morto”. O mesmo vale para os grandes pintores como Van Gogh, que só foi valorizado depois de morto. Na “Teoria sobre a mais-valia”, Marx (1980, p. 64) afirma que “a produção capitalista é hostil a certos ramos da produção intelectual, como a arte e a poesia”. Apesar de entenderem que o artista carece das condições materiais para assegurar a sua subsistência, os capitalistas exploram os artistas e os lançam na mais vil miséria.

O processo de subsunção do trabalho pelo capital implica a

constituição de relações sociais que minam a cultura da classe trabalhadora e as manifestações estéticas que se contrapõem ao capital: poemas urbanos, grafite, poesia marginal. Desse modo, o progressivo processo de dominação do trabalho passa pela alienação, exploração e subsunção tanto da consciência proletária quanto da artística. A mutilação do corpo e da mente do proletariado é operada intensamente na perspectiva de impedir qualquer avanço na consciência.

Segundo Borja (2020, p. 93): “O desenvolvimento capitalista vai destruindo e modificando a cultura e as condições de vida da classe trabalhadora, que, por sua vez, resiste na luta de classes, defendendo seu modo de vida particular”. Isso denota que a cultura pode configurar-se como um mecanismo importante da dominação de classe, mas pode também constituir um instrumento de resistência à exploração e à opressão.

Nesse processo, a cultura emerge como elemento nodal de formação de uma categoria etária que reconhece seu vínculo orgânico com o proletariado. Numa sociedade em que as ideias dominantes são as ideias das classes dominantes (Marx-Engels), é preciso entender que a cultura que serve ao proletariado é contra-hegemônica, pois o capital domina de alto a baixo o sistema constituído. Numa sociedade assentada na produção de mercadorias, a cultura tende a transformar-se em mercadoria. Enquanto a cultura que serve ao capital tem como propósito intensificar a alienação dos seres humanos, a cultura artística contraposta ao capital tem como essência a desalienação e a emancipação humana.

O monopólio dos meios de produção e dos meios de subsistência pela burguesia, enquanto personificação do capital, subordina a arte ao terreno da propriedade privada das classes dominantes. No entanto, o desenvolvimento tecnológico acaba afetando o campo estético e constituindo uma arte, como o cinema, em que sua produção não pode ser usufruída somente por alguns capitalistas (Paul Allen, Bill Gates, François Pinault, Adrian Cheng etc.) que pagam milhões de dólares por obras como *Salvator Mundi* de Leonardo da Vinci, *Les Femmes d'Alger* de Pablo Picasso, *Os jogadores de cartas* de Paul Cézanne, entre outras.

Por sua vez, a pintura muralista de Monet e David Siqueiros mostra que a esta arte também deve ser objeto de contemplação das massas operárias; entretanto, a necessidade de acesso das massas ao cinema revela

que este não constitui um elemento acessório, mas se configura como seu aspecto fundamental. Em “A obra de arte na época de reprodutibilidade técnica”, Walter Benjamin (1994) chamou atenção para a possibilidade de o cinema ser apropriado numa perspectiva emancipatória, e não somente na perspectiva da indústria cultural e da reprodução dos interesses das grandes corporações cinematográficas.

Segundo Brecht, é possível operar um processo de formação da classe trabalhadora em seu tempo de deleite. Para isso, ele disponibilizou o teatro dialético, que é um teatro didático e pedagógico. O projeto de Brecht de articular o entretenimento com a formação da classe trabalhadora mostra-se presente na arte forjada pela juventude trabalhadora na periferia das cidades brasileiras. A juventude fornece mecanismos de entretenimento que são também elementos de formação. Isso serve para quebrar a rigidez das estruturas curriculares que perfazem a educação formal.

A produção cultural da juventude, na perspectiva de contestação ao sistema, tem crescido na periferia. Uma de suas manifestações na atualidade é a cultura Hip-Hop, que conseguiu dialeticamente incorporar no seu interior elementos diversos, como: *Break Dance* (Dança); grafite (artes plásticas); o DJ ou *disc jockey* (música); e o MC (música), que também é comumente chamado de *rapper*⁴. Este é a justaposição dos aspectos constitutivos dos DJ e MC (Racionais MC's, MV Bill, Raio X do Brasil, Facção Central etc.).

A mundialização do capital impôs a mundialização da cultura como mercadoria, abrindo espaço para a reciclagem de capitais do setor produtivo aos setores de educação, saúde, previdência social, e também para a esfera da cultura. Entretanto, isso se inscreve de modo paradoxal: a mundialização da cultura Hip-Hop, por exemplo, traz consigo elementos que nem sempre eternizam a reprodução do

4 Segundo Oliveira (2015, p. 36): “O rap é o resultado de múltiplas experimentações culturais que, em meio a processos de incorporação e apropriação (no caso, de traços da cultura jamaicana, afro-americana e latino-americana, bem como de estilos tão variados como funk, jazz, soul, reggae, dub etc.), desembocaram em uma música nova, desenvolvida organicamente em clubes e festas, em atenção aos anseios de parcelas específicas da população”.

capital.

O Hip-Hop penetra dialeticamente na juventude, alcançando múltiplas esferas do processo de formação da consciência de classe e gênero. Manifesta-se como *cultura de rua*, *cultura negra*, *cultura periférica*. Em cada uma dessas esferas, a juventude negra e periférica faz da rua seu local de formação por excelência. Assim como as mães da *Praça de Maio* na Argentina conseguiram forjar sua formação na luta de denúncia das atrocidades do sistema militar, essa manifestação cultural denuncia constantemente a violência policial contra os jovens da periferia.

A despeito da forma diversificada como foi apropriado em distintas partes do mundo, o Hip-Hop consiste num movimento essencialmente político no Brasil e revela a categoria política de juventude. Por exemplo, na letra da música “Contradições” do artista “Comuna” constatar as contradições de um sistema assentado na exploração e violência da classe dominante.

Emergi num mar de contradições/ Contradições viraram composições/ E composições viraram ações/ E ações repercutem em sons/ Mais de mil tons que só podem ouvir os bons/ E eu nunca quis bens ou mansões/Corpos em promoções, bitcoins e cupons/ De que valem se não temos pães/ quando o sol se põe não permitem que você sonhe quem quer que apanhe/ E eu sonho em construir revoluções, estou criando as condições para a insurreição em todas nações/ E ainda me perguntam quais são as minha razões é que eu cansei de receber rações/ E é por isso que eu não acredito em conciliações/ Num sistema que nunca deu opções só decepções/ Depressões e as contradições são erupções/ Eu vou criar um outro mundo para minha mãe.

[...]

Querem me tachar como terrorista/ Porque eu me armei de teoria leninista/ Agora eles dizem que eu sou um extremista/ Mas é que o mundo varia de cada perspectiva/ Por

isso que eu tenho como alvo a burguesia/ E as mídias que inventam sempre um novo messias/ Eu escolhi o novo e não o velho que agoniza/ Por isso eu amo a liberdade e odeio a polícia (Comuna, 2021).

O Hip-Hop, emergido na periferia do Bronx nos EUA, ganhou fórum internacional com a mundialização do capital, nem sempre para idolatrar o sistema, mas, sobretudo, para denunciar suas desumanidades e como o sistema oprime a juventude trabalhadora em todas as partes do mundo. Pela mediação da cultura Hip-Hop, a categoria política da juventude vai ganhando consistência e não se torna uma mera consumidora do mundo das mercadorias produzidas pelo sistema reificante do capital.

A cultura Hip-Hop plasma-se no Brasil como uma forma de resistência ao projeto neoliberal que tem aprofundado a violência da burguesia contra a juventude da periferia trabalhadora desempregada. Botelho (2018) entende que a fração consciente da cultura *rap* concebe a palavra e o conhecimento como mecanismos de luta, e sua música, como instrumento de emancipação humana da opressão experimentada pela juventude negra, que tem desvalorizada sua cultura, seus valores, sua identidade e sua história.

Assim, a cultura da juventude trabalhadora se ergue contra o sistema que tem imposto uma agenda de aprofundamento da exploração, bem como retrocessos econômicos, políticos e culturais no Brasil, nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

A eleição de Lula para presidente em 2022 é parte duma agenda que coloca como fundamental derrotar a extrema direita, mas que entende que a emancipação da classe trabalhadora transcende a esfera da conquista do parlamento e do Estado burguês, porque esses espaços se destinam a atender aos imperativos do capital (industrial e financeiro) e a subjugar e controlar a classe trabalhadora e sua juventude.

Por isso é fundamental que a juventude trabalhadora com-

preenda as contradições do capital, da política e do complexo cultural, para não ficar enredada nas ilusões da luta parlamentar e das políticas públicas estabelecidas. É fundamental atacar a estrutura do sistema centrado na acumulação de mais-valia e na reificação dos seres humanos. A juventude negra da periferia é quem mais sofre opressões e violência no interior do modo de produção capitalista.

Ao longo deste texto buscou-se observar como a concepção dialética da juventude é uma mediação essencial para apreender as contradições vivenciadas pela juventude trabalhadora que vive na periferia e que tem experimentado uma séria regressão das políticas públicas. Efetivamente, a única política pública bem-sucedida tem sido a política repressiva imposta pela polícia. Essa tem logrado êxito em sua tarefa de resguardar a propriedade privada dos meios de produção e aprofundar as desigualdades sociais.

A dialética marxiana revela-se essencial para entender que a juventude não é uma abstração, porquanto perpassada por contradições. Cumpre tratar da juventude trabalhadora que vive a experiência do desemprego inerente ao sistema do capital. Nesse processo, um dos elementos fundamentais de resistência à violência estatal da burguesia é a cultura.

No decorrer deste texto constataram-se duas formas de resistência encetadas pela juventude trabalhadora. A primeira, expressa nas ocupações estudantis, em que jovens aprenderam que é possível assumir o controle da escola e desenvolver práticas de solidariedade contrapostas à estrutura hierárquica de tomada de decisões e socialização do conhecimento produzido pela classe trabalhadora e pela humanidade. Apesar de não conseguirem alterar a estrutura da escola pública e da sociedade capitalista, os secundaristas lograram desenvolver sua consciência política.

No segundo momento, observou-se como a cultura Hip-Hop se plasma como uma manifestação da categoria política de juventude. Pela mediação dessa cultura, notou-se que é possível constituir relações de solidariedade e resistência às opressões da burguesia; desse modo, os de baixo entendem ser possível constituir uma educação, uma cultura, uma economia que não sejam direcionadas para a produção de mercadorias, capazes de subverter a ordem estabelecida. A concepção dialética de ju-

ventude entende que existe um potencial revolucionário na juventude trabalhadora da periferia de nossas cidades.

Longe de conceber a ascendência das contrarreformas e a retirada dos direitos dos trabalhadores e da juventude trabalhadora negra da periferia como o fim da história e a vitória suprema do capital sobre a humanidade, a concepção dialética de juventude entende que a história está em aberto e que é possível subverter o estado de coisas existente pela mediação da cultura da emancipação humana e do trabalho associado.

Referências

BENJAMIN, W. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORJA, Bruno. O capital e a cultura: elementos de economia política da cultura em Marx. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Nº 56, maio 2020 – agosto, 2020. Disponível: file:///D:/Downloads/danielpereirasampaio,+SEP56_3BORJA.pdf. Acesso em 04 de abril de 2023.

BOTELHO, Guilherme Machado. **Quanto vale o show? O fino Rap de Athalyba-Man e a inserção social do Periférico através do mercado de música popular**. 2018. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) - Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

COMUNA. **Contradições**. Disponível: <https://averdade.org.br/2021/10/rapper-comuna-lanca-clipe-contradicoes-denunciando-o-sistema-capitalista-e-apontando-para-o-socialismo/>. Acesso em 08 de abril de 2023.

GROPPO, Luís Antonio, SILVEIRA, Isabella Batista. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Revista Argumentum**. Vitória, v. 12, n. 1, p. 7-21, jan./abr. 2020.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico (Livro IV de O capital). Vol. I. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **O Capital**: o processo de produção do capital. Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Sobre literatura e arte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

_____. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L & PM, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Camargos de. **Rap e política**: percepções da vida social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2015.

TROTSKI, Leon. Cultura e socialismo. In: MIRANDA, Orlando (Org). **Leon Trotski**: política. São Paulo: Ática, 1981.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

CAPÍTULO TERCEIRO: CRÍTICA DA EDUCAÇÃO COMO “CAPITAL HUMANO”¹

Artur Bispo

No decorrer deste capítulo, buscar-se-á operar uma análise crítica da ideologia do “capital humano” na esfera da educação; particularmente, como essa forma de apreensão da realidade visa obliterar os limites absolutos do sistema assentado na acumulação de mais-valia. Por fim, será observado como essa ideologia serve aos imperativos de consolidação do neoliberalismo na esfera da educação, num contexto de crise profunda do capital.

A compreensão da ideologia do capital humano presume a compreensão da natureza desumana do capital. É fundamental lembrar que o capital vem ao mundo escorrendo lama e sangue por todos os seus poros (Marx, 2013). As tentativas de oferecer uma face humana ao capital não passam de manipulação da efetiva essencialidade de um sistema assentado na expropriação dos meios de produção e dos meios de subsistência dos camponeses e dos povos originários, e da exploração da força de trabalho.

As metamorfoses do capital aprimoram seus mecanismos de

¹ Capítulo resulta de projeto de pesquisa, “A dialética do capital financeiro e seu reflexo na economia alagoana”, financiado pela Fapeal - edital N° 003/2022 – AUXÍLIO À PESQUISA - HUMANIDADES Ciências Humanas □ Ciências Sociais e Aplicadas; Linguística, Letras e Artes.

expropriação das riquezas produzidas pelos distintos modos de produção pré-capitalistas e aprofundam os processos de exploração da força de trabalho. O trabalho escravo posto em curso pelo capital mercantil foi superado pelo capital industrial, resultando na passagem da subordinação formal para a subordinação real do trabalho aos imperativos e comandos do capital industrial e financeiro. Este passou por múltiplas metamorfoses, assumindo nas últimas décadas uma natureza cada vez mais parasitária e fictícia. A análise marxiana do trabalho alienado e do fetiche da mercadoria revela a anatomia da sociedade burguesa.

3.1 Teoria ou ideologia do “capital humano”?

A noção de “capital humano” passou a ocupar espaço no interior das teorias econômicas a partir da década de 1950 e encontrou plena aceitação a partir de 1970, com a crise estrutural do sistema do capital, por parte de teóricos como Jacob Mincer, Edward F. Denison, Becker, Theodore Schultz, Milton Friedman etc. A tradição dos representantes da economia, tanto ortodoxos quanto heterodoxos, não considerava que o conhecimento, a educação e a cultura representavam o capital, uma vez que este se manifestava na forma de dinheiro, títulos, ações, imóveis, joias etc. Desse modo, escolaridade, treinamento em cursos, despesas para tratamento de saúde, pontualidade e honestidade são entendidos como formas de capital.

Segundo Laval (2004, p. 25):

Os economistas designam capital humano, o “estoque de conhecimentos valorizáveis economicamente e incorporados aos indivíduos”. [...] Os trabalhos do economista americano Edward F. Denison permitiram mostrar, nos anos 1960, que o crescimento econômico estava ligado não somente ao aumento quantitativo dos fatores de produção (capital e trabalho) mas também à qualidade da mão-de-obra, qualidade que talvez pudesse vir, em parte, da educação.

A tese de doutorado de Jacob Mincer, publicada em 1958, representou um ponto de inflexão na inserção da referida ideologia no mundo acadêmico e na sociedade capitalista. Ele apresentou a proposta do investimento em educação e em treinamento como elementos cruciais para melhorar os níveis de rendimentos dos trabalhadores. No entendimento do referido autor, existiria um vínculo fundamental entre grau de instrução, treinamento no trabalho e salários. Haveria uma relação direta entre escolaridade e salários elevados. Essa foi uma boa arma para levar uma fração da classe trabalhadora a dedicar parte expressiva de seus salários na escolaridade de seus filhos. No entanto, as primeiras pesquisas sobre a peculiaridade do “capital humano” tinham como corolários explicar como os níveis de investimentos em educação representavam um maior desenvolvimento econômico para um país.

Em sua *Teoria do capital humano* (1973), Theodore William Schultz afirmava que o crescimento econômico das sociedades ocidentais estava acima do de outras sociedades devido ao investimento em capital humano. Essa seria uma peça-chave para entender a desigualdade estabelecida entre os países ricos e os países pobres de maneira bastante superficial. Além de dirimir as desigualdades estabelecidas entre os distintos países e continentes, a referida teoria assevera que o investimento em educação e treinamentos no trabalho ampliaria a capacidade produtiva e melhoraria os níveis de bem-estar das sociedades atrasadas. Com isso, além de minimizar o fosso estabelecido entre as nações ricas e pobres, os investimentos em educação e no conhecimento operariam uma nova mobilidade social, erradicando a pobreza e atenuando as taxas de desemprego (Schultz, 1973).

A inovação imposta pela “teoria do capital humano” é uma espécie de anomalia. O capital configura-se como capital constante e variável, estando os investimentos em educação e saúde distantes de consistir numa manifestação do capital, não passando de mais uma idiossincrasia da burguesia para obliterar a apreensão efetiva dos limites e das contradições profundas do sistema num contexto de crise de expansão e acumulação.

A ideologia do “capital humano” tem como propósito essencial velar a efetiva natureza desumana do capital e encobrir os aspectos essenciais que revelam os limites do sistema assentado na exploração da força de trabalho e na espoliação das riquezas produzidas pelos trabalhadores. Essa ideologia teve como intuito encobrir os elementos que revelam os limites absolutos do capital, como, por exemplo, o desemprego crônico e estrutural (Mészáros, 2006).

O desemprego é inerente ao sistema do capital e não pode ser solucionado ou reparado no seu interior, pois se trata de um elemento funcional e essencial no processo de dominação do capital sobre o trabalho. O desemprego alcançou taxas de crescimento que fugiram completamente do controle do Estado, o que não pode ser minimizado num contexto de crise profunda do sistema, em que a relação inversa entre capital constante e capital variável cresce significativamente.

A tendência dos capitalistas em investir cada vez mais em capital constante em detrimento do capital variável conduz à queda da taxa de lucro dos capitalistas, uma vez que a maquinaria e os meios de produção não produzem mais-valia. A única “mercadoria” capaz de produzir mais-valia é a força de trabalho. O tempo de trabalho excedente configura-se como quintessência do sistema do capital (Mészáros, 2006).

A impossibilidade de a burguesia oferecer uma leitura correta sobre os fundamentos do desemprego conduziu seus teóricos à constituição da “ideologia do capital humano”. Apesar de a referida ideologia brotar na década de 1950 e consolidar-se na década de 1970, em pleno período de ascendência do Estado de Bem-Estar Social, sua efetividade se dará a partir da década de 1970, com o acirramento das rivalidades entre as potências imperialistas pelo mercado mundial.

A recuperação das economias afetadas pela Segunda Guerra Mundial, que intensificou as disputas pelo mercado mundial, o fracasso dos EUA na Guerra do Vietnã, a crise do petróleo e o fim do Acordo de Bretton Woods impuseram o deslocamento do capital do setor produtivo para o setor financeiro, transformando a educação, a saúde e os serviços sociais em mercadorias.

A ideologia do “capital humano” surge como um mecanismo de

encobrimento dos reais motivos do aprofundamento do desemprego no interior da classe trabalhadora, aumentando o fosso entre as economias ricas e as economias dependentes. Consequentemente, conduziu essas economias aos capitais reciclados do petróleo. Pela mediação da referida ideologia, Theodore Schultz (1973) apresenta uma alternativa para a burguesia esconder os fundamentos da crise que acomete a classe destituída dos meios de produção e os países dependentes.

A teoria econômica marginalista encontrou a explicação necessária da miséria que vitimava os indivíduos pobres e as nações miseráveis. Tudo passa pela escolha dos indivíduos e países acerca do investimento na educação: quem investe mais em educação tem retorno mais elevado; quem aplica pouco terá retorno reduzido; e quem nada investe, dificilmente terá compensação (Frigotto, 2015).

Um dos elementos que sustentam a recente ideologia burguesa do “capital humano” é a noção reducionista dos indivíduos como seres isolados, que aparecem no mercado como iguais e livres. A ideologia da igualdade natural e da liberdade natural desconsidera as relações objetivas que perpassam as relações de classes e as contradições do modo de produção capitalista (Marx, 2013; Frigotto, 2015).

A igualdade e a liberdade natural são uma abstração idealizante quando se desconsideram o movimento efetivo das relações sociais e o movimento da história, pois os indivíduos não fazem escolhas e tomam decisões afastados das condições objetivas e das circunstâncias que permeiam sua realidade cotidiana. Da mesma maneira, os povos e as nações não têm o mesmo desenvolvimento histórico e a mesma igualdade de oportunidades; pelo contrário, a maioria foi dominada pelos processos de colonização e neocolonização imperialista.

Servindo ao desenvolvimento das nações mais ricas e poderosas, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado explica perfeitamente como as nações ricas tiveram seu crescimento econômico assegurado pela expropriação das riquezas das nações colonizadas. O baixo ou reduzido nível de escolaridade dos países pobres da América Latina e da África não resulta de escolhas individuais ou da vontade de seus dirigentes, mas de relações de dominação e subordinação estabelecidas e das alianças entre as burguesias da periferia e as burguesias

das economias centrais (Frigotto, 2015).

Além de refutar a teoria do valor trabalho, a denominada “revolução marginalista” nega a existência das classes sociais e o processo de apropriação do tempo de trabalho excedente como essência do sistema do capital. No entanto, o fato de um indivíduo negar a teoria da gravidade não implica que esta deixe de existir. Somente um louco testaria a força de sua subjetividade lançando-se de um prédio de vinte andares.

Segundo Laval (2004, p. 27):

Para Becker, o capital humano é um bem privado proporcionando uma remuneração ao seu possuidor. Esta concepção estritamente individualista concorda com os pressupostos da teoria liberal ortodoxa: o indivíduo possui recursos próprios que ele vai tentar fazer crescer ao longo de sua existência para aumentar sua produtividade, sua renda e suas vantagens sociais.

A ideologia do capital humano busca obliterar os fundamentos do desemprego lançando nas costas da classe trabalhadora a responsabilidade pela existência do exército industrial de reserva. Para resolver o problema do exército de desempregados estruturais, a referida ideologia pede para que os indivíduos e as famílias invistam na educação, constituindo a sociedade do conhecimento e a pedagogia das competências (qualidade total), na qual os indivíduos devem aprender a aprender.

A ideologia do capital humano corrobora a reestruturação produtiva ensejada pelo modelo toyotista; as relações de flexibilização estabelecidas pelas empresas devem reverberar no interior da escola. Esta deve adotar o modelo gerencialista da empresa capitalista.

3.2 A educação como mercadoria

Para Laval (2004), as medidas neoliberais adotadas nas escolas públicas resultam de um longo processo de constituição da escola segundo os imperativos do mercado. Os elementos para a sua constituição podem ser encontrados em teóricos distintos como Spencer, Benjamin Franklin, Jean-Jacques Rousseau e outros. Essa tendência ganhou corolários mais poderosos e tentáculos bem mais fortes com o neoliberalismo, uma vez que a crise do sistema do capital impôs a necessidade de transformar a educação em mercadoria.

O projeto burguês de transformar a escola numa antecâmara da empresa capitalista encontrou as mediações necessárias na ideologia do “capital humano”, com a pedagogia das competências e a noção da educação “aprender a aprender”. O modelo da empresa é um espaço privilegiado do processo de aprendizado. Segundo Laval (2004, p. 10): “A escola, que não é mais a única fonte de saber, deve, doravante, ‘aprender a ensinar’ para que a criança possa ordenar e selecionar a informação confusa, lacunar e orientada da cultura comercializada de massa”.

A reviravolta operada na educação para atender aos interesses das grandes corporações financeiras implica a crise da educação assentada na educação formal como mediação para o acesso ao conhecimento e ao saber produzido pela humanidade – uma educação orientada para a sociedade e não para o mercado. As contrarreformas neoliberais impostas na esfera da educação centraram-se na redução das despesas estatais com educação pública, na responsabilização dos indivíduos pelo seu processo de formação, na valorização das novas tecnologias e numa formação de matriz produtivista e voltada aos interesses do mercado.

A hegemonia do modelo toyotista na esfera da produção fabril impôs o redimensionamento da escola pública na perspectiva de atender aos imperativos da “qualidade total”, do trabalho polivalente e multifuncional, da flexibilização e da terceirização. A crise do sistema do capital requereu uma escola nos padrões toyotistas e a superação do modelo taylorista-fordista.

Para a ideologia do “capital humano”, os conhecimentos e as competências ao longo da existência do trabalhador objetivam-se

numa infinidade de funções e não mais num único emprego estável. O trabalhador agora deve exercer diversas atividades. O trabalho intermitente e o processo de uberização são exemplos da nova fase que deve nortear a educação pública.

Segundo Laval (2004, p. 15):

O ideal de referência da escola é, daí em diante, o “trabalhador flexível”, segundo os cânones da nova representação do gerenciamento. O empregador não esperaria mais do assalariado uma obediência passiva a prescrições precisamente definidas, gostaria que ele utilizasse as novas tecnologias, que ele compreendesse melhor o conjunto do sistema de produção ou de comercialização no qual se insere sua função, desejaria que ele pudesse fazer face à incerteza, que ele provasse ter liberdade, iniciativa e autonomia.

A subordinação do trabalho ao capital é tão completa que o capitalista não deseja somente um trabalhador obediente às ordens ditadas hierarquicamente, mas sim que o trabalhador prescreva para si mesmo tudo que o mercado exige. Assim, os imperativos da moralidade kantiana devem orientar a práxis cotidiana do trabalhador; este deve prescrever para si mesmo tudo que o patrão anseia, sem que precise proferir uma só palavra. O controle externo deve ser internalizado, fazendo com que a autodisciplina e o autoaprendizado caminhem juntos (Laval, 2004).

As mudanças operadas no interior do processo de produção reverberam no interior da escola e servem tanto para intensificar o processo de exploração da força de trabalho quanto para lançar nas costas dos trabalhadores o ônus do desemprego estrutural.

A escola deve difundir entre seus partícipes a responsabilidade por sua inserção ou não no mercado de trabalho. A ideologia do “capital humano” compreende a educação como investimento que deve ser contínuo e não pode circunscrever-se à esfera da escola formal. A educação

deve ser realizada ao longo de toda a vida do trabalhador; caso contrário, ele se torna um ser incapacitado para atender às demandas postas pelo mercado. O trabalhador deve qualificar-se permanentemente e deve estar sempre à disposição do capital.

No papel de senhor do processo de aprendizagem, o mercado determina que o conhecimento do mundo da ciência da informatização exerce um papel preponderante em face dos conhecimentos humanistas e deslocados das necessidades práticas do mercado. A força motora do processo não é mais a aprendizagem de uma profissão ou o serviço que possa se prestar à sociedade, senão o rendimento que será alcançado com o investimento realizado. Afirma Laval (2004, p. 27): “Na concepção utilitarista da escolha profissional, tudo é dirigido pelo esforço racional com vistas a adquirir rendimentos monetários suplementares”.

O investimento em educação deve assumir corolário análogo aos investimentos operacionalizados na esfera financeira, no mercado de futuros, na Bolsa de Valores etc. Uma educação subordinada aos imperativos do “capital humano” não pode esquivar-se dos interesses daqueles que pagam e financiam. O rendimento obtido nesse modelo de educação é o próprio mercado, as empresas gigantescas que controlam os conteúdos ministrados e as pedagogias estabelecidas.

A “ciência” comparece como um estoque de conhecimentos relacionados à produção. Marx sublinhou, em *O capital* (2013), como a ciência estava subordinada à lógica da acumulação de capital. O conceito marxista de “forças produtivas” engloba tanto as ferramentas e a organização do trabalho quanto o “nível de habilidade médio do operário” e o “desenvolvimento da ciência e suas possibilidades de aplicação tecnológica” (Laval, 2004, p. 31).

O crescimento exponencial do capital representa uma acentuada presença do capital orgânico, ou seja, do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo. A aplicação da ciência ao processo produtivo não resulta na diminuição do fardo do trabalho. As universidades têm cumprido um papel essencial na multiplicação das pesquisas dedicadas aos interesses do capital e do complexo militar-industrial. A parceria público-privada tem ampliado consideravelmente os inves-

timentos em P & D, na legalização das patentes e em direitos autorais.

Para Laval (2004, p. 32):

O desenvolvimento das biotecnologias, das atividades espaciais assim como das pesquisas ligadas à informação e à comunicação, testemunha, numa escala mais ampla, essa interpenetração crescente dos setores produtivos e das instituições universitárias.

[...]

O número de empregos no setor da produção de conhecimentos cresce, nitidamente, mais rápido do que na média dos outros setores; os conhecimentos científicos e as inovações tecnológicas conhecem uma aceleração notável ao mesmo tempo em que se constata uma obsolescência cada vez mais rápida dos equipamentos, especialmente no domínio da informática, segundo um processo de “destruição criativa” que parece estar desenfreado.

As universidades têm se transformado em indústrias do saber: viraram “universidades-empresa”. Um novo campo de expansão e acumulação de capitais se impõe mediante a transformação das universidades em fábricas de produção do conhecimento para atender às demandas do mercado e também para a venda de diplomas, num contexto em que estes perderam seu valor na abertura das portas para o mundo do emprego.

Pela mediação da aliança estabelecida com grandes empresas capitalistas, as universidades buscam estabelecer sua autonomia financeira, e o Estado se desobrigar das tarefas da educação.

Escreve Laval (2004, p. 35):

O acordo entre a Universidade da Califórnia (Berkeley) e a firma farmacêutica suíça Novartis assinado em novembro de

1998, ilustra, particularmente, esse fenômeno. No fim desse acordo, Novartis atribuía 25 milhões de dólares ao departamento de microbiologia, ou seja, um terço do orçamento do departamento, em contrapartida aos quais a universidade dava à firma privada o direito de se apropriar de mais do que o terço das descobertas os pesquisadores da universidade e o de negociar as patentes de invenção que delas derivassem.

Este tipo de aliança serviu para o estado da Califórnia reduzir suas despesas com a Universidade Berkeley de 50% em 1980 para 34% em 1997 (Laval, 2004). A década de 1990 assistiu à expansão das medidas neoliberais na educação superior. A penetração das grandes corporações financeiras no interior da universidade representou uma ruptura com a liberdade de cátedra e com pensamento crítico. Laval (2004, p. 37) recorda a denúncia de Ibrahim Warde contra a Nike, que recentemente suspendeu “o suporte financeiro a três universidades (Michigan, Oregon e Brown) sob o pretexto de que seus estudantes haviam criticado algumas de suas práticas em países pobres, em particular no tocante ao emprego de crianças”.

O modelo da escola-empresa e da universidade-empresa se generalizou. A formação do trabalhador assalariado para toda a vida foi drasticamente superada pela formação como investimento. A educação converteu-se num investimento semelhante ao realizado no sistema financeiro; o conhecimento tem caráter mercadológico e se mostra distante de qualquer preocupação social com os designios da humanidade. Longe de ser um instrumento da emancipação humana, a educação emerge como uma forma ainda mais estranhada de manifestação do homem à lógica da produção de mercadorias, em que o lucro (mais-valia, renda da terra, juros, rendimentos financeiros) comparece como fulcro essencial da ideologia do “capital humano”.

A ideologia do “capital humano” intensifica o processo de obliteração da realidade e aprofunda o processo de alienação do trabalhador dos meios de produção e dos meios de subsistência, de um lado, e dos processos de reprodução de sua existência como classe

social, do outro. A quebra do elo que articula o proletariado consigo mesmo intenta impedir qualquer possibilidade de formação na direção da passagem da classe em-si para a classe para-si.

A burguesia conseguiu colimar seus interesses em escala internacional na perspectiva de assegurar preceitos ideológicos que conduzam à total captura da subjetividade proletária enquanto classe em-si e para-si. A ideologia do “capital humano” serve tanto esconder a exploração do trabalhador quanto para ocultar a natureza destrutiva e perversa do sistema assentado na exploração e na espoliação da força de trabalho.

Pela mediação da ideologia do “capital humano”, o capital estabelece sua essência desumana e responsabiliza os trabalhadores pelo desemprego e pelos problemas promovidos pelo sistema assentado na acumulação de mais-valia. A tentativa de esconder as contradições do sistema acentua as contradições e revela que o capital não tem como deslocá-las nos tempos hodiernos, como fez nos tempos remotos.

Referências

FRIGOTTO, Gaudêncio. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015. Acessível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2729>.

LAVAL, Christian. **Escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. Mana Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**: o processo de produção do capital. Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

CAPÍTULO QUARTO: A IDEOLOGIA PRIVATISTA-EMPREENDEDO- RA DA FUNDAÇÃO LEMANN NO INTERIOR DA EDUCAÇÃO PÚBLICA¹

Artur Bispo

Tatiana Lyra Lima Félix

Na tentativa desesperada de deslocar suas contradições, o capital financeiro promove uma plêiade de contrarreformas sob a insígnia das medidas neoliberais, penetrando radicalmente nas distintas esferas extraeconômicas. O expediente da acumulação por espoliação é acionado na perspectiva de apaziguar e atenuar a crise que acomete o sistema do capital no circuito da produção-consumo-distribuição.

A necessidade de assegurar a ampliação das taxas de acumulação, mediante novas táticas e estratégias de apropriação do trabalho excedente, configura-se como o fundamento das medidas persuasivas do capital contra o trabalho nos tempos hodiernos. Os problemas crônicos do sistema decorrentes da queda da taxa de lucro, da superprodução, superacumulação e o estilhaçamento da relação existente entre produção-distribuição-consumo, expresso na natureza destrutiva do capital, devem ser solucionados com o anteparo das saídas externas configuradas nos complexos coercitivos e persuasivos. As medidas extraeconômicas são acionadas para atenuar os problemas

¹ Capítulo resulta de projeto de pesquisa, “A dialética do capital financeiro e seu reflexo na economia alagoana”, financiado pela Fapeal - edital N° 003/2022 – AUXÍLIO À PESQUISA - HUMANIDADES Ciências Humanas Ciências Sociais e Aplicadas; Linguística, Letras e Artes.

econômicos, revelando a incapacidade de o sistema apresentar soluções duradouras para dirimir sua profunda crise de expansão e acumulação em escala ampliada.

Os direitos sociais dos trabalhadores e a educação devem ser reconfiguradas na perspectiva de colaborar na recuperação das taxas de lucros do capital mediante o desmantelamento da estrutura ideológica que matizava as organizações e os movimentos sociais. Nesse processo, faz-se necessário introduzir uma ideologia centrada na semântica meritocrática, na lógica concorrencial e na supervalorização do espírito empreendedor, enquanto chave de resolução dos males que acometem os serviços públicos, a escola pública e os partícipes do exército industrial de reserva. A nova semântica tem como escopo obnubilar o fundamento das novas modalidades de privatizações presentes na esfera pública, matizadas nas parcerias público-privadas, e obliterar a verdadeira essencialidade das fundações erguidas por empresários como Jorge Paulo Lemann.

No decorrer deste texto, observar-se-á como a capilaridade das parcerias público-privadas inscreve-se na Fundação Lemann, como uma das principais protagonistas das contrarreformas instituídas veladamente no *corpus* da escola pública, mediante práticas que têm como vetor essencial capturar a subsunção da consciência das massas destituídas da possibilidade de reproduzir sua existência objetivo-subjetiva sem vender sua força de trabalho.

4.1 As Parcerias Público-Privadas (PPPs) e a lógica empreendedor

Enquanto correia de transmissão do capital financeiro, os estados nacionais da burguesia assumem a tarefa de colocar em movimento as sórdidas políticas neoliberais. As Parcerias Público-Privadas (PPPs) foram plasmadas objetivando assegurar a volatilidade dos interesses das grandes corporações financeiras e empresariais, que precisavam apropriar-se dos recursos destinados à educação pública, num contexto de crise profunda de expansão e acumulação do capital.

A privatização dos serviços públicos, possibilitada pela Parceria Público-Privada, tem seu ponto de inflexão na privatização duma constelação de empresas estatais brasileiras na década de 1990. O governo Luiz Inácio Lula da Silva representa o aperfeiçoamento de um processo iniciado nos governos precedentes, em que as privatizações comparecem sob o nome de concessões.

Na oportunidade da homologação da Lei das PPPs, em 31 de dezembro de 2004, Soliani e Scolase (2004, p. 1, grifos nosso) afirmam:

O Ministério do Planejamento pré-selecionou 23 projetos que estão no PPA (Plano Plurianual) para avaliar a possibilidade de licitá-los dentro das novas regras. O investimento para realizá-los é estimado em R\$ 13,067 bilhões. A maioria dos empreendimentos, 19, são obras para facilitar o escoamento das exportações e interligar centros econômicos - construção de estradas e ferrovias e melhoria nos portos. Mas nem todos devem ser feitos com base nas PPPs.

A seleção final dos projetos será baseada em quatro critérios: prioridades de desenvolvimento (obras que melhorem a logística de escoamento da produção); o interesse da iniciativa privada; a qualidade do próprio projeto e a capacidade de geração de receitas.

As PPPs são uma nova modalidade de concessão para obras necessárias ao desenvolvimento do país, mas cujo retorno econômico pode não ser suficiente para estimular a iniciativa privada a assumir o empreendimento sozinha.

A nova lei garante ao empreendedor privado um retorno mínimo para o seu investimento. Parte do retorno será pago com a cobrança de tarifas pelos usuários do serviço, e outra parte, pela União, Estados ou municípios. Em alguns casos, a remuneração do investidor poderá vir toda das contraprestações públicas.

O texto acima não deixa dúvida acerca da natureza privatista das PPPs, quando assinala: “As PPPs são uma nova modalidade de concessão”, ou melhor, as PPPs configuram-se como uma nova modalidade de privatização.

Um pequeno resgate histórico permite lembrar que mediante as parcerias do setor público com o setor privado, o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) operacionalizou o mais colossal processo de privatização de empresas estatais da história brasileira, em que trilhões de reais foram deslocados do setor público para o privado. Somente no último mandato do governo FHC (2000-2003) foram realizados 315 programas de parcerias público-privadas, envolvendo 613,5 bilhões de reais. Desse montante, a iniciativa privada projetava aplicar aproximadamente 171,7 bilhões de reais, sendo uma parte desse montante advindo dos empréstimos do BNDES. Dos referidos programas, destacam-se 43 cuja iniciativa deveria participar com 283 ações de um conjunto formado por 827 projetos ou ações em exercício; nove desses programas estavam relacionados à privatização do complexo hidroelétrico brasileiro (Soares e Campos, 2004).

O referido plano não ficou circunscrito à privatização de estatais de prestação dos serviços de energia elétrica, mas estendeu-se para a Petrobras, rodovias federais, oferta dos serviços de água e esgoto etc., alcançando ainda a oferta dos serviços públicos de educação e saúde, “sendo sete na área de saúde e quatro na área de educação” (Soares - Campos, 2004, p. 9). Entre as parcerias elencadas, destaca-se a estabelecida pela Universidade de Brasília (UnB) com o ramo da construção civil.

Esclarecem Soares e Campos (2004, p.9-10)

Efetivamente, a UnB, em vez de vender terrenos urbanos que possui, de uso residencial, estabelece parceria com a construtora que lhe oferecer a maior área construída. Por esse sistema, a Universidade consegue, por meio de licitação, trocar lotes urbanos, destinados para prédio residencial, por até 40% dos apartamentos

construídos. Esses apartamentos têm sido colocados à venda após a conclusão do prédio, o que significa que a UnB assume o risco do empreendimento e passa a dispor de um produto de maior valor agregado.

Assim, o Estado brasileiro poderia isentar-se da responsabilidade pelo tripé ensino-pesquisa-extensão. A UnB forjava o caminho da apreendida “autonomia universitária”, procurando cooptar recursos da esfera privada; para isso, alienava parte de seus bens imóveis sob a justificativa da constituição de novos fundos financeiros para o desenvolvimento de pesquisas e a ampliação das atividades de ensino e extensão.

A narrativa da melhoria da qualidade dos serviços prestados buscou ocultar o processo de acumulação por espoliação que matizava a verdadeira essência das parcerias público-privadas. Harvey (2004) chama atenção para as novas formas de acumulação por espoliação, como a dívida pública, a manipulação do sistema de crédito, a supervalorização das ações, a manipulação do sistema financeiro e a fraude corporativa, bem como o processo de privatização de ativos e serviços públicos (saúde e educação), as patentes e o conhecimento produzido pelas universidades. Desse modo, a parceria público-privada delinea-se como forma de capturar e transferir recursos públicos para o setor privado.

Os recursos que deviam ter como destinatários os trabalhadores, na esfera da educação, são desviados para o sistema financeiro e para a formação e consolidação grandes grupos empresariais. Desse modo, capitalistas como Eike Batista conseguiram fazer fortuna da noite para o dia; a história de Jorge Paulo Lemann não seria diferente.

As parcerias estabelecidas com escolas públicas constituem uma forma de privatização em que o capital consegue penetrar em sua ossatura mantendo velada sua essencialidade. O processo de mutação inscreve-se nas camadas mais densas de sua processualidade sem que seus usuários possam compreender o que efetivamente acontece sob seus olhos e/ou debaixo de seus pés. O demiurgo ideológico dessa velada forma de privatização denomina-se terceiro setor.

A sua semântica de inovação, criatividade individual, colaboração e assistencialismo não passa de um estratagema para encobrir sua verdadeira essencialidade. O terceiro setor não se configura como uma esfera distinta do Estado e do mercado, como argumentam seus ideólogos, mas emerge como uma peça subjetiva para isentar o Estado de suas obrigações sociais e lançar sobre os trabalhadores, sob o manto de “sociedade civil”, o apanágio da responsabilidade social. É sob a insígnia de terceiro setor que uma plêiade de capitalistas investem na formação de fundações, empresas de assessoria, firmas de consultorias locais ou internacionais, escritórios de advocacia, instituições financeiras, bancos, *think tanks* etc. Os teóricos do terceiro setor apontam o espírito empreendedor como seu preceito fundamental.

Segundo Giddens (2007, p. 26):

O empreendedorismo civil é qualidade de uma sociedade civil modernizada. Ele é necessário para que os grupos cívicos produzam estratégias criativas e enérgicas para ajudar na lida com problemas sociais. O governo pode oferecer apoio financeiro ou proporcionar outros recursos a tais iniciativas.

A noção do burguês como um indivíduo empreendedor foi sistematizada pela primeira vez pelo economista francês Jean Baptiste Say (1810) – considerado como pai do empreendedorismo. O termo aplica-se à personalidade capaz de deslocar e transferir recursos econômicos de um setor com baixa produtividade para outro dotado de elevada produtividade. Schumpeter (1985, p. 47) considera o empreendedor como o agente do processo de destruição criativa “que aciona e mantém em marcha o motor capitalista, criando novos produtos, novos mercados e sobrepondo-se aos antigos métodos menos eficientes e mais caros, revolucionando sempre a estrutura econômica [...] e criando uma nova”. Ele compreende que o sucesso do empresário emana da capilaridade de seu estratagema inovador, que consiste nas vicissitudes da “destruição criativa”, mediante a ascendência de corolários que transcendem as zonas habituais da economia mediante

práticas inovadoras.

Como os apologistas do capital, Schumpeter desconsidera que o movimento imanente das forças produtivas e das relações independe das idiossincrasias da personificação do capital. A subjetividade do empresário não está acima das determinações do sistema do capital. O mercado tem regras estabelecidas, e o capitalista não passa de sua mera personificação. O empreendedor de Schumpeter não passa duma abstração mística com o propósito de eternizar o sistema constituído.

A narrativa de Schumpeter conta com a colaboração de entidades poderosas, como, por exemplo, a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU). A referida organização internacional apresenta a educação empreendedora como a chave de elevação do nível de vida da população mundial; por isso, encoraja os países filiados a adotarem ações no sentido de despertar as vocações empresariais pelos instrumentos midiáticos e pelos processos educacionais formais. Essas ações são apresentadas como essenciais para erradicar as crescentes taxas de desemprego e pauperismo (ONU, 2004). A notória organização revela-se profundamente colimada aos imperativos neoliberais, fortalecendo os preceitos ideológicos que ampliam a manipulação da consciência das massas. Desse modo, busca-se forjar um cenário propício para a difusão das parcerias público-privadas, em que a ideologia meritocrática do empreendedorismo ganha fórum especial.

Na tentativa de universalizar esse ideário, o empresário Jorge Paulo Lemann acumula funções precípua na emulação dos valores empreendedores no interior da escola pública. A pressão realizada pelos parlamentares e executivos de prefeituras, estados e federação caminha para a completa inserção da disciplina “empreendedorismo e inovação” na grade curricular das escolas públicas brasileiras (PL 2944/2021), reproduzindo os critérios meritocráticos difundidos pelo Sebrae e pelas escolas do sistema S (Sesc, Senac, Sesi e Senai).

4.2 O fundamento do interesse da Fundação Lemann pela educação pública

O arraigado interesse de Jorge Paulo Lemann pelos desígnios da educação pública brasileira tem como premissa a necessidade de difundir os preceitos da meritocracia empreendedora em todas as camadas da pirâmide social que constitui a sociedade brasileira. A defesa radical de uma educação orientada à reprodução dos valores neoliberais configura-se como força motriz do projeto estratégico constituído pelo empresário Jorge Paulo Lemann desde a criação da Fundação Educar, em 1990. Esta é uma espécie de *thinks tank*, ou seja, uma organização encorpada na formulação das políticas neoliberais que seriam aplicadas pelos governos (federal, estadual e municipal) a partir da década de 1990, atuando ainda na formação de lideranças expressivas no campo da política, que devem fortalecer as iniciativas e os preceitos do empreendedorismo, da inovação digital e da governança corporativa ensejada pelo mercado financeiro.

O espaço aberto na esfera da educação pela Fundação Educar pavimentou o caminho para a constituição da Fundação Lemann. A referida fundação compõe o Grupo Lemann, enquanto conglomerado transnacional, que tem presença destacada em inúmeros países. O conglomerado é formado pelas empresas Anheuser-Busch InBev (AB InBev), Kraft Heinz, Brands International, Lojas Americanas etc. E, mais recentemente, pela aquisição da Eletrobras, juntamente com as transnacionais GIC, fundo soberano de Cingapura e o fundo de pensão canadense CPPIB. O inusitado patrimônio corporativo serviu para erigir Jorge Paulo Lemann à condição de homem mais rico do Brasil e o 19º homem mais rico do mundo. Isso permite perguntar: como o empresário conseguiu acumular tanta fortuna a partir da primeira empresa adquirida na época do milagre brasileiro (1971)?

Zettermann (2018) aponta que o jovem, aclimatado no bairro do Leblon (Rio de Janeiro), não brotou de nenhum clã tradicional ou de alguma abastada família brasileira. Seu pai foi um mero empresário do ramo de laticínios (Empresa Leco) que perdeu a empresa para um concorrente. Assim, o homem mais rico do Brasil tem origem modesta e precisou vender sua força de trabalho, primeiramente para a Invesco (1963), em que “Lemann criou um ‘mercado paralelo’ para a compra e venda de ações, chegando “a ser expulso do prédio da bolsa de valores por corretores” (Oscar, 2019, p. 3). Posteriormente, pre-

cisou vender sua força de trabalho para a corretora Libra (1967), “onde conseguiu 200 mil dólares com sua saída da empresa e pôde comprar o banco Garantia”, em 1971 (Oscar, 2019, p. 3).

Como a totalidade dos capitalistas, a fortuna de Jorge Lemann decorre de práticas nada idílicas do capital. O fundamento de sua riqueza emergiu das práticas sinistras que norteiam o mundo das bolsas de valores, retomadas com a abertura pró-mercado desencadeadas pelo regime empresarial-militar instaurado no Brasil em 1964.

Oscar (2019, p. 3) nos oferece uma visão suscita da vida do empresário antes de forjar sua primeira corretora no mercado de capitais:

Aos 31 anos, o ex-aluno de Harvard estava desempregado, mas com US\$ 200 mil no bolso. Seu plano era comprar uma corretora em sociedade com os colegas que tinham deixado a Libra. O dinheiro que faltava veio do amigo e ex-deputado Adolfo Gentil, dono do Banco Operador.

Gentil publicou um anúncio no jornal (“compra-se corretora”) e, em agosto de 1971, adquiriu a Garantia por US\$ 800 mil. Ali, Lemann colocaria em prática o que aprendeu na universidade americana: uma cultura baseada em meritocracia, com obsessão por formar os melhores líderes e transformá-los em sócios.

No livro *Sonho Grande*, que conta a história do trio Lemann, Telles e Sicupira, a jornalista Cristiane Correa revela que, na corretora Garantia, Lemann buscava profissionais chamados por ele de PSD (*poor, smart, deep desire to get rich*) — pobres, espertos e com grande desejo de enriquecer.

Os matizes que asseguraram a fortuna de Sr. Jorge Lemann reproduzem a velha cantilena da ambição desmedida da burguesia destituída de escrúpulos, mas repleta de esperteza e ambição para a captura do excedente produzido pelos trabalhadores, mediante a subordinação do capital produtivo ao capital financeiro. A referida autora também oferece um retrato nada idílico dos métodos adotados pelo jovem empresário em

sua etapa originária de formação empresarial.

Escreve Oscar (2019, p. 3):

Todos trabalhavam em um grande salão, sem divisórias, sem salas fechadas, para facilitar a comunicação — e a pressão. No ambiente aberto, todo mundo fiscalizava todo mundo: o clima era de competição. As jornadas duravam de 12 a 14 horas e, às vezes, entravam no fim de semana.

Os métodos de controle adotados pelo toyotismo compõem na logística de constituição do espaço de trabalho com suas longas jornadas de trabalho. A aplicabilidade dos critérios de controle do chão da fábrica é reproduzida milimetricamente no espaço dos funcionários de colarinho branco, em que os vendedores de sua força de trabalho devem entregar sua pele para serem esfolados, haja vista que estão destituídos dos meios de produção e dos meios de subsistência (Marx, 2013). Como se não bastasse a exploração orquestrada pelas jornadas de trabalho de 12 e 14 horas, os trabalhadores eram lançados numa espécie de ringue, em que tinham que entrar no clima de competição para preservar seus postos de trabalho.

Os trabalhadores que eram contratados pelo empresário eram obrigados ainda a investir as bonificações conquistadas nas ações da própria empresa; desse modo, os empregados tinham de vestir a camisa da empresa, em que eram ficticiamente proprietários/investidores; aquele que não alcançasse as metas estabelecidas era sumariamente demitido. Esclarece Oscar (2019, p. 3): “No começo do Garantia, quem batesse metas podia ganhar até cinco salários extras. Mas para que uns recebessem outros tinham de perder. Em média, 10% do quadro de funcionários”. À proporção que foi ampliando sua taxa de acumulação, Jorge Lemann eliminou seus principais sócios, restando somente aqueles que não representavam uma destacada ameaça.

A partir do capital financeiro, de natureza rentista ou fictícia, Jorge Lemann procura inserir-se na esfera do capital produtivo e do

capital comercial, pois era necessário penetrar efetivamente no mundo da produção; afinal, o capital fictício não produz nenhuma riqueza material, não passando da transferência de riqueza de uma mão para a outra: o que um indivíduo ganha, de um lado, alguém é obrigado a perder, do outro.

A hegemonia do capital financeiro, sob as outras formas de composição do capital, permitiu sua primeira experiência, que se revelou como um enorme fracasso, na Alpargatas; na segunda experiência, Jorge Lemann adquiriu os papéis mais importantes das Lojas Americanas na Bolsa de Valores e soube como fazer seu dinheiro multiplicar mediante a demissão de 6,5 mil pessoas “(40% do quadro de funcionários) e a intensificação da exploração dos que permaneceram. Em um semestre, as Americanas já valiam mais do que na data da aquisição pelo Garantia” (Oscar, 2019, p. 4).

Estes fatos desmistificam a retórica de Jorge Lemann. A sua fortuna brota da *expertise* que rege a natureza desumana do capital em todas as partes do mundo, não subsistindo absolutamente nada de inovador nas atitudes do referido empresário que não tenha sido denunciado por Karl Marx em sua obra fundamental, *O capital* (2013). Como Matarazzo e tantos outros empresários brasileiros, Jorge Lemann gosta de enaltecer sua fortuna nos cursos ministrados por suas fundações (Educar e Lemann), como produto de sua engenhosidade, notável maestria, imaginação criadora, espírito empreendedor e inovador. Esse discurso não passa de fantasia e é parte das “robinsonadas” burguesas que servem para obliterar os verdadeiros fundamentos da acumulação por espoliação e/ou da acumulação por exploração direta da força de trabalho (mais-valia), enquanto formas essenciais de acumulação e expansão do capital (Luxemburg, 1985).

Num contexto de crise dos partidos tradicionais que marca o advento do neoliberalismo, as fundações de Jorge Paulo Lemann forjam-se como espaços aglutinadores do pensamento neoliberal brasileiro. A Fundação Lemann atua na formação dos ideais corporativos e empresariais tanto no interior da classe dominante quanto no interior da classe dominada; seu propósito é controlar o processo de formação da inteligência brasileira e penetrar nas camadas mais distintas da classe trabalhadora. Nesse processo, as parcerias público-privadas cumprem um destacado

papel.

No primeiro plano de ação pedagógica situa-se o processo de formação da classe dirigente do país. Mediante o controle da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), por exemplo, a Fundação Lemann (FL) colabora na formação dos herdeiros de frações relevantes da política brasileira, a exemplo de Eduardo Campos, João Campos, Pedro Cunha Lima, Priscila Krause, Gustavo Krause etc. Ao mesmo tempo, seu espaço de atuação estende-se à formação de membros importantes da nova esquerda brasileira, como o deputado federal Alessandro Molon (PSB/RJ), Monica, da Bancada Ativista (PSOL/SP), o senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP), Renato Casagrande (governador do Espírito Santo, pelo PSB), Tábata Amaral (que concluiu seus estudos em Harvard, com bolsa da Fundação Estudar) etc. (Lobão, 2019). No momento da escrita deste texto, a RAPS (2022, p. 1) informa que sua rede de lideranças é constituída por:

753 membros, de 29 partidos políticos, de todas as regiões do país, de 26 estados e do Distrito Federal. Do total de membros, 228 estão no exercício de cargos eletivos, tais como: 8 senadores, 37 deputados(as) federais, 46 deputados(as) estaduais, 2 deputados(as) distritais, 91 vereadores(as), 2 governadores, 30 prefeitos(as) e 12 vice-prefeitos(as).

Além da formação da classe política dirigente, a Fundação Lemann destaca-se pela *expertise* na formação dos gestores e professores das escolas públicas brasileiras. Brito e Marins (2020) assinalam que o primeiro curso *online* (2003) endereçado para a formação dos gestores da escola pública denominava-se “Gestão para o Sucesso Escolar”; a primazia era conferida ao processo de “formação de lideranças e uso de instrumentos de avaliação como ferramenta de trabalho” (Brito e Marins, 2020, p. 2). Concomitantemente, a FL oferecia cursos de especialização para gestores escolares numa parceria com a Faculdade Anhembi-Morumbi.

Pela mediação de seus ativos *lobbies* no interior do parlamento burguês, a FL instituiu uma teia de parcerias com múltiplos órgãos públicos subordinados ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações. As atividades de assessoria às lideranças das escolas públicas cresceram ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, merecendo destaque os seguintes projetos e ações formativas: 1 – Projetos relacionados à formação de docentes da escola pública pela mediação do Projeto Ensina Brasil e do Projeto Conectando Saberes; 2 – Projetos relativos à preparação da gestão educacional pela mediação do Projeto Gestão para Aprendizagem e do Seminário Políticas Educacionais; 3 – Apoio ao Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); 4 – Formação de lideranças parlamentares com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Lideranças Públicas; 5 – Intervenção lobista no parlamento burguês no sentido de aprovar projetos de seu interesse, como, por exemplo, a reforma do ensino médio com o novo BNCC; 6 – A edição de revistas na perspectiva de forjar uma ideologia empresarial entre profissionais da educação, como as revistas Nova Escola e Gestão Escolar; 7 – O Projeto Portal QEDu, que monitora o banco de dados sobre a educação brasileira (Brito e Marins, 2020).

Uma rápida observação sobre o campo de atuação da FL permite constatar que não passa de engodo a afirmativa de que a empresa constitui-se como “uma organização de filantropia familiar, nascida em 2002, a partir do desejo de construir um Brasil mais justo e avançado” (Fundação Lemann, 2022). Por sua vez, não deixa de ser verdadeira a assertiva contida em seu *site*, de que os pilares de sua atuação estratégica são “Educação e Lideranças”, em que “pessoas com formação educacional de qualidade podem se tornar líderes preparados e engajados para contribuir com o desenvolvimento do país” (FL, 2022, p. 1).

Engana-se quem espera que essa formação se dê segundo os interesses daqueles que precisam da escola pública. Na verdade, a FL introduz na escola pública os preceitos da lógica empresarial para galvanizar os interesses capitalistas num contexto de crise sistêmica. Trata-se de uma ferramenta importante na disputa da consciência das massas que constituem a escola pública. A FL adentra no espaço escolar oferecendo cursos de capacitação para gestores e educadores ditados pelas tábuas da lógica em-

presarial e dos preceitos do empreendedorismo e da inovação. O fundamento dos programas e projetos instituídos pela FL visa à irradiação de mecanismos ideológicos essenciais à reprodução dos interesses do capital financeiro e suas corporações transnacionais. Trata-se de penetrar na educação pública na perspectiva de assegurar a universalização dos pressupostos essenciais e perenizar a irracionalidade do sistema assentado na apropriação do trabalho excedente dos trabalhadores.

O déficit de docentes e gestores das escolas públicas no domínio das novas ferramentas digitais e tecnologias serve de base às ações da FL. O Programa de Inovação Educação Conectada (IEC), de 2017, foi forjado para assegurar “a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica” (Brasil, 2017, p. 1). É no bojo da formação técnica direcionada ao mundo digital que se introduz o discurso neoliberal da necessidade de subverter os velhos paradigmas da educação com metodologias inovadoras e estratégias fundamentadas na qualidade total, conforme reza o toyotismo.

Aliados de qualquer autonomia administrativa, os gestores das secretarias estaduais e municipais, diretores e supervisores escolares caminham como um rebanho para campos de capacitação controlados pela Fundação Lemann. Os seus pacotes formativos são indicados pelo próprio Ministério da Educação como resposta aos problemas de que padecem as escolas públicas, distantes das metas instituídas desde os tempos remotos do ministro Paulo Renato, que criou o provão (Enem) e os distintos mecanismos de avaliação. O processo de emulação direcionado para a FL descortina os limites da gestão democrática ante a ditadura dos pacotes estabelecidos pelo mercado.

Aprisionados nos rochedos dos modelos, metas e imposições determinados pelos *lobbies* da Fundação Lemann ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, os gestores estaduais e municipais não passam de correias de transmissão da lógica empreendedora alicerçada na exploração do trabalho. Nesse processo, o principal responsável pela imposição da espada de Dâmocles, que paira sobre a cabeça dos gestores, é ocultado do processo. Desse modo, o protagonista da constelação de medidas

liberais que pesa sobre os ombros das escolas públicas emerge como parceiro e portador do segredo capaz de absolver a educação pública brasileira dos males e problemas em que estão enredadas.

A FL aparece como a chave do sucesso das escolas que não conseguem alcançar as metas estabelecidas pelo Ideb, bem como dos elevados índices de repetência e evasão escolar, mediante critérios e exigências que ela mesma ajudou a fabricar com sua *expertise* inescrupulosa junto às bancas parlamentares em Brasília e sua influência direta sobre os executivos dos ministérios, das secretarias e dos governos federal, estaduais e municipais.

Assim como colaborou na elaboração e na aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a FL tem ensejado esforços na perspectiva de introduzir a disciplina empreendedorismo nas escolas públicas brasileiras. Nesse processo, a parceria público-privada é um instrumento fulcral de um processo de privatização sob o cariz velado de filantropia corporativa ou o compromisso dos empresários com a melhoria da “qualidade” do ensino ministrado segundo os preceitos axiológicos do empreendedorismo. No entanto, a referida parceria tem servido de base para a introdução de um novo esquema ideológico no interior da escola pública, que se apresenta como um mecanismo de internalização de regras e preceitos que proporciona a ampliação do poder e da influência de fundações capitalistas, forja uma escola pública à imagem e semelhança do capital financeiro e desloca os enormes montantes de recursos financeiros que deveriam aplicados na formação e capacitação de gestores, educadores e estudantes para fundações privadas.

O sucesso do deslocamento dos recursos públicos para o setor privado tem possibilitado a ampliação dos negócios de Jorge Paulo Lemann na esfera da educação. Como testemunho dessa ampliação, configuram-se não somente as fundações citadas, mas também o Grupo Eleva Educação (resultado da incorporação das redes de ensino Elite e Pensi), formado em 2013. O Eleva é, desde 2021, a maior corporação privada de educação básica do mundo (incorporando 51 escolas do Cogna/Kroton, inúmeras redes de ensino básico e redes de idiomas estrangeiros, como a Cultura Inglesa). Isso revela a importância de os educadores tomarem ciência da periculosidade que representa a inserção da FL na

escola pública, com seus cursos de capacitação e formação de gestores e professores, bem como com seus cursos de assessoria digital.

É preciso que os movimentos docente e estudantil combativos tomem ciência da ameaça que representam os pacotes didáticos da FL oferecidos e forjem uma alternativa efetiva ao processo de constituição de uma escola pública: uma escola pública que não seja a imagem e a semelhança do capital, mas sim imagem e semelhança da classe trabalhadora.

O presente capítulo procurou descortinar a natureza da crescente presença da Fundação Lemann no interior da escola pública brasileira, que tem – com sua rede extensa de cursos de capacitação de gestores e professores, bem como suportes técnicos aos estudantes e técnico-administrativos – como premissa essencial irradiar valores que buscam eternizar o sistema do capital num contexto de crise das organizações tradicionais da burguesia.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017**. Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9204.htm. Acesso em: 03 de junho de 2022.

BRITO, S. H. Andrade de – MARINS, Guilherme A. M de Barros. Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e77558, 2020. Endereço eletrônico: <https://www.scielo.br/j/er/a/vgVG6Hk63X-FCVvH5Sxk7QLv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 03 de junho de 2022.

CERQUEIRA, Sofia. Lemann e o sonho de transformar a educação brasileira. **Veja Rio**. Rio de Janeiro: Abril, 2017. Endereço eletrônico: <https://vejario.abril.com.br/cidade/lemann-e-o-sonho-de->

[-transformar-a-educacao-brasileira](#). Acesso em 03 de junho de 2022.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Quem somos**. Endereço eletrônico: <https://fundacaolemann.org.br/institucional/quem-somos>. Acesso em 04 de junho de 2022.

GIDDENS, Antony (Org.). **O debate global sobre a terceira via**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

HARVEY, David. O novo imperialismo. Trad. Adail Sobral e Maria Stella Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005. In. HARVEY, David. **O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação**. Socialist Register, 2004.

LIMA, Laudirege Fernandes; LUCE, M. Beatriz. Sistema de avaliação educacional de Alagoas – Saveal: para ou contra a democratização da/na educação básica? **Revista Práxis Educacional**. 2022, v. 18, n. 49. Endereço eletrônico: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/10490>. Acesso em 02 de junho de 2022.

LOBÃO, André. “Think Tanks” formam novos e velhos políticos e ditam políticas públicas no Brasil. **Revista Fórum**, 9 de abril de 2019. Endereço eletrônico: <https://revistaforum.com.br/politica/2019/4/9/think-tanks-formam-novos-velhos-politicos-ditam-politicas-publicas-no-brasil-54844.html>. Acesso em 04 de junho de 2022.

LUXEMBURG, Rosa. **Acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Trad. Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O capital: o processo de produção do capital**. Livro primeiro. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

ONU. Desencadeando o empreendedorismo. **Relatório para o Secretariado Geral das Nações Unidas**. New York, 2004.

OSCAR, Naina. Jorge Lemann: conheça a trajetória do bilionário dos resultados. **Seu Dinheiro**, 17 de janeiro de 2019. Endereço eletrônico: <https://www.seudinheiro.com/2019/jorge-paulo-lemann/jorge-paulo-lemann-bilionario/>. Acesso em 05 de junho de 2022.

RAPS – REDE DE AÇÃO POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE. **Sobre nós.** Endereço eletrônico: <https://www.raps.org.br/rede-de-liderancas/?estado=2>. Acesso em 04 de junho de 2022.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOARES, R. Pereira; CAMPOS NETO, C. A da Silva. **Considerações sobre o Projeto de Lei de parceria público-privada (PPP) em face da experiência recente do Brasil.** Brasília: IPEA, 2004. Endereço eletrônico: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2080/1/TD_1010.pdf. Acesso em 05 de junho de 2022.

SOLIANI, André; SCOLESE, Eduardo. Lula sanciona lei das PPPs, mas obras só virão em 2006. **Folha de São Paulo.** 31 de dezembro de 2004. Endereço eletrônico: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3112200411.htm>. Acesso em 05 de junho de 2022.

ZETTERMANN, Carolina Ribeiro. **Biografias de sucesso ou habitus de classe? Um estudo sobre a origem social de empresários e executivos brasileiros.** Endereço eletrônico: <file:///D:/Downloads/37229-Texto%20submetido-124187-1-10-20190301.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2022.

CAPÍTULO QUINTO:

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ALAGOAS MEDIANTE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS¹

Artur Bispo

Numa posição verticalizada o governo do Estado e da Assembleia Legislativa de Alagoas, desconsiderando os efetivos interesses da comunidade escolar e dos servidores públicos estaduais, o vice-governador em exercício, José Wanderley Neto, no exercício do cargo de governador do Estado, decretou (Lei nº 8.759, 25 de novembro de 2022) a entrega de mais de 304 imóveis² pertencentes às escolas públicas ao “Fundo Garantidor da Alagoas Previdência – FGAP/AL”³, apêndice da Alagoas Ativos

1 Capítulo resulta de projeto de pesquisa, “A dialética do capital financeiro e seu reflexo na economia alagoana”, financiado pela Fapeal - edital N° 003/2022 – AUXÍLIO À PESQUISA - HUMANIDADES Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas; Linguística, Letras e Artes.

2 O governador Paulo Dantas apresenta o número de escolas que serão entregues às parcerias público-privadas: “O Estado de Alagoas possui atualmente dentro o seu patrimônio imobiliário um conjunto de 304 (trezentos e quatro) escolas que compõem a Rede Estadual de Ensino e que foram recentemente avaliadas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV..”(Decreto de Lei nº 8.759, 2022).

3 Alagoas Previdência configura-se sob a forma de Regime Próprio da Previdência. Além desta modalidade de constituição da Previdência, o governo estadual constituiu,

S.A.

Na primeira página do Diário Oficial do Estado de Alagoas, de 26 de novembro de 2022, encontra-se a letra do processo de espoliação, mediante privatização dos recursos públicos, dos 304 imóveis que constituem as escolas públicas estaduais, para o setor privado, pela intermediação da Alagoas Previdência. O verdadeiro destinatário dos imóveis denomina-se PPPs (parcerias público-privadas), Alagoas Ativos S. A. e Fundo Garantidor.

As escolas terão seus imóveis entregues ao sistema imobiliário, pela mediação da Alagoas Ativos e das PPPs, já que a Alagoas Previdência não se configura como uma empresa com capacidade de gerenciar imóveis. Desse modo, as escolas públicas ficaram sem seu principal bem para realizar suas atividades-fins e ainda terão parte dos recursos oriundos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) destinado ao pagamento do aluguel de um prédio era de uso público. O pagamento pelo uso do imóvel pertencente à comunidade escolar representa um processo de privatização que desconsidera os efetivos interesses da comunidade escolar, num processo de deslocamento de recursos da educação para o setor financeiro (Fundo Garantidor/Alagoas Ativos) e imobiliário (Alagoas Ativos S. A.).

5.1 Decreto nº 8.759 entrega 304 escolas públicas estaduais de Alagoas para o mercado financeiro e imobiliário

Num ato contraposto aos preceitos da gestão democrática, o

em 11 de fevereiro de 2019, a Previdência Complementar do Estado de Alagoas (ALPrevcomp) para os servidores públicos. Esta última é regida pelo sistema de capitalização, uma espécie de investimento financeiro. A ALPrevcomp está subordinada aos imperativos do Grupo Mongeral Aegon, “um dos maiores grupos de seguro, previdência e investimentos financeiros do mundo, presente em mais de vinte países, na América, Ásia e Europa. Com sede em Haia, na Holanda, a Aegon possui mais de 40 milhões de clientes no mundo e ativos sob gestão de mais de R\$ trilhão” (Alprevcomp, 2022, p.1).

Decreto nº 8.759 importa numa renúncia compulsória da comunidade escolar de seu imóvel e de parte expressiva de seus recursos para assegurar o pagamento de locação de um imóvel que lhe pertencia, pois está vetado seu uso ou cessão de forma gratuita:

Art. 2º Os negócios jurídicos a serem firmados com os bens imóveis incorporados ao patrimônio do FGAP/AL deverão observar a **política de investimentos da ALAGOAS PREVIDÊNCIA**, sendo vedada a alienação ou utilização dos bens imóveis a título gratuito. (Diário Oficial, 2022, p. 1, grifo nosso).

O pagamento de aluguel pelo uso do espaço público implica a alteração na natureza da educação pública, que não sendo mais proprietária do imóvel, deixa de usufruir da liberdade para deliberar segundo os interesses dos segmentos que constituem a escola e subordina-se exclusivamente aos interesses do mercado imobiliário e do capital rentista. A ALAGOAS PREVIDÊNCIA deve gerenciar os imóveis não segundo os interesses públicos e os direitos da comunidade escolar, mas de acordo com “a política de investimentos”. É o mercado financeiro acima dos interesses da educação, e a transformação da educação numa mercadoria.

O desprezo pela gestão democrática e a alienação da comunidade escolar estão na mensagem endereçada pelo governador Paulo Dantas (2022, p. 2, grifo nosso) ao presidente da Assembleia Legislativa:

Ademais, destaca-se que, em relação à desafetação das escolas estaduais para fins de destinação ao fundo garantidor, a transferência da manutenção predial à ALAGOAS PREVIDÊNCIA e à **Alagoas Ativos permitirá uma maior especialização da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC em suas atividades-fins**.

Como a Alagoas Previdência não se configura como uma empre-

sa privada, e muito menos como corretora ou especialista no sistema imobiliário, o Decreto mencionado afirma que – para assegurar o cumprimento dessa cláusula, segundo os padrões da eficiência, rentabilização e monetização dos recursos do Fundo Garantidor da Alagoas Previdência (FGAP/AL) – a ALAGOAS PREVIDÊNCIA, “por meio da **Alagoas Ativos, poderá contratar consultorias e empresas especializadas na gestão de ativos com vistas a potencializar a rentabilidade** do FGAP/AL” (Diário Oficial, 2022a, p. 1, grifo nosso).

O Decreto está repleto de elementos que apontam para a predominância do capital financeiro sobre a educação pública, transformando-a num espaço subordinado aos imperativos do mercado, tais como “contratar consultorias e empresas especializadas na gestão de ativos, com vistas a potencializar a rentabilidade” (Diário Oficial, 2022a, p. 1) do Fundo Garantidor. Observa-se que não se trata duma ação que visa melhorar as condições de trabalho dos profissionais da educação e os proventos dos aposentados e pensionistas; trata-se de uma medida compulsória que tem como propósito “potencializar a rentabilidade”. É o mercado controlando os desígnios da escola pública e da previdência social dos servidores públicos do Estado de Alagoas.

O Decreto do vice-governador e a mensagem do governador denotam a plena subordinação do Estado ao processo de expansão e acumulação do capital. Os termos “gestão de ativos”, “rentabilidade”, “fundo garantidor” e “política de investimentos” ganham protagonismo perante os direitos dos trabalhadores à educação e à previdência social, que deixam de configurar-se como direitos sociais e são tratados como investimento financeiro.

Nesse contexto, a Alagoas Previdência não passa de um álibi – em que se recorre ao discurso da necessidade de assegurar “um mecanismo de segurança adicional ao fundo superavitário do Estado, de modo a manter no Fundo Previdenciário recursos superiores à matemática calculada para garantir o direito dos servidores” (Diário Oficial, 2022, p. 1) – para colocar os imóveis da escola pública no cassino do mercado financeiro. Predominam os interesses do mercado e o

capital fictício em detrimento dos direitos dos trabalhadores(as) e dos filhos(as) dos trabalhadores(as). Quem ganha com esse repasse dos imóveis da educação para as Parcerias Público-Privadas, pela mediação da Alagoas Previdência, é o sistema financeiro.

O verdadeiro protagonista da administração dos imóveis cedidos aos imperativos do mercado será a “Alagoas Ativos S.A.” e não a “Alagoas Previdência”, que não possui *expertise* no universo imobiliário. Para viabilizar esses propósitos, a Alagoas Ativos recorrerá ao Programa de Parcerias Público-Privadas, porque a entidade também não possui experiência na gestão de bens imobiliários. A inexperiência da Alagoas Ativos pode ser observada no seu portfólio:



ALAGOAS ATIVOS, 2022.

Apesar de não possuir nenhuma experiência com gestão imobiliária e não participar do mercado imobiliário, como se percebe na sua página na internet, que afirma: “EM CONSTRUÇÃO”, Alagoas Ativos S.A. assumirá o controle do processo porque foi formada para atender aos preceitos do mercado, como reza a Lei nº 7.893 (2017, p. 1), que constituiu o Fundo Alagoano de Parcerias. Esta assegura que cabe à Alagoas Ativos administrar “os ativos patrimoniais do Estado ou de Entidades da Administração Indireta, ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias”, segundo os imperativos do “mercado de capitais” (Alagoas Ativos, 2022). A Alagoas Ativos S.A. foi montada para operar exclusivamente no mercado finan-

ceiro e facilitar o processo de aquisição de empréstimos e aprofundar o endividamento do Estado de Alagoas, que transcende os 10 bilhões de reais e que destina mais de 400 milhões anualmente para o sistema financeiro a título do pagamento de juros, correção monetária e amortização.

Nota-se que os termos fundamentais para a constituição da expropriação dos 304 prédios das escolas públicas pela Alagoas Ativos S. A. foram estabelecidos em 23 de junho de 2017, quando o governador Renan Filho instituiu o Fundo Alagoano de Parcerias (FAP). O referido fundo está vinculado ao Alagoas Ativos S.A. O art. 1º da FAP afirma: “Fica o Poder Executivo autorizado a constituir pessoa jurídica denominada **Alagoas Ativos S.A**, sob a forma de sociedade anônima, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda” (Diário Oficial, 2017, p. 1, grifo nosso).

O art. 5º faculta à ALAGOAS PREVIDÊNCIA “a constituição de fundos de investimento imobiliários e sociedades de propósito específico para rentabilização ou monetização de seus ativos”. Por sua vez, o parágrafo 1º admite que a execução de concessões e cessões de bens e serviços será realizada “especialmente sob a condição de Parcerias Público-Privadas” (Diário Oficial, 2022, p. 1).

Para entender o que está acontecendo com as escolas públicas de Alagoas, é necessário escrutinar a anatomia das parcerias público-privadas, pois a expropriação dos 304 prédios está articulada ao novo processo de acumulação de capitais. Neste, o capital financeiro (produtivo e improdutivo) subordina o Estado e seus gestores aos seus imperativos e comando, sob os quais a educação e a previdência social devem configurar-se como mercadoria.

5.2 Parcerias público-privadas como nova modalidade de privatização

Para enfrentar as demandas impostas pelo capital financeiro

no final da década de 1970, o Estado deslocou sua atenção do complexo produtivo para o complexo improdutivo mediante o endividamento interno e externo, e intensificou o ataque aos direitos dos(as) trabalhadores(as). O aprofundamento da crise de superprodução, acumulação e expansão obrigou o Estado a colaborar no processo de reciclagem do capital da esfera produtiva para esfera especulativa, em que a educação, saúde, assistência social e previdência social assumem corolários de mercadorias.

Nesse contexto, o neoliberalismo emergiu como a ideologia fundamental para justificar o deslocamento do capital da esfera produtiva para a esfera parasitária, bem como a necessidade reduzir expressivamente os gastos públicos com as políticas de assistência social, atacando sistematicamente direitos dos trabalhadores. Como uma forma de minimizar discursivamente os efeitos deletérios das políticas neoliberais aplicadas por Margareth Thatcher e Ronald Regan, os setores “reformistas” do capital apresentaram o Terceiro Setor como uma espécie *sui generis* de Terceira Via, entre as propostas do Estado de Bem-Estar Social e as medidas neoliberais. A Terceira Via apresenta o Terceiro Setor como a parte organizada da sociedade que se encarregaria das obrigações sociais; os “cidadãos” assumiriam os encargos sociais mediante o trabalho voluntário, a ajuda mútua, a dedicação e o heroísmo individual e/ou empresarial.

A parceria entre a esfera pública e a esfera privada foi apresentada como a forma mais palatável de desobrigação do Estado das suas precípuas tarefas sociais. O diálogo entre as duas esferas permitiria a apropriação de seus aspectos positivos pela mediação do Terceiro Setor. A “sociedade civil”, que não seria nem Estado nem mercado, deveria assumir a responsabilidade pelas demandas sociais (Giddens, 2007). No fundo, não passava da constituição de um verniz discursivo para repassar aos trabalhadores a responsabilidade pelas questões sociais, mediante a privatização dos serviços públicos (educação, saúde, assistência social e previdência social). No fundo, o Terceiro Setor comparecia como uma forma mais sofisticada e elaborada de apropriação dos recursos públicos pela iniciativa privada, escamoteando o declarado processo de privatização e expropriação dos bens públicos, aplicado pelas políticas neoliberais.

No entendimento da Terceira Via, o grande problema do Estado

é a sua inércia e incapacidade de gerenciamento da administração dos recursos públicos. No contexto de ascendência do modelo enxuto de empresa objetivado pelo toyotismo, a Terceira Via intenta ocultar sua condição de extensão da teoria neoliberal, uma vez que postula a necessidade de reformar o Estado segundo a lógica de funcionamento da empresa privada.

O problema que acomete o Estado não é compreendido como resultante da crise que perpassa o sistema do capital, pois tudo resulta da ineficiência no gerenciamento da coisa pública, em que a governança corporativa assume papel protagonista. Em vez de considerar o Estado no contexto da totalidade social e dos problemas estruturais que corroem o sistema do capital, a crise estatal aparece como resultante da incapacidade organizativa e de gestão. Escreve (Lumertz, 2008, p. 27): “A gestão dos serviços públicos passa a ter enfoque na eficiência e no controle de resultados, legitimando o gerencialismo na gestão pública, com a premissa de que a lógica da esfera privada é mais eficiente do que a da esfera pública”, muito bem comprovada na promulgação do Decreto de Lei nº 60.618, de 23 de agosto de 2018, que institui o Fundo Alagoano de Parcerias (FAP).

O art. 20 do Estatuto do Fundo Alagoano de Parcerias Público-Privada (FAP) afirma que seu gerenciamento e sua administração serão realizados pela “Alagoas Ativos S. A., a quem caberá, em nome deste, o adimplemento da contraprestação pecuniária do Estado de Alagoas” (FAP, 2018, p. 6). Pela mediação da Alagoas Ativos S. A. estabeleceram-se parcerias em distintos setores da administração pública de Alagoas, como no sistema prisional, pela mediação do Fundo Penitenciário do Estado de Alagoas (Funpeal); na saúde, pela mediação do Fundo Estadual de Saúde (FES); na esfera de recursos hídricos, pela mediação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH); na esfera da segurança pública, mediante o Fundo Especial de Segurança Pública (Funesp) (FAP, 2018, p. 4). Para gerir os 304 imóveis entregues à Alagoas Previdência foi constituído o “Fundo Garantidor da Alagoas Previdência” (FGAP/AL).

A saída para a crise experimentada pelo Estado foi introduzir uma gestão pública adaptada ao mercado. Na verdade, a contrarre-

forma proposta visa adaptá-lo às novas exigências do capital, em que os serviços públicos deixam de ser direitos (previdência, educação e saúde) e passam à condição de mercadorias. O indivíduo portador de direitos converte-se num cliente que tem liberdade para escolher o produto que deve atender a suas “necessidades”: educação pública e educação privada, regime próprio da previdência e regime complementar, saúde pública e saúde privada etc. Pela mediação das parcerias público-privadas, a esfera pública é ubiquamente atacada em suas estruturas internas e o mercado passa a determinar suas formas de gerenciamento, administração e constituição de projetos políticos e educacionais.

Nesse processo, as fundações (Lemann, Bradesco, Itaú, Bradesco Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Todos pela Educação, Amigos da Escola, Instituto Ayrton Senna etc.) passam a intervir no interior da escola pública, procurando escamotear sua natureza subordinada aos imperativos do neoliberalismo e do mercado financeiro. Elas se plasmam sob o discurso da neutralidade política, mediante a constituição de uma narrativa centrada na noção de compromisso social com a melhoria da educação num contexto de crise de aprendizagem, de evasão escolar etc.

As referidas entidades “pilantrópicas” articularam de maneira coesa a introdução de uma série de contrarreformas no interior da escola pública mediante *lobbies* junto ao parlamento burguês e aos executivos dos governos federal, estaduais e municipais. As contrarreformas (LDB, BNCC⁴ etc.) foram orquestradas de maneira aparentemente fragmentada e serviram para quebrar a espinha dorsal da escola pública brasileira e alagoana. Um movimento que foi realizado primeiro por dentro, no qual as fundações e os institutos compareceram como aliados e parceiros das escolas públicas, para, no tempo presente, apresentar-se exteriormente

4 Segundo Santos-Silva (2022, p. 6-7): “São eles a Fundação Lemann, que atua desde a Educação Básica, em programas para a alfabetização, até o Ensino Superior, com ofertas de bolsas de estudos internacionais, na construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e está presente em diversos programas junto ao MEC e secretarias estaduais e municipais de educação; o Instituto Unibanco, que oferta assessoria, formações e análise de dados às redes públicas de educação; e o Instituto Ayrton Senna, que possui uma abrangência de destaque no território brasileiro ao desenvolver diversos programas voltados para o ensino/aprendizagem e gestão via parcerias com a rede pública de ensino”.

pela mediação da entrega dos prédios das escolas públicas de Alagoas ao mercado. As contrarreformas educacionais tiveram nas parcerias público-privadas a manifestação do *modus operandi* de privatização. As fundações passaram a controlar as ações desencadeadas pelas secretarias municipais e estaduais de Educação em todo o território nacional. Na Secretaria de Educação Pública de Alagoas, esse processo não seria distinto.

5.3 A privatização subliminar das escolas estaduais de Alagoas na parceria estabelecida com a Fundação Lemann

As tentativas de universalização do sistema de internalização de regras, fundamental para assegurar a reprodução do capital no coração das massas, encontram na parceria público-privada um aliado fundamental. Nada mais eficiente para promover os preceitos ideológicos do capital que intensificar no coração dos estudantes, professores, técnicos e gestores da escola pública um sistema assentado na concorrência entre seus pares. Numa sociedade nucleada na concorrência sistemática dos espoliados e despossuídos dos meios de produção e que estão condenados a vender sua força de trabalho como uma mercadoria específica e singular, não constitui um grande obstáculo acentuar a concorrência entre os integrantes da escola pública.

Pela parceria com a Fundação Lemann⁵, o governo estadual

5 O referido empresário adentrou na esfera da educação pela Fundação Educar, que pavimentou o caminho para a constituição da Fundação Lemann. A referida fundação compõe o Grupo Lemann, enquanto conglomerado transnacional, e tem presença destacada em inúmeros países. O conglomerado é formado pelas empresas Anheuser-Busch InBev (AB InBev), Kraft Heinz, Brands International, Lojas Americanas etc. E, mais recentemente, pela aquisição da Eletrobras, juntamente com as transnacionais GIC, fundo soberano de Cingapura, e o fundo de pensão canadense CPPIB. O inusitado patrimônio corporativo serviu para elevar Jorge Paulo Lemann à condição de homem mais rico do Brasil e o 19º homem mais rico do mundo. As espoliações e a exploração da força de trabalho são as formas medulares de acumulação de riqueza de todos os capitalistas. Com Paulo Lemann não seria diferente.

de Alagoas, representado pelo governador Renan Filho (2014-2022), estabeleceu os critérios de premiação, bonificações, bolsas de estudos etc. como mecanismo para alcançar as metas estabelecidas pelos instrumentos nacionais de avaliação do desempenho dos alunos da escola pública. O caminho adotado foi o mesmo proposto pelos organismos internacionais que servem ao capital financeiro e às grandes corporações que atuam no sistema educacional sob o *modus operandi* de Terceiro Setor e das fundações privadas. O governo estadual acionou as fundações e institutos privados e estabeleceu parcerias com elas na perspectiva de subordinar a educação pública aos preceitos da lógica produtivista e mercadológica.

Em 2016, a Fundação Lemann prestava assessoria majoritária para 16 secretarias estaduais de Educação, atendendo com suas plataformas digitais mais de 20 milhões de usuários da rede pública de ensino (Cerqueira, 2017). Nessa mesma época, estabelece-se o consórcio com o governo de Alagoas. Através da assessoria firmada com a Fundação Lemann, a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) passou a orientar suas ações a fim de aumentar o coeficiente do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Para alcançar as metas estabelecida pelo Ideb, o secretário de Educação estadual, Luciano Barbosa, desencadeou um movimento de contrarreforma interna na referida Secretaria, nomeando diretores que alcançaram as metas do Ideb, em 2015, para a direção das gerências regionais de ensino (Gere). Conforme Lima e Luce (2022, p. 11), “essa decisão repercutiu na política de avaliação da rede estadual e das redes municipais”.

O próprio secretário da Educação reconheceu que sua decisão foi de caráter meritocrático e buscava privilegiar os gestores com melhor Ideb na rede pública estadual. Afirmo o secretário Luciano Barbosa (apud Lima e Luce, 2022, p. 11): “Quando assumimos, optamos pela meritocracia, convocando para a seleção os gestores das escolas com melhor Ideb”. A valorização do gestor coaduna-se claramente com o individualismo que perpassa a lógica empreendedora orquestrada pelo neoliberalismo, em que o indivíduo mostra-se cindido em relação à totalidade social. Lima e Luce (2022) destacam que a política adotada pelo secretário de Educação desconsiderou o trabalho coletivo da escola e a participação democrática

da comunidade escolar.

A inserção das PPPs no interior da escola pública permitiu o ressurgir dos valores neoliberais num contexto de crise profunda do sistema do capital. A organização das fundações sob os preceitos empresariais, coordenada segundo uma racionalidade produtivista e meritocrática, possibilitou apresentar resultados positivos para problemas que as referidas fundações ajudaram a criar no passado, como, por exemplo, os distintos critérios e plataformas de avaliação constituídos na época do Ministro da Educação Paulo Renato (PSDB). Estas foram criadas pelos governos (PSDB, PT, MDB e PL) segundo as orientações do setor privado e para subordinar a escola à lógica do capital.

Após estabelecer os mecanismos de avaliação das escolas públicas segundo os critérios da lógica produtivista do capital, as escolas que não recorrem ao auxílio das fundações fracassam nas avaliações. Por sua vez, os governos que estabelecem parcerias com as empresas especializadas imediatamente alcançam os melhores índices do Ideb.

Antes de funcionar como braço fundamental do governo estadual na implantação do Programa Escola 10, a Fundação Lemann aplainava seu caminho na direção do controle dos fundamentos gerenciais, administrativos e pedagógicos da educação pública alagoana mediante o suporte de seus especialistas na esfera da tecnologia digital para os gestores escolares. Pela mediação do suporte técnico visando dirimir possíveis deficiências dos gestores no campo da informática, a Fundação Lemann penetrou no coração da gestão escolar e apresentou resposta aos distintos problemas experimentados pelos gestores segundo os imperativos da lógica gerencial produtivista, como afirmam Lima e Luce (2022, p. 15-16):

O acompanhamento sistemático feito pelos articuladores de ensino das redes municipais e estadual, criado no ano de 2016 (Alagoas, 2016c) para assessoria pedagógica às unidades escolares supervisionada diretamente pela FL (Fundação Lemann), em plataformas digitais, é

um exemplo. Elas têm funcionado como meios de controle e dominação. É a hiperburocracia e a dominação digital na educação. (Lima, 2012; 2021).

Além de ocupar destacado papel no quesito da assessoria técnica no campo digital aos gestores, a Fundação Lemann, pela mediação da empresa Primeira Escola, ocupou papel relevante na avaliação das políticas educacionais instituídas pela Seduc em 2018 (Lima e Luce, 2022, p. 16). A inserção da Fundação Lemann é reconhecida no *site* oficial do próprio governo estadual:

[...] a Fundação Lemann também é parceira da Seduc em uma ação que vislumbra melhorias nos índices educacionais alagoanos e no processo de gestão aprendizagem. Dentre as atividades desta parceria está o curso de gestão de aprendizagem ofertado para gestores da rede estadual desde 2016. (Agência Alagoas, 2018).

No entanto, é no Programa Escola 10 que a Parceria Público-Privada encontra ponto nodal de solidificação do modelo gerencial que interessa ao empresário Jorge Paulo Lemann, o homem mais rico do Brasil. Modelo que passa a ser durante questionado com as denúncias realizadas recentemente de gestão fraudulenta das Lojas Americanas, em que a referida empresa possui um déficit de 43 bilhões de reais. O referido Programa expande seus tentáculos no interior da escola pública mediante suas quatro redes de formação: a) lideranças; b) equipe técnicas da secretaria; c) professores; c) gestão escolar (Perroni e Oliveira, 2020, p. 10).

Como parte inerente do processo meticuloso de formação e penetração estratégica nas distintas camadas constituintes da educação pública, a Seduc (Secretaria Estadual de Educação), enquanto correia de transmissão da Fundação Lemann, “lançou o Edital nº 13/2017 para selecionar os articuladores de ensino das redes públicas municipais. Cerca de 3 mil articuladores recebem uma bolsa mensal de R\$ 1.500,00, atuando

em todas as escolas, numa frente de trabalho para a elevação do Ideb” (Lima e Luce, 2022, p. 15). Além dos docentes, os estudantes foram contemplados com o Programa Cartão Escola 10, em que os concluintes do Ensino Médio recebem R\$ 2.000,00 e os que retornarem à escola recebem R\$ 100,00 mensalmente (Lima e Luce, 2022). Apesar dos dados positivos do Ideb (2017 e 2019), “os resultados do Saeb e Saeb mostram distância no que significa aprendizagem e, sobretudo, educação de qualidade democrática” (Lima e Luce, 2022, p. 20).

É fundamental escrutinar a origem dos recursos destinados ao pagamento de bolsas e bonificações do Programa Escola 10. Os mais de 200 milhões destinados a este Programa provêm da privatização das maiores empresas estatais de Alagoas (Companhia de Água e Saneamento – Casal e Companhia de Energia de Alagoas – Ceal). No coração dessas privatizações novamente se encontra o nome de Paulo Jorge Lemann (um dos espoliadores da Eletrobras pela mediação do Grupo 3G Capital (Paulo Jorge Lemann, Marcel Herrmann Teles e Carlos Alberto da Veiga Sucupira), que atualmente podem ser denominados como os três maiores empresários ladrões da história mais recente do Brasil).

O governo estadual não passa de uma correia de transmissão dos interesses do grande capital. Não é à toa que enquanto o vice-governador promulgava o Decreto-Lei nº 8.759, o governador Paulo Dantas participava de um curso de formação em Oxford, financiado pela Fundação Lemann, juntamente com 17 governadores eleitos. A Agência Alagoas (2022, p. 1) destacou que a “programação está sendo conduzida a partir das metodologias da Universidade de Oxford, onde está alocado um dos programas de pesquisa internacionais apoiados pela Fundação Lemann, o *Lemann Foundation Programme*”. Formações dessa natureza revelam quem efetivamente comanda os desígnios da educação alagoana.

Pela mediação desses mecanismos, os representantes do Poder Executivo estadual conseguiram não somente sucesso no pleito eleitoral de 2022, mas amortecer as contradições no interior da escola pública. Para isso, exerceram o controle dos grêmios estudantis, que tiveram suas eleições controladas por editais governamentais, ferindo deliberadamente a autonomia do movimento estudantil, e a nomeação de arti-

culadores pedagógicos, que desempenhavam a tarefa de implementação das políticas gestadas pela Seduc sob a orientação de entidades como a Fundação Lemann. A constelação de mecanismos de controle gestados pela referida fundação fragilizou o movimento estudantil e da gestão democrática no interior da escola pública no Estado de Alagoas.

5.4 O Fundo de Previdência e a natureza predatória do Fundo Garantidor da Alagoas Previdência

Desde que foi constituída, em 9 de outubro de 2015, a Alagoas Previdência assume a responsabilidade pelo RPPS/AL, mantendo intacto o processo de composição dos regimes financeiros, com seus respectivos fundos de financiamento (previdenciário, financeiro e militar). Os artigos 29, 30 e 31 da Lei 7.751 descrevem a natureza de cada fundo: 1) O **Fundo de Previdência** destina-se aos servidores públicos inseridos na esfera estadual desde 31 de dezembro de 2006 (LEI 7.751, 2005, artigo 29); 2) O **Fundo Financeiro** “atenderá ao pagamento dos benefícios da previdência social concedidos aos servidores públicos que tenham sido admitidos até 31 de dezembro de 2006” (Lei 7.751, 2015, artigo 30); 3) O **Fundo Militar** visa ao “pagamento dos benefícios de previdência funcional concedidos aos militares do Estado de Alagoas, e seus dependentes, independentemente da data de ingresso ou de concessão do benefício” (Diário Oficial, 2015, artigo 31).

A constituição da Alagoas Previdência forjou-se em plena consonância com a contrarreforma da previdência encetada em 2003, quando se quebrou o sistema de isonomia, primeiro, entre os servidores públicos civis e militares. Estes continuaram a usufruir de benefícios e vantagens não concedidos aos civis. Segundo, estabeleceu-se uma diferenciação para os servidores públicos civis: aqueles que ingressaram depois de 31 de dezembro de 2006 não desfrutarão dos benefícios auferidos pelos servidores que ingressaram antes da referida data.

Os **três fundos foram constituídos** para atender às diferenciações estabelecidas no interior do corpo do funcionalismo público. Os

novos servidores passam a contribuir num regime previdenciário que se especializa pela capacidade de retirar direitos dos servidores. O preceito da isonomia passa a ser desconsiderado, bem como o preceito da solidariedade entre as gerações. A contraposição e a segregação da “massa” dos servidores públicos estaduais são confirmadas no art. 27: o financiamento do RPPS/AL “dar-se-á por meio do regime financeiro de capitalização para os benefícios custeados pelo **Fundo de Previdência** e por meio do regime financeiro de repartição simples para os benefícios custeados pelo **Fundo Financeiro**” (Diário Oficial, 2015, artigo 27).

O fundo constituído para atender os servidores públicos que ingressaram depois de 31 de dezembro de 2006 não mais se inscreve sob o preceito da solidariedade geracional, mas sob o regime financeiro de capitalização. Já os servidores que ingressaram antes de 31 de dezembro de 2006 terão seus benefícios custeados segundo os preceitos do regime de repartição simples.

QUADRO 1 – Execução da Receita de Contribuições

(2020-2021) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2020	2021	Δ % 2021/2020
Contrib. Previdenciárias do Regime Próprio	523,5	496,1	-5,2%
Contribuição de Servidor Ativo Civil	237,6	237,8	0,1%
Contribuição de Servidor Ativo Militar	77,4	72,5	-6,3%
Contribuição de Servidor Inativo Civil	94,5	67,2	-28,9%
Contribuição de Servidor Inativo Militar	55,6	70,4	26,6%
Contribuição do Pensionista Civil	50,9	27,7	-45,6%
Contribuição do Pensionista Militar	-	11,3	-
Contribuição Servidor - Precatórios Lei 6410/2003	6,3	8,6	37,9%
Outras Contribuições Previdenciárias	1,3	0,7	-42,6%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	523,5	496,1	-5,2%

FONTE: Sefaz-Alagoas, 2020, p. 59.

A queda de 5,5% na arrecadação, que representa R\$ 27,4

milhões, pode parecer pouco no contexto geral das contribuições; no entanto, para o pensionista civil, implicou uma queda de 45,6%; para o servidor civil inativo, uma redução de 28,5%; e para o servidor do regime próprio, uma diminuição de 5,2%. Pode-se observar no quadro acima que o pensionista militar não contribuiu em 2020, e passou a contribuir em 2021 com R\$ 11,3 milhões. A diferença na receita seria bem maior se os servidores inativos militares continuassem contribuindo abaixo do preceito constitucional. Nota-se que a contrarreforma de 2019 (LC 52/2019) deu tratamento diferenciado aos militares ativos e inativos. Essa diferenciação pode ser observada na movimentação financeira do Fundo de Previdência (sistema de capitalização), do Fundo Financeiro (repartição simples) e do Fundo Militar (repartição simples).

Alagoas possui 75.260 servidores; desse total, 34.773 são aposentados e pensionistas (26.140 aposentados e 8.633 pensionistas). A maioria desses aposentados e pensionistas pertence ao Fundo Financeiro e ao Fundo Militar; já o fundo previdenciário possui somente 32 aposentados e 69 pensionistas, totalizando 101 contemplados, ou seja, 0,29% do total dos aposentados e pensionistas. O Fundo Militar é formado por 6.608 aposentados e 2.875 pensionistas, totalizando 9.483, o que representa 27,27% do total dos beneficiados dos três fundos.

Os servidores que contribuem para o fundo previdenciário não tinham alcançado, em 2021, os quarenta anos, e a média salarial feminina estava abaixo da masculina, com 3,3 mil para mulheres e 4,1 mil para os homens, num total de 6.070 servidores. Isso representa 8% do conjunto dos segurados inativos e ativos do Estado de Alagoas. Enquanto isso, o Fundo Financeiro (regime de repartição simples) possuía 48.227 segurados, com 22.937 servidores ativos e 25.290 aposentados e pensionistas, representando 72,72% do total dos 34.773 benefícios. A remuneração média transitava em torno dos R\$ 3.775,06 para as mulheres e R\$ 5.603,39 para os homens. A idade média das mulheres é de 61,44 anos; e dos homens, de 58,59 anos (Alagoas Previdência, 2022).

Apesar de o Fundo de Previdência constituir-se como um grupo pequeno, sua arrecadação é a única superavitária, com uma arrecadação de mais de R\$ 677 milhões em 2021 e R\$ 765 milhões em 2022, com o seu acumulado investido em distintos fundos de investimentos do sistema

financeiro (CDI, IDKA2 etc.).

O Fundo Militar não se manifesta claramente nos Balanços Gerais de 2019, 2020 e 2021 da Sefaz (Secretaria Estadual da Fazenda), aparecendo somente no Portal da Transparência do Governo de Alagoas, no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2022 e, de modo fragmentado, nos Relatórios de Governança da Alagoas Previdência.

QUADRO 2– Receita total do Regime Próprio da Previdência Social de Alagoas (2018-2020)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (IX)	677.518.889,72	902.036.553,53	1.118.558.086,37
Receita de Contribuições dos Segurados	254.456.593,08	267.500.357,78	477.763.524,59
Civil	180.756.010,03	190.246.383,55	344.812.959,32
Ativo	144.303.570,05	160.629.194,23	199.517.698,90
Inativo	36.155.357,18	26.720.171,57	94.449.066,20
Pensionista	297.082,80	2.897.017,75	50.846.194,22
Militar	73.700.583,05	77.253.974,23	132.950.565,27
Ativo	59.128.302,64	62.021.966,41	77.363.429,12
Inativo	14.572.280,41	15.232.007,82	55.587.136,15
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	356.144.204,23	380.535.481,22	563.798.220,16
Civil	237.781.652,99	256.605.845,60	540.375.239,38
Ativo	235.082.435,40	254.183.731,00	377.295.444,91
Inativo	2.492.251,61	2.422.614,60	174.410.056,87
Pensionista	206.965,98		38.669.737,60
Militar	118.362.551,24	123.929.635,62	23.422.980,78
Ativo	118.362.551,24	123.929.635,62	23.422.980,78
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	2.910.402,68	2.173.839,23	869.992,75
Recceitas Imobiliárias			
Recceitas de Valores Mobiliários	2.910.402,68	2.173.839,23	869.992,75
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços	18.000.000,00		
Outras Receitas Correntes	46.007.689,73	251.826.875,30	76.126.348,87
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	45.482.479,51	44.126.853,90	45.931.261,83
Demais Receitas Correntes	525.210,22	207.700.021,40	30.195.087,04
RECEITAS DE CAPITAL (X)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-

FONTE: Diário Oficial, 2021 p. 71.

Apesar de arrecadar menos que o Fundo Financeiro e o fundo de Previdência e não conseguir custear suas aposentadorias e pensões, a Emenda ao PL 816/22 estabeleceu que a contribuição dos militares ativos se dará sobre o total de seus vencimentos, “com alíquota igual à aplicada às Forças Armadas” (alínea I), e que “os proventos dos militares inativos e os benefícios dos pensionistas terá alíquota igual à metade da aplicada aos militares ativos” (PL 816/2022, artigo 1º, p. 1). A contrarreforma da previdência federal (EC 103/19) instituiu uma nova alíquota para os militares, que passou de 7,5% para 10,5%. O PL 816/2022 determina que a contribuição dos aposentados e pensio-

nistas militares deve ficar abaixo de 6% de seus proventos, menos da metade do valor dos descontos aplicados aos servidores civis inativos. O tratamento diferenciado aos militares ativos e inativos esclarece o porquê de o quantitativo expresso na receita do fundo militar ser inferior ao acumulado pelo fundo financeiro e pelo fundo previdenciário. Apesar de comportar o menor número de servidores ativos, contando com menos da metade dos associados ao Fundo Militar, o Fundo de Previdência supera o Fundo Militar em arrecadação, contribuindo com 17,89% do total do fundo, enquanto o Fundo Militar contribui somente com 14,13% e o Fundo Financeiro com 67,70%. Os servidores civis contribuem com 85,59% das receitas previdenciárias.

QUADRO 3 – Contribuição da Previdência: Receitas por fonte (2022)

UNIDADE GESTORA	PREVISÃO DA RECEITA (R\$)	RECEITA REALIZADA (R\$)
FUNDO FINANCEIRO DO ESTADO DE ALAGOAS		
FUNDO DOS MILITARES DE ALAGOAS		
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS		
ALAGOAS PREVIDÊNCIA	0,00	
TOTAL		

FONTE: Portal da Transparência, 2022, p. 1.

Os servidores civis que ingressaram no serviço depois de 31 de dezembro de 2006 com proventos inferiores aos servidores militares, contribuem com alíquotas maiores e nunca tiveram anistia ou isenção de suas contribuições; pelo contrário, foram obrigados a destinar indevidamente valores acima do necessário entre 2020 e 2021. Enquanto o Fundo de Previdência representa somente 0,29% das despesas gerais da previdência, os servidores do fundo militar representam 27,27% e os servidores do fundo financeiro, 72,72%. Os servidores do Fundo de Previdência contribuem com 17,89%; os servidores do Fundo Financeiro, com 67,70%; e os servidores do Fundo Militar, com 14,13% do total de receita do sistema RPPS administrado pela Alagoas Previdência.

O Fundo de Previdência não tem proporcionado um retorno substancial de curto e médio prazo aos seus contribuintes. Ele custeia as despesas correntes de manutenção da Alagoas Previdência. Desse modo, não há como acusar o Fundo de Previdência de qualquer espécie de déficit, já que possui somente 101 aposentados e pensionistas. Nesse contexto, o Fundo Militar é o único que não consegue custear suas despesas. As despesas com os aposentados e pensionistas militares representam R\$ 625 milhões, o que equivale à metade da insuficiência financeira para a cobertura de todas as aposentadorias; entretanto, as aposentadorias e pensões militares representam somente 9.037 do total de 34.091 aposentados e pensionistas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Os dados apresentados pelo PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária de 2021) indicam que os aposentados e pensionistas militares representam somente 26,50% do total dos beneficiados; eles ficaram com 54,83% dos recursos distribuídos entre os dois segmentos em 2020.

As leis que instituíram o Serviço Autônomo – AL □ Previdência (2009) e a Alagoas Previdência (2015) estabeleceram a separação dos modelos e a impossibilidade de o beneficiário de um fundo passar para o outro, bem como a impossibilidade de os recursos de um fundo compensarem os débitos e déficits de outro fundo.

Reza o Artigo 24 da Lei N° 7.751:

Os Fundos de Natureza Previdenciária são incomunicáveis,

dotados, cada um deles, de natureza pública, identidade financeira-contábil individual, com destinação específica para o pagamento dos benefícios previdenciários correspondentes, não havendo qualquer hipótese de solidariedade, subsidiariedade ou supletividade entre eles (Diário Oficial, 2015, Artigo 24).

É fundamental apontar, no quadro apresentado no balanço de 2021, que o maior responsável pelo déficit das contas da previdência pública estadual é o Fundo Militar. Os servidores públicos civis propiciaram, entre 2006 e 2022, um acumulado de R\$ 765.589.314,16, que pelo artigo 24 da Lei 7.751, 2015, “são incomunicáveis”, “dotados de identidade financeiro-contábil individual” e com “destinação específica”, “não havendo qualquer hipótese de solidariedade ou de subsidiariedade” entre eles.

O estabelecimento do sistema de capitalização feriu o preceito da solidariedade; por isso não se podem destinar os recursos do fundo previdenciário para cobrir as despesas do fundo militar ou do fundo financeiro. Isso vale também para o Fundo Garantidor. No entanto, o Ministério Público do Estado de Alagoas, mediante Ação Civil Pública de Tutela” acusou a diretoria da Alagoas Previdência de “dano ao erário estadual” pela transferência de recursos do fundo previdenciário para o Fundo Garantidor. Os investimentos realizados com títulos e recursos do Fundo de Previdência, entre 09/12/2021 e 13/12/2022, foram simplesmente depositados (mais de 142 milhões de reais) na conta do Fundo Garantidor. Conforme atesta a Ação Civil de Tutela do MPE (2022, p. 14)

O Fundo da Previdência, instituído pelo artigo. 29 da Lei Estadual n° 7.751, de 2015 sofreu uma alienação de títulos, a destempo, no valor total de R\$ 142.383.403,92 que foi creditado na conta da Alagoas Previdência em nome do Fundo Garantidor da Alagoas Previdência. O crédito se efetivou em dois dias como mostra o parecer da auditoria contábil acima transcrito.

O Fundo de Previdência sofreu um prejuízo imediato no valor de R\$ 142.383.403,92 e pode ter sofrido um segundo prejuízo: a perda dos vencimentos dos títulos que seriam produzidos apenas na data prefixada de resgate.

A espoliação dos recursos do Fundo de Previdência acontece no interior da própria Alagoas Previdência, em que Fundo Garantidor comparece como claramente constituído para apropriar-se dos recursos do Fundo de Previdência – que possuía em 30 de novembro de 2022, R\$ 821.666,723,24 (oitocentos e vinte um milhões, seiscentos e sessenta milhões, setecentos e vinte e quatro centavos) em caixa. O Ministério Público salienta que novas ações dessa natureza podem ocorrer a qualquer instante e deixa claro que a verdadeira natureza do Fundo Garantidor, somado ao processo de espoliação de 304 escolas determinado no famigerado Decreto, é saquear os recursos em caixa da previdência de Alagoas. Uma vez exposta a natureza predatório do Fundo Garantidor, o Ministério Público Estadual determinou: “Devolução imediata de R\$ R\$ 142.383.403,92 (cento e quarenta e dois milhões, trezentos e oitenta e três mil, quatrocentos e três reais e noventa e dois centavos) à contracorrente bancária do Fundo de Previdência com CNPJ registrado sob o nº 23.640.467/0001-00” (MPE, 2022, p. 16).

A Ação de Tutela, impedindo a apropriação indevida dos recursos do Fundo Previdenciário, serve para revelar a natureza superavitária do Fundo de Previdência e demonstra como as personificações do capital instauradas no interior do estado, apropriam-se dos recursos do Regime Próprio da Previdência dos Servidores de Alagoas. Isso torna claro que o fundo previdenciário e fundo financeiro, não são deficitários, mas foram e continuam sendo saqueados e espoliados pelos representantes do capital no interior do Estado. A intervenção proibitiva do Ministério Público no processo de expropriação dos recursos públicos limitou-se à esfera da transação estabelecida entre Fundo de Previdência e Fundo Garantidor; no entanto, o processo de espoliação das 304 escolas públicas continua em aberto e precisa ser interceptado pela intervenção consciente e combativa dos movimentos estudantil e docente.

Depois da privatização da Companhia de Saneamento Básico (Casal) e da Companhia de Energia de Alagoas (Ceal), resta claro que o elemento fundamental que norteia o Decreto analisado é a privatização dos imóveis das escolas públicas de Alagoas: pela natureza do capital financeiro e de todo o processo de sustentação da constituição

das parcerias público-privadas, dos fundos de investimentos e, também, da Alagoas Ativos S. A.

A entrega dos 304 imóveis das escolas públicas se inscreve no interior de um processo de privatização que tem sua gênese na constituição da parceria estabelecida com a Fundação Lemann. Desse modo, os trabalhadores são duplamente constrangidos em nome do equilíbrio das contas públicas. Primeiro, quando os filhos da classe trabalhadora e os trabalhadores perdem suas escolas para o mercado e precisam renunciar a uma parte expressiva dos recursos da educação para o pagamento de aluguéis. Assim, verificar-se-á diminuição dos recursos do Fundeb e dos 25% da Educação para o pagamento das despesas correntes no cotidiano das escolas privatizadas. Isso implica uma tendência de aprofundamento da precarização e o sucateamento das condições de ensino-aprendizagem, pois requer diminuir os equipamentos e materiais de expediente no dia a dia da escola pública. Segundo, porque os trabalhadores da educação e todos os servidores públicos terão seus recursos desviados das atividades-fins para as atividades que interessam à reprodução do sistema financeiro, em que os interesses do capital se acham acima dos interesses humanos. Assim, os verdadeiros destinatários do Projeto de Lei nº 8.759 não são os servidores públicos e os integrantes da escola pública, mas os representantes do capital financeiro, pela mediação do Fundo Garantidor, da Alagoas Ativos, das parcerias público-privadas (PPPs). O Fundo Garantidor foi constituído, em 25 de novembro de 2022, para atuar dentro da Alagoas Previdência drenando os recursos dos servidores públicos para o mercado financeiro e as personificações do capital que controlam a maquinaria estatal.

Por fim, é necessário a intervenção combativa dos movimentos estudantil e docente na perspectiva de interceptar a expropriação aberta e declarada das 304 escolas públicas, uma vez que a ação do Ministério Público Estadual limitou-se a intervir lucidamente no resgate da transferência indevida dos 142 milhões do Fundo de Previdência para o Fundo Garantidor. A ação realizada, em menos de 20 dias da constituição do Fundo Garantidor, serve para revelar a natureza hedionda do famigerado Decreto analisado e como é fundamental a constituição de um movimento de massa para restituir as escolas privatizadas aos seus efetivos proprietários.

Referências

AGÊNCIA ALAGOAS. **Parceria disponibiliza mais de 700 planos de aula de matemática para professores.** Disponível: <https://painelnoticias.com.br/geral/133268/parceria-disponibiliza-mais-de-700-planos-de-aula-de-matematica-para-professores>. Acesso em 04 de dezembro de 2022.

AGÊNCIA ALAGOAS. **Na Inglaterra, Paulo defende mais parcerias para que Alagoas melhore índices da educação.** Disponível: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/na-inglaterra-paulo-defende-mais-parcerias-para-que-alagoas-melhore-indices-da-educacao>. Acesso em 04 de dezembro de 2022.

ALAGOAS ATIVOS. **Gestão imobiliária.** Endereço eletrônico: <https://www.alagoasativos.com.br/gestao-imobiliaria/>. Acesso em 05 de dezembro de 2022.

ALAGOAS PREVIDÊNCIA. **Relatório de governança de 2021.4.** Disponível em: <http://www.alagoasprevidencia.al.gov.br/transparencia/governanca/relatorios-de-governanca?task=download.send&id=1822&catid=182&m=0>. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

ALAGOAS PREVIDÊNCIA. **Relatório de governança de 2022.2.** Disponível: <http://www.alagoasprevidencia.al.gov.br/transparencia/governanca/relatorios-de-governanca?task=download.send&id=1980&catid=182&m=0>. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

ALPREVCOMP. **Parceiros estratégicos.** Disponível: <https://alprevcomp.com.br/parceirosestrategicos/>. Acesso em 04 de dezembro de 2022.

CERQUEIRA, Sofia. Lemann e o sonho de transformar a educação brasileira. **Veja Rio.** Rio de Janeiro: Abril, 2017. Disponível: <https://vejario.abril.com.br/cidade/lemann-e-o-sonho-de-transformar-a-educacao-brasileira>. Acesso em 03 de junho de 2022.

DANTAS, Paulo. **Mensagem No. 73/2022.** 09 de novem-

bro de 2022. Disponível: [file:///D:/Downloads/protocolo_20221109_094612%20\(2\).pdf](file:///D:/Downloads/protocolo_20221109_094612%20(2).pdf). Acesso em 04 de dezembro de 2022.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS. **Decreto de Lei N° 8.759, 2022.** Disponível: <file:///D:/Downloads/DOEAL-2022-11-26-COMPLETO.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2022.

DIÁRIO OFICIAL. **LEI N° 7.751, de 09 de outubro de 2015.** Reestrutura a unidade gestora única do regime próprio de Previdência social dos servidores públicos do Estado de Alagoas, altera a sua personalidade jurídica, e dá outras providências. Disponível: https://sapl.al.al.gov.br/media/sapl/public/normajuridica/2015/887/887_texto_integral.pdf. Acesso em 04 de dezembro de 2022.

DIÁRIO OFICIAL. **LEI N° 7.893, de 23 de junho de 2017. Autoriza o poder executivo a constituir sociedade anônima sob o controle acionário do Estado de Alagoas, institui o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, e dá outras providências.** Disponível: <https://www.alagoasativos.com.br/documentos-legislacao/Lei%207.893,%20de%2023%20de%20Junho%20de%202017.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2022.

DIÁRIO OFICIAL. **Projeto de Lei de Diretrizes orçamentárias para 2022.** Maceió, 27 de setembro de 2021. Disponível: https://sapl.al.al.gov.br/media/sapl/public/normajuridica/2021/2102/lei_no_8.510_de_27_de_setembro_de_2021.pdf. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

DIÁRIO OFICIAL. **LEI N° 8.510, de 27 de setembro de 2021.** Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022, nos termos dos § 2º do Art.176 da Constituição Estadual, e dá outras providências. Maceió, 28 de setembro de 2021. 2021ª.

EMENDA MODIFICADA AO PL 816/2022. **Propõe a modificação do Artigo 13º do PL 816/2022 referente ao sistema de proteção social dos militares, e dá outras providências.** Disponível: <https://sapl.al.al.gov.br/media/sapl/public/materialegisla>

tiva/2022/8174/protocolo_20220405_090621.pdf. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

FAP – FUNDO ALAGOANO DE PARCERIAS. **Estatuto do Fundo Alagoano de Parcerias**. Disponível: <https://www.alagoasativos.com.br/documentos-legislacao/Estatuto%20do%20fundo%20Alagoano%20de%20parcerias.pdf>. Acesso em 04 de 2022.

GIDDENS, Antony (Org.). **O debate global sobre a Terceira Via**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

LEI COMPLEMENTAR Nº 52, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019. **Reorganiza o regime próprio de Previdência Social dos Servidores públicos do Estado de Alagoas – RPPS/AL, atende dispositivos da Emenda Constitucional Federal Nº 103, de 12 de novembro de 2019, estabelece o índice de atualização monetária de débitos previdenciários, e dá outras providências**. Disponível: file:///D:/PREVIDENCIA_ALAGOAS/lei_complementar_no_54_de_12_de_julho_de_2021.pdf. Acesso em 08 de dezembro de 2022.

LIMA, Laudirege Fernandes; LUCE, M. Beatriz. Sistema de avaliação educacional de Alagoas – Saveal: para ou contra a democratização da/na educação básica? **Revista Práxis Educacional**. 2022, v. 18, n. 49. Disponível: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/10490>. Acesso em 02 de junho de 2022.

LUMERTZ, Juliana Selau. **A parceria público-privada na educação: implicações para a gestão da escola**. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS (MPA). **Ação civil pública de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência**. Maceió, 19 de dezembro de 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra de. O marco regulatório e as parcerias público-privadas no contexto educacional. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 31, p.

38-57, jan. 2019.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Receita por Fonte**: contribuição previdenciária. Disponível: https://transparencia.al.gov.br/receita/receitas-por-fonte/0202/0202000000/?data_inicial=01/01/2022&data_final=31/12/2022

SEFAZ-ALAGOAS. **Balanco geral 2020**. Disponível em: <http://gcs2.sefaz.al.gov.br/#/documentos/visualizar=-documento?key-8UogeuiB0R0%3D>. Acesso em 11 de dezembro de 2022.

CAPÍTULO SEXTO:

**A NATUREZA DOS TRÊS FUNDOS DA
“ALAGOAS PREVIDÊNCIA” E O PROCESSO
DE ESPOLIAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS¹**

Artur Bispo

A ausência de literatura crítica acerca do Regime Próprio da Previdência Social dos servidores de Alagoas (Estado e Municípios) torna complexa a tarefa de refutar o discurso hegemônico, postulado pelos governos de plantão da burguesia e sua constelação midiática, forjado a partir da necessidade de intensificar as taxas de acumulação sobre os proventos dos servidores públicos ativos e inativos, em benefício do sistema financeiro e das grandes corporações capitalistas.

A inexistência de literatura impôs a necessidade duma investigação de natureza documental centrada na análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de Alagoas para 2022, nos relatórios de governança da Alagoas Previdência 2019-2021, no Balanço Geral da Sefaz/AL 2019, 2020 e 2021, bem como nas leis e decretos estaduais relativos ao sistema previdenciário, instituídos nas duas primeiras décadas do século XXI (Lei 6.288/2002, Decreto 860/2002, Lei 6.585/2005, Lei 7.114/2009, Lei 7.751/2015, Lei Complementar 44/2017,

¹ Capítulo resulta de projeto de pesquisa, “A dialética do capital financeiro e seu reflexo na economia alagoana”, financiado pela Fapeal - edital N° 003/2022 – AUXÍLIO À PESQUISA - HUMANIDADES Ciências Humanas □ Ciências Sociais e Aplicadas; Linguística, Letras e Artes.

Lei Complementar 52/2019, Lei Complementar 54/2021, Decreto 83.886/2022, Lei 8.759/2022, Lei 8.510/2021, PL 816/2022 etc.).

De maneira hegemônica, para hodiernamente o discurso da reprodução dos interesses do capital, em escala ampliada, de que a Previdência Social é deficitária. Este discurso serviu para três amplas contrarreformas no regime previdenciário (EC 20/1998, EC 41/2003, EC 103/2019), sendo o Regime Próprio o mais veementemente atacado, o que fez com que os servidores públicos perdessem inúmeros direitos. As contrarreformas foram vetores essenciais ao processo de expansão e acumulação de capitais, potencializando o amplo desenvolvimento dos fundos de pensão e das previdências complementares (RPC). Merece destaque o Funpresp (na esfera federal) e a Alprevcomp (na esfera estadual), nos quais os servidores públicos experimentaram a sangria de seus salários, aposentadorias e pensões.

A contrarreforma da Previdência de 103/2019, mediante a Emenda Constitucional 103/2019 e a Lei Complementar 52/2019, alterou substancialmente o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), estabelecendo regras de transição e disposições transitórias, com pedágios e acentuados processos de expropriação dos salários dos trabalhadores públicos. A referida Emenda Constitucional representou um passo decisivo no itinerário de extinção do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), elevando expressivamente o tempo, a idade e as alíquotas de contribuição.

6.1 Fim do Ipaseal e constituição da Alagoas Previdência

É no bojo da necessidade de ensejar uma nova contrarreforma no Regime Geral da Previdência Social dos Servidores de Alagoas que se efetivou o desmonte do Ipaseal (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Alagoas), criado pela Lei 2.509, de 4 de dezembro de 1962. Transcorreram dez anos para que o governo estadual instituisse a “Alagoas Previdência”, dotada de natureza e estrutura bastante diferenciada do Ipaseal, cujos propósitos estariam plenamente subordinados aos tempos de ataques aos direitos conquistados pelos

servidores públicos estaduais.

Antes de passar a denominar-se Alagoas Previdência (Lei 7.751/2015), o RPPS deixou de chamar-se Ipaseal, em 2005, ficando sob o gerenciamento da Secretaria Executiva de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio (Lei 6.584, 2005, artigo 22, p. 6). Em 2009, o governo estadual instituiu o **Serviço Autônomo – AL, Previdência**, que viria a denominar-se Alagoas Previdência, em 2015. O Estado abdicou radicalmente de sua obrigatoriedade com a Seguridade Social, no tocante aos servidores públicos estaduais, quando constituiu o Ipaseal-Saúde sob a forma de gestão administrativa amoldada ao mercado. A saúde deixou de configurar um direito e passou a ser regida segundo os preceitos da mercantilização.

O ano de 2005 representou um ponto de inflexão nos desígnios do Ipaseal; uma pá de cal foi lançada em sua trajetória de atendimento às necessidades basilares dos servidores públicos estaduais. A ofensiva neoliberal foi objetivada pelo então governador Ronaldo Lessa, seguido pelos governos Theotonio Vilela, Renan Filho e Paulo Dantas. A pluralidade de legendas partidárias que se assentaram no Palácio dos Martírios assegurou a anatomia do Estado que interessa aos grandes capitalistas e ao sistema financeiro. Estes encontram nos fundos de pensão e nas aposentadorias complementares mecanismos fundamentais para reciclar o capital ocioso advindo da produção para o complexo de serviços prestados pelo Estado, como saúde, educação e seguridade social.

O governo Ronaldo Lessa extinguiu o Ipaseal, em 29 de março de 2005, conforme expresso no artigo 21 da Lei 6.584/2005: “Fica extinto o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Alagoas – Ipaseal”. Para obstar as manifestações contrárias, a mesma lei que extingue as atividades previdenciárias e de assistência social do Ipaseal, cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Alagoas – Ipaseal – Saúde, de natureza completamente distinta. A preservação do nome da entidade obliterou a incorporação das atividades previdenciárias pela Secretaria de Administração e ocultou o que realmente estava acontecendo: o patrimônio da antiga entidade fora transferido gratuitamente para um instituto estranho

aos interesses dos servidores públicos. Artigo 22 da referida Lei afirma:

Parte do ativo patrimonial do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Alagoas - IPASEAL passará a integrar o patrimônio do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Alagoas – IPASEAL SAÚDE e parte passará a integrar o patrimônio do Estado de Alagoas, a saber: (Redação dada pela Lei nº 6.928, de 29.05.2008) (LEI Nº 6.584, 2005, p. 7).

Além de perder edifícios, fazendas, terrenos, casas, balneário, creche etc., o Ipaseal (Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Alagoas) teve seus servidores transferidos e redistribuídos para “órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional do Poder Executivo Estadual” (LEI 6.584/2005, 2005, artigo 26, § único, p. 8), sendo os cargos comissionados extintos e os servidores não concursados demitidos. As despesas resultantes da aplicação da Lei ficaram por conta dos recursos destinados ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Alagoas – Ipaseal (Artigo 29, 2005).

A constituição do Ipaseal – Saúde representou a extinção da relação existente entre previdência e assistência; a saúde foi claramente privatizada. Para ter acesso à mesma assistência, os servidores passariam a operacionalizar a sangria de seus minguados proventos, pois:

Art. 11. A contribuição mensal dos beneficiários do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Alagoas corresponderá àquela definida nos planos de custeio dos respectivos Planos de Saúde e será integralmente voltada ao custeio das ações e serviços assistenciais. (LEI Nº 6.584, 2005, p. 4).

O novo Ipaseal constituiu-se como uma espécie privilegiada de Plano de Saúde, pois gozava do respaldo estatal para operar o desconto na própria folha de pagamento dos proventos dos servidores, operando

reajustes à revelia de seus beneficiários. A título de exemplificação da anatomia mercantilista do Ipaseal – Saúde (Participação e Coparticipação), o reajuste da tabela alcançou mais 150% em 25 de janeiro de 2016. O Sindpol (Sindicato dos Policiais Cíveis de Alagoas) denunciou os valores elevados da nova tabela: “quem recebe R\$ 3 mil, o titular terá de arcar com R\$ 786,10 mais R\$ 157,22 por plano odontológico e mais 43,71 por dependente” (Sindpol, 2016, p. 1). Quem ganha 6 mil reais terá de desembolsar R\$ 1.693,58, quando antes pagava somente R\$ 680 (Sindpol, 2016). Os valores cresceram expressivamente e muitos renunciaram ao referido plano por comprometer demasiadamente sua única fonte de receita.

Nesse bojo, surge a Alagoas Previdência para aperfeiçoar os mecanismos de controle da espoliação dos trabalhadores públicos sob a insígnia do aparato estatal, graças à cobrança compulsória da taxa administrativa de 1% do valor das remunerações dos servidores ativos e inativos. Afirma a Lei N° 7.751 (2015, Art. 4°, § 2°, p. 03, grifo nosso).

§ 2° A Taxa de Administração, mencionada no § 1° deste artigo, **fica estabelecida em 1% (um por cento) do valor total das remunerações**, proventos, pensões e demais benefícios previdenciários pagos aos segurados vinculados ao RPPS/AL relativos ao exercício financeiro anterior.

Além da taxa sobre os proventos dos servidores ativos e inativos, o governo liberou um montante extra de R\$ 10 milhões para compor o caixa da nova entidade (Lei 7.751/2015), que passou a assumir o controle da administração dos ativos financeiros do patrimônio imobiliário que compunha os Fundos de Natureza Previdenciária. Desse modo, os servidores assumem por completo as despesas administrativas da Alagoas Previdência, que no decorrer de 2022 representou um custo de R\$ 18.564.080,04 somente com custeio e pessoal, em que merecem destaque os seguintes destacados no quadro abaixo.

QUADRO 1 – Alagoas Previdência: Despesas por categoria econômica em 2022

CÓDIGO	SUPLEMENTO	CATEGORIA	TOTAL (R\$)
	APOIO ADMINISTRATIVO TECNICO E OPERACIONAL	CUSTEIO	3.224.575,48
	GRATIFEXERCICIO DE CARGO EM COMISSAORGPS	PESSOAL	2.747.631,81
	JETONS A CONSELHEIROS	CUSTEIO	487.935,84
33903940	PROGRAMA DE ALIMENTACAO DO TRABALHADOR	CUSTEIO	1.559.093,51
981	SERVICOS BANCARIOS	CUSTEIO	732.193,32
	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE TECNOLOGIA	CUSTEIO	926.603,60
1901101	VENCIMENTOS E SALARIOSRPPS	PESSOAL	295.590,48
03701	APOIO ADMINISTRATIVO TECNICO E OPERACIONAL	CUSTEIO	3.224.575,48
	13 SALÁRIO RGPS	PESSOAL	182.240,08
	ESTAGIARIOS	CUSTEIO	852.844,50
	13 SALÁRIO RPPS	PESSOAL	40.225,51
	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS INSS	PESSOAL	555.564,76

FONTE: Portal da Transparência, 2022.

As despesas com cargos gratificados, jetons e o programa de alimentação do trabalhador consumiram R\$ 4,3 milhões, sem contar a elevada contribuição previdenciária para INSS (R\$ 555 mil), que repre-

sentou quase o dobro dos vencimentos e salários dos servidores do RPPS (R\$ 295 mil). O Sindicato dos Servidores Públicos da Receita Estadual (Sindifisco) denunciou a Alagoas Previdência como uma espécie de balcão de cargos comissionados do governo estadual, que tem na sua presidência Roberto Moisés dos Santos². A dedicação de somente 295 mil reais com vencimentos e salários RPPS serve para demonstrar que o governo estadual não cumpriu o estabelecido no Artigo 19 da Lei 7.751 (2015).

Art. 19. O quadro de cargos de pessoal efetivo, suas atribuições e remuneração sob a forma de vencimentos, estão definidos no Anexo I desta Lei, devendo seu provimento ocorrer por meio de **Concurso Público** de Provas e Títulos e Curso Específico de Formação, oferecido pela ALAGOAS PREVIDÊNCIA.

Destruuiu-se o Ipaseal (Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Alagoas) em 2005, entregando seus móveis e imóveis para o Ipaseal-Saúde (entidade que trata a saúde como mercadoria) e se compartilhou seu corpo de funcionários com outras secretarias – para constituir a Alagoas Previdência, com um conjunto de funcionários contratados e sem concurso, que recorre a estagiários para diminuir suas despesas. Possui 43 dos seus 159 funcionários com cargos comissionados³; alguns sem experiência em gestão previdenciária. A

2 Segundo a redação do jornal Extra, de 19 de junho de 2021, foi acusado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) por envolvimento do rombo de R\$ 14,5 bilhões do Fundo de Previdência Social (Rioprevidência). Entre as acusações que pesam sobre o atual diretor-presidente da Alagoas Previdência destacam-se: “Ele é acusado pela CPI de: antecipação de receitas do petróleo a fim de aliviar o caixa estadual; realização de operação de crédito sem autorização legal; [...]; utilização de ativos do RP para cobertura da insuficiência financeira; ...” (Jornal Extra, 2021, p. 1). A forma de gestão do diretor-presidente na Rioprevidência confere veracidade ao modus operandi dos fundos de pensão, cuja práxis hegemônica consiste em lesar os contribuintes, destinando mais de R\$ 700 mil, em 2022, para despesas bancárias.

entidade responsável pelo cuidado dos recursos de 75.260 servidores estaduais não realizou nenhum concurso para tornar a entidade confiável para a categoria e não se forjar como mera correia de transmissão do governo de plantão da burguesia.

6.2 Alagoas Previdências e seus três fundos (Previdenciário, Financeiro e Militar)

Desde que foi constituída, em 9 de outubro de 2015, a Alagoas Previdência assume a responsabilidade pelo RPPS/AL, mantendo intacto o processo de composição dos regimes financeiros, com seus respectivos fundos de financiamento (previdenciário, financeiro e militar). Os artigos 29, 30 e 31 da Lei 7.751 descrevem a natureza de cada fundo: 1) O **Fundo de Previdência** destina-se aos servidores públicos inseridos na esfera estadual desde 31 de dezembro de 2006 (LEI 7.751, 2005, artigo 29); 2) O **Fundo Financeiro** “atenderá ao pagamento dos benefícios da previdência social concedidos aos servidores públicos que tenham sido admitidos até 31 de dezembro de 2006” (Lei 7.751, 2015, artigo 30); 3) O **Fundo Militar** visa ao “pagamento dos benefícios de previdência funcional concedidos aos militares do Estado de Alagoas, e seus dependentes, independentemente da data de ingresso ou de concessão do benefício” (LEI 7.751, 2015, artigo 31).

A constituição da Alagoas Previdência forjou-se em plena consonância com a contrarreforma da previdência encetada em 2003, quando se quebrou o sistema de isonomia, primeiro, entre os servidores públicos civis e militares. Estes continuaram a usufruir de benefícios e vantagens não concedidos aos civis. Segundo, estabeleceu-se uma diferenciação para os servidores públicos civis: aqueles que ingressaram depois de 31 de dezembro de 2006 não desfrutarão dos benefícios auferidos pelos ser-

3 Segundo a Gazeta de Alagoas, edição de 3 de julho de 2021, a Alagoas Previdência possui “... entre os nomeados para o órgão previdenciário estadual ex-vereadores da capital, interior e contratados sem nenhuma comprovada experiência em gestão previdenciária, pai de vereadores, indicações feitas por líderes políticos e de famílias tradicionais das regiões estratégicas do estado. Entre os 159 contratados sem concurso público, há concursados de outras pastas que foram transferidos” (Ferreira, 2021, p. 1).

Os **três fundos foram constituídos** para atender às diferenciações estabelecidas no interior do corpo do funcionalismo público. Os novos servidores passam a contribuir num regime previdenciário que se especializa pela capacidade de retirar direitos dos servidores. O preceito da isonomia passa a ser desconsiderado, bem como o preceito da solidariedade entre as gerações. A contraposição e a segregação da “massa” dos servidores públicos estaduais são confirmadas no art. 27: o financiamento do RPPS/AL “dar-se-á por meio do regime financeiro de capitalização para os benefícios custeados pelo **Fundo de Previdência** e por meio do regime financeiro de repartição simples para os benefícios custeados pelo **Fundo Financeiro**” (LEI 7.751, 2015, artigo 27).

O fundo constituído para atender os servidores públicos que ingressaram depois de 31 de dezembro de 2006 não mais se inscreve sob o preceito da solidariedade geracional, mas sob o regime financeiro de capitalização. Já os servidores que ingressaram antes de 31 de dezembro de 2006 terão seus benefícios custeados segundo os preceitos do regime de repartição simples.

Nessa modalidade, as contribuições dos servidores e as respectivas contribuições do ente estatal pertencem ao fundo comum, que paga todas as aposentarias e pensões, sendo o ente estatal obrigado a fazer aportes financeiros para custear o referido regime sempre que houver déficit em sua arrecadação. Já o fundo previdenciário, regido pelo regime de capitalização, deve aplicar as contribuições previdenciárias no mercado financeiro. O pagamento dos benefícios dependerá da soma do montante acumulado de cada contribuinte, aplicado nas instituições financeiras (CDI, IDKA2, IMA-B5, IMA-B, IRF-M1, INTN-B). Como exemplo, tomamos um quadro comparativo das receitas do fundo financeiro entre setembro de 2020 e setembro de 2021.

QUADRO 2 – Espelho com discriminação das aplicações financeiras com recursos do fundo previdenciário – setembro de 2020 e setembro de 2021

FUNDO PREVIDENCIÁRIO		
CARTEIRA GLOBAL - 3º TRIMESTRE – SETEMBRO (em reais)		
Segmento	2020	2021
CDI	200.171.213,90	6.344.666,37
IDKA2	238.729.997,84	-
IMA-B5	-	-
IMA-B	104.567.630,02	102.378.853,67
IRF-M1	86.908.677,55	-
INTN-B	-	648.542.572,15
TOTAL	630.377.519,31	757.266.092,19

FONTE: Alagoas Previdência, 2021, p. 18.

O montante de recursos é dividido e aplicado em distintas modalidades de investimentos (CDI, IDK2, INTN-B etc.). O CDI constitui-se como título de curto prazo emitido pelos bancos, sendo o modo mais recorrente de os bancos movimentarem suas operações financeiras. IMA (B-5 e B) é referência para investimento em renda fixa, formado geralmente pelos títulos da dívida pública interna brasileira. IMA-B está relacionado aos títulos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) com vencimento de até cinco anos. IRF-M1 são títulos

públicos prefixados (Letras do Tesouro Nacional e Notas do Tesouro Nacional) com vencimento de um ano.

Na modalidade de capitalização, os investimentos realizados pela Alagoas Previdência no mercado financeiro não têm mais o Estado como avalista e estão suscetíveis a riscos análogos aos experimentados pelos fundos de pensão (Chile, EUA, Argentina, Espanha, Brasil etc.), que quando aplicados em títulos da dívida pública, na Bolsa de Valores e em derivativos, podem ser bem ou malsucedidos, pois o mercado é um cassino em que os peixes pequenos existem para serem engolidos pelos tubarões. Apesar de não ser avalista, o Estado controla a Alagoas Previdência de diferentes formas e pode desviar os recursos do fundo previdenciário para fins estanhos aos interesses dos servidores públicos. No bojo dessa possibilidade, inscreve-se o Decreto-Lei 8.759, que transfere 304 escolas públicas estaduais para o fundo garantidor da Alagoas Previdência.

A contrarreforma da Previdência encetada pelo governo Bolsonaro, mediante a Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019, reverberou no Estado de Alagoas mediante a LC 52, de dezembro em 2019. A agilidade do governo estadual, na pessoa do governador Renan Filho, em aplicar as medidas contrárias aos interesses dos servidores públicos estaduais, implicava uma redução expressiva de despesas com aposentados e pensionistas, considerados os vilões das contas públicas estaduais e federais.

Ao contrário da EC 103/19, que estabeleceu alíquotas diferenciadas relacionadas aos valores dos proventos, a Lei Complementar 52 reajustou linearmente a alíquota de contribuição de 11% para 14% para os servidores civis ativos e inativos. Na esfera financeira, a contrarreforma representou **“a redução de déficit de R\$ 32,4 bilhões em 2018 para R\$ 12,6 bilhões em 2020”** (Diário Oficial, 2021, p. 68, grifo nosso).

É possível afirmar que a marca expressiva do Governo Renan Filho (2014-2022) foi a redução das despesas de pessoal com os

servidores públicos ativos e inativos. Essa política coadunou-se com o espírito da contrarreforma da previdência de 2019.

QUADRO 3 – Execução das despesas com pessoal e encargos sociais (2019-2021)

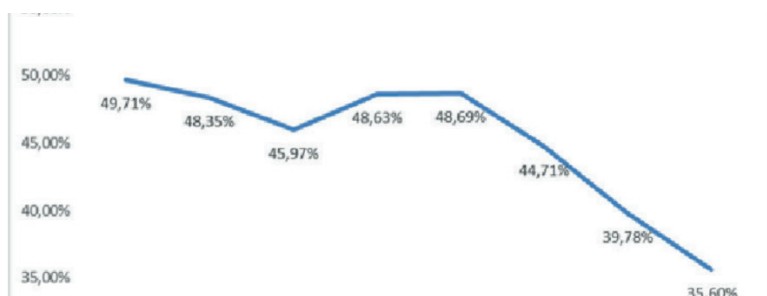
DISCRIMINAÇÃO	DESPESAS 2019	DESPESAS 2020	DESPESAS 2021
Pessoal Ativo	2.777,00	2.887,90	3.177,40
Pessoal inativo e Pensionistas	2.067,00	2.354,70	2.544,70
Contratação por tempo determinado	141,7	138,4	175,50
Obrigações Patronais	49,40	44,70	49,30
Indenizações e Sentenças Judiciais	30,20	48,60	73,30
Demais Despesas com Pessoal	115,2	392,9	126,10
TOTAL DA DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.180,80	5.887,90	6.146,30

FONTE: Balanço Geral, 2020 e 2021.

Engana-se substancialmente quem analisa os números acima de forma isolada e desconsidera a participação do salário dos servidores com o volume total das receitas e despesas realizadas entre 2019 e 2021, pois a elevação do valor das despesas com pessoal ativo não resultou da ampliação, em termos proporcionais, do valor dos salários dos servidores ativos, em 2021, em comparação com os anos anteriores.

Segundo os dados apresentados pela Secretaria da Fazenda (Sefaz), em seu Balanço Geral de 2021, as despesas com pessoal ativo na esfera do Poder Executivo de Alagoas declinaram para 35,6%, em 2021, quando, em 2014, ultrapassavam o limite estabelecido de 49%. A partir de 2015, principiou o movimento de queda, alcançando entre 2020 e 2021 as mínimas históricas de 39,78% e 35,60% (BALANÇO GERAL, 2021, p. 33).

GRÁFICO 1 - Despesa com Pessoal/RCL (2014-2021) - Poder Executivo de Alagoas - %



FONTE: Balanço Geral, 2021, p. 34

A ampliação expressiva de arrecadação da Alagoas Previdência, em 2020, resultou da inconstitucionalidade da contrarreforma de 2019, que cobrava indistintamente dos servidores ativos e inativos a alíquota de 14% para quem recebia acima de um salário mínimo, quando isso deveria ocorrer ser com aquele que ganhava acima do teto do INSS – atualmente, R\$ 7.087,22. A Lei Complementar 52/2019 foi contestada na Justiça pelos sindicatos representativos da categoria dos servidores estaduais, o que levou o Estado a suspender os descontos aos servidores. Com isso os aposentados e pensionistas civis que recebem menos do que o teto do INSS passaram a contribuir com 11% de seus vencimentos. O Artigo 4º, inciso II, da LC 54/2021 afirma:

II – os servidores aposentados e pensionistas contribuirão, mensalmente, com o percentual de 14% (catorze

por cento) a incidir sobre a parcela dos proventos ou pensão que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição Federal.” (NR) AL (Lei Complementar N° 54, 2021, Art. 1º, Inciso II, p. 03)

Os valores cobrados inconstitucionalmente acima do teto de desconto estabelecido Regime Geral de Previdência Social pelo governo de Alagoas, pela mediação da Alagoas Previdência, não foram restituídos imediatamente, mas o serão parceladamente, na forma de Benefício Especial, e indiretamente, através da Entidade Fechada de Previdência Complementar – Alprevcomp, até a aposentadoria do servidor concedida pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS/AL (Lei Complementar 54, 2021, art. 1º, § 2º, p. 2). Desse modo, os servidores civis aposentados e pensionistas abriram uma linha de crédito para o Estado, que não oferece a menor previsão de quando restituirá a espoliação cometida.

QUADRO 4 – Execução da Receita de Contribuições (2020-2021) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2020	2021	Δ% 2021/2020
Contrib. Previdenciárias do Regime Próprio	523,5	496,1	-5,2%
Contribuição de Servidor Ativo Civil	237,6	237,8	0,1%
Contribuição de Servidor Ativo Militar	77,4	72,5	-6,3%
Contribuição de Servidor Inativo Civil	94,5	67,2	-28,9%
Contribuição de Servidor Inativo Militar	55,6	70,4	26,6%
Contribuição do Pensionista Civil	50,9	27,7	-45,6%
Contribuição do Pensionista Militar	-	11,3	-
Contribuição Servidor - Precatórios Lei 6410/2003	6,3	8,6	37,9%
Outras Contribuições Previdenciárias	1,3	0,7	-42,6%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	523,5	496,1	-5,2%

FONTE: Balanço Geral, 2020, p. 59.

A queda de 5,5% na arrecadação, que representa R\$ 27,4 milhões, pode parecer pouco no contexto geral das contribuições; no entanto, para o pensionista civil, implicou uma queda de 45,6%; para o servidor civil inativo, uma redução de 28,5%; e para o servidor do regime próprio, uma diminuição de 5,2%. Pode-se observar no quadro acima que o pensionista militar não contribuiu em 2020, e passou a contribuir em 2021 com R\$ 11,3 milhões. A diferença na receita seria bem maior se os servidores inativos militares continuassem contribuindo abaixo do preceito constitucional. Nota-se que a contrarreforma de 2019 (LC 52/2019) deu tratamento diferenciado aos militares ativos e inativos. Essa diferenciação pode ser observada na movimentação financeira do fundo previdenciário (sistema de capitalização), do fundo financeiro (repartição simples) e do fundo militar (repartição simples).

Alagoas possui 75.260 servidores; desse total, 34.773 são aposentados e pensionistas (26.140 aposentados e 8.633 pensionistas). A maioria desses aposentados e pensionistas pertence ao fundo financeiro e ao fundo militar; já o fundo previdenciário possui somente 32 aposentados e 69 pensionistas, totalizando 101 contemplados, ou seja, 0,29% do total dos aposentados e pensionistas. O fundo militar é formado por 6.608 aposentados e 2.875 pensionistas, totalizando 9.483, o que representa 27,27% do total dos beneficiados dos três fundos.

Os servidores que contribuem para o fundo previdenciário não tinham alcançado, em 2021, os quarenta anos, e a média salarial feminina estava abaixo da masculina, com 3,3 mil para mulheres e 4,1 mil para os homens, num total de 6.070 servidores. Isso representa 8% do conjunto dos segurados inativos e ativos do Estado de Alagoas. Enquanto isso, o fundo financeiro (regime de repartição simples) possuía 48.227 segurados, com 22.937 servidores ativos e 25.290 aposentados e pensionistas, representando 72,72% do total dos 34.773 benefícios. A remuneração média transitava em torno dos R\$ 3.775,06 para as mulheres e R\$ 5.603,39 para os homens. A idade média das mulheres é de 61,44 anos; a dos homens, de 58,59 anos (Relatório de Governança da Alagoas Previdência, 2022).

Apesar de o fundo previdenciário constituir-se como um grupo pequeno, sua arrecadação é a única superavitária, com uma arrecadação de mais de R\$ 677 milhões em 2021 e R\$ 765 milhões em 2022, com o seu acumulado investido em distintos fundos de investimentos do sistema financeiro (CDI, IDKA2 etc.).

O fundo militar não se manifesta claramente nos Balanços Gerais de 2019, 2020 e 2021 da Sefaz (Secretaria Estadual da Fazenda), aparecendo somente no Portal da Transparência do Governo de Alagoas, no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2022 e, de modo fragmentado, nos Relatórios de Governança da Alagoas Previdência.

QUADRO 5 – Receita total do Regime Próprio da Previdência Social de Alagoas (2018-2020)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (IX)	677.518.889,72	902.036.553,53	1.118.558.086,37
Receita de Contribuições dos Segurados	254.456.593,08	267.500.357,78	477.763.524,59
Civil	180.756.010,03	190.246.383,55	344.812.959,32
Ativo	144.303.570,05	160.629.194,23	199.517.698,90
Inativo	36.155.357,18	26.720.171,57	94.449.066,20
Pensionista	297.082,80	2.897.017,75	50.846.194,22
Militar	73.700.583,05	77.253.974,23	132.950.565,27
Ativo	59.128.302,64	62.021.966,41	77.363.429,12
Inativo	14.572.280,41	15.232.007,82	55.587.136,15
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	356.144.204,23	380.535.481,22	563.798.220,16
Civil	237.781.652,99	256.605.845,60	540.375.239,38
Ativo	235.082.435,40	254.183.231,00	327.295.444,91
Inativo	2.492.251,61	2.422.614,60	174.410.056,87
Pensionista	206.965,98	-	38.669.737,60
Militar	118.362.551,24	123.929.635,62	23.422.980,78
Ativo	118.362.551,24	123.929.635,62	23.422.980,78
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita Patrimonial	2.910.402,68	2.173.839,23	869.992,75
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	2.910.402,68	2.173.839,23	869.992,75
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	18.000.000,00	-	-
Outras Receitas Correntes	46.007.689,73	251.826.875,30	76.126.348,87
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	45.482.479,51	44.126.853,90	45.931.261,83
Demais Receitas Correntes	525.210,22	207.700.021,40	30.195.087,04
RECEITAS DE CAPITAL (X)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (XI) = (IX + X)	677.518.889,72	902.036.553,53	1.118.558.086,37

Fonte: Anexo 4 RREO 6º Bim 2018/2020

FONTE: Diário Oficial, 2021, p. 71.

Apesar de arrecadar menos que o fundo financeiro e o fundo previdenciário e não conseguir custear suas aposentadorias e pensões, a

Emenda ao PL 816/22 estabeleceu que a contribuição dos militares ativos se dará sobre o total de seus vencimentos, “com alíquota igual à aplicada às Forças Armadas” (alínea I), e que “os proventos dos militares inativos e os benefícios dos pensionistas terá alíquota igual à metade da aplicada aos militares ativos” (PL 816/2022, artigo 1º, p. 1)¹. A contrarreforma da previdência federal (EC 103/19) instituiu uma nova alíquota de contribuição para os militares, que passou de 7,5% para 10,5%.

O PL 816/2022 determina que a contribuição dos aposentados e pensionistas militares deve ficar abaixo de 6% de seus proventos, menos da metade do valor dos descontos aplicados aos servidores civis inativos. O tratamento diferenciado aos militares ativos e inativos esclarece o porquê de o quantitativo expresso na receita do fundo militar ser inferior ao acumulado pelo fundo financeiro e pelo fundo previdenciário.

Apesar de comportar o menor número de servidores ativos, contando com menos da metade dos associados ao fundo militar, o fundo previdenciário supera o fundo militar em arrecadação, contribuindo com 17,89% do total do fundo, enquanto o fundo militar contribui somente com 14,13% e o fundo financeiro com 67,70%. Os servidores civis contribuem com 85,59% das receitas previdenciárias.

QUADRO 6 – Contribuição da Previdência:

Receitas por fonte (2022)

¹ A justificativa para a redução da contribuição dos aposentados e pensionistas militares assenta-se na Ação Cível Originária 3.396, do Ministro Alexandre de Moraes, de 19/10/2020, que reconhece a autonomia dos estados para aplicar a alíquota de contribuição previdenciária relacionada aos militares inativos e pensionistas inteiramente distinto do tratamento dado aos aposentados e pensionistas civis.

UNIDADE GESTORA	PREVISÃO DA RECEITA (R\$)	RECEITA REALIZADA (R\$)
FUNDO FINANCEIRO DO ESTADO DE ALAGOAS	796.266.824,00	765.589.314,16
FUNDO DOS MILITARES DE ALAGOAS	166.770.357,00	159.785.695,15
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS	97.712.022,00	202.356.433,79
ALAGOAS PREVIDÊNCIA	0,00	3.001.426,00
TOTAL		

FONTE: Portal da Transparência, 2022, p.1.

Os servidores civis que ingressaram no serviço depois de 31 de dezembro de 2006 com proventos inferiores aos servidores militares, contribuem com alíquotas maiores e nunca tiveram anistia ou isenção de suas contribuições; pelo contrário, foram obrigados a destinar indevidamente valores acima do necessário entre 2020 e 2021. Enquanto o fundo previdenciário representa somente 0,29% das despesas gerais da previdência, os servidores do fundo militar representam 27,27% e os servidores do fundo financeiro, 72,72%. Os servidores do fundo previdenciário contribuem com 17,89%; os servidores do fundo financeiro, com 67,70%; e os servidores do fundo militar, com 14,13% do total de receita do sistema RPPS administrado pela Alagoas Previdência.

O fundo previdenciário não tem proporcionado um retorno substancial de curto e médio prazo a seus contribuintes. Ele custeia as despesas correntes de manutenção da Alagoas Previdência. Desse modo,

não há como acusar o fundo previdenciário de qualquer espécie de déficit, já que possui somente 101 aposentados e pensionistas. Nesse contexto, o fundo militar é o único que não consegue custear suas despesas.

As leis que instituíram o Serviço Autônomo – AL Previdência (2009) e a Alagoas Previdência (2015) estabeleceram a separação dos modelos e a impossibilidade de o beneficiário de um fundo passar para o outro, bem como a impossibilidade de os recursos de um fundo compensarem os débitos e déficits de outro fundo.

Reza o Artigo 24 da Lei N° 7.751:

Os Fundos de Natureza Previdenciária são incomunicáveis, dotados, cada um deles, de natureza pública, identidade financeira-contábil individual, com destinação específica para o pagamento dos benefícios previdenciários correspondentes, não havendo qualquer hipótese de solidariedade, subsidiariedade ou supletividade entre eles (LEI N° 7.751, 2015, Artigo 24).

É fundamental apontar, no quadro apresentado no balanço de 2021, que o maior responsável pelo déficit das contas da previdência pública estadual é o fundo militar. Os servidores públicos civis propiciaram, entre 2006 e 2022, um acumulado de R\$ 765.589.314,16, que pelo artigo 24 da Lei 7.751, 2015, “são incomunicáveis”, “dotados de identidade financeiro-contábil individual” e com “destinação específica”, “não havendo qualquer hipótese de solidariedade ou de subsidiariedade” entre eles.

O estabelecimento do sistema de capitalização feriu o preceito da solidariedade; por isso não se podem destinar os recursos

do fundo previdenciário para cobrir as despesas do fundo militar ou do fundo financeiro. O preço pelo fim do regime de repartição simples foi isolar os servidores civis que ingressaram depois de 31 de dezembro de 2006 dos servidores civis que ingressaram antes desta data.

A despeito da letra, nota-se que o governo apresenta muitas vezes a receita e a despesa com o sistema previdenciário sem apresentar a particularidade de cada fundo, a fim de encobrir que o verdadeiro responsável pelo déficit nas contas é o fundo militar, em decorrência dos privilégios concedidos aos militares. Está claro que o fundo militar revela-se como o mais susceptível de *déficit* e endividamento, devido aos privilégios preservados aos militares nas distintas contrarreformas previdenciárias, que não resolveram as distorções existentes no interior do sistema.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 reconhece o problema nos termos:

Com relação ao fundo militar, devido ao perfil de seu quadro de servidores, apesar da redução da alíquota, o início da cobrança de contribuição dos militares da reserva trouxe para o Fundo Militar um ganho financeiro no médio prazo, mas aumento do déficit atuarial no longo prazo ao passar de um déficit de R\$17,2 bilhões em 2018 para R\$34,3 bilhões em 2019 no pós-reforma, o que demonstra claramente que a reforma promovida pelo governo federal aumentou o risco fiscal de longo prazo dos estados. (Diário Oficial, 2021, p. 68).

Os problemas propiciados pelas concessões feitas aos militares e não estendidas aos demais servidores, não se pode acreditar que a contrarreforma de 2019 tenha duplicado o déficit do fundo militar, ou seja, tenha passado de R\$ 17,2 bilhões para R\$ 34,3 bilhões em um ano. Trata-se de um exagero sem precedentes. No entanto, isso não anula a afir-

mação de que o fundo militar é deficitário e a contrarreforma de 2019 (LC 52/22, LC 54/22) e o PL 816/22 não superam as contradições e distorções do sistema; pelo contrário, a contrarreforma tão só atendeu às demandas do capital e contrapôs-se radicalmente aos interesses dos trabalhadores.

QUADRO 7 – Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (2018-2020)

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
ADMINISTRAÇÃO (XII)	17.626.250,30	15.866.749,32	63.002.165,92
Despesas Correntes	17.050.794,95	15.627.641,82	62.996.565,97
Despesas de Capital	575.455,35	239.107,50	5.599,95
PREVIDÊNCIA (XIII)	1.933.110.505,55	2.021.449.503,38	2.400.380.088,87
Benefícios - Civil	1.314.338.620,45	1.299.000.519,50	1.426.768.378,90
Aposentadorias	1.044.401.827,52	1.040.045.994,45	1.104.480.595,77
Pensões	269.907.391,88	258.932.184,00	322.260.013,69
Outros Benefícios Previdenciários	29.401,05	22.341,05	27.769,44
Benefícios - Militar	604.432.647,27	647.851.528,59	782.567.721,04
Reformas	483.600.141,17	518.308.895,51	638.109.920,12
Pensões	120.832.506,10	129.542.633,08	144.457.800,92
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	14.339.237,83	74.597.455,29	191.043.988,93
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	14.339.237,83	74.597.455,29	191.043.988,93
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	1.950.736.755,85	2.037.316.252,70	2.463.382.254,79
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)²	- 1.273.217.866,13	- 1.135.279.699,17	- 1.344.824.168,42
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2018	2019	2020
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	1.207.523.915,02	1.172.944.229,36	1.251.747.654,23
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-

Fonte: Anexo 4 RREO 6º Bim 2018/2020

FONTE: Diário Oficial, 2021, p. 71.

As despesas com os aposentados e pensionistas militares representam R\$ 625 milhões, o que equivale à metade da insuficiência financeira para a cobertura de todas as aposentadorias; entretanto, as aposentadorias e pensões militares representam somente 9.037 do total de 34.091 aposentados e pensionistas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Os dados apresentados pelo PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária de 2021) indicam que os aposentados e

pensionistas militares representam somente 26,50% do total dos beneficiados; eles ficaram com 54,83% dos recursos distribuídos entre os dois segmentos em 2020.

Diferentemente dos servidores civis, com seus fundos previdenciário e financeiro, os relatórios da “Governança corporativa” da Alagoas Previdência não apresentam a média do salário dos militares ativos e inativos. A participação dos militares no déficit de 2020 foi da ordem de 62,50%. No entanto, o governo lança nas costas dos servidores da educação o ônus de uma dívida que não lhes cabe, quando entrega 304 escolas públicas para a administração da Alagoas Previdência (Decreto-Lei 8.759). Constituindo um quarto fundo na Alagoas Previdência, que é o Fundo Garantidor. Este vai administrar os imóveis incorporados no sistema financeiro pela mediação do Alagoas Ativos S. A.

A educação pública e os servidores da educação pública não podem ser responsabilizados pelo quadro deficitário da previdência de Alagoas, gerado pelos privilégios conferidos aos servidores militares e pela forma como as contribuições dos servidores civis do regime de repartição simples (fundo financeiro) foram expropriadas pelos diferentes governos, para cobrir os rombos das contas públicas e financiar a construção de estradas, prédios, conjuntos habitacionais e cobrir rombos das contas públicas. A riqueza constituída pelos servidores públicos, que contribuem com o fundo financeiro, foi desviada para atividades distintas dos interesses dos servidores, a exemplo da entrega do patrimônio do Ipaseal (Previdência e Assistência) para o Ipaseal-Saúde, uma entidade completamente subordinada aos preceitos da mercantilização da saúde.

As contrarreformas realizadas (2006, 2009 e 2019) convergem com os interesses do mercado financeiro, que têm nos fundos de pensão, nas previdências complementares e no mercado financeiro (derivativos, debêntures, securitização etc.) seus verdadeiros destinatários. O fundo previdenciário tem servido aos imperativos da acumulação que interessa ao processo de reprodução do capital. Pela mediação do sistema de capitalização, o Estado transfere para o mercado financeiro os recursos dos servidores estaduais que ingressaram no sistema depois de 31 de dezembro de 2006. Enquanto o capital se locupleta com os recursos dos servidores

que ingressaram no serviço público depois de dezembro de 2006, o sistema de repartição simples dos servidores civis é atacado e definha.

Ao escrutinar a natureza dos fundos previdenciários e os balancetes apresentados pelo governo estadual e pela Alagoas Previdência, é possível assinalar que o único fundo realmente deficitário é o militar. Diferentemente do fundo financeiro, que já contribuiu no passado e teve seus recursos espoliados, o fundo militar nunca sofreu qualquer processo de espoliação, pois faz parte da natureza da classe que vive da espoliação do trabalho alheio. A plena consonância com o espírito parasitário da burguesia impõe que o fundo militar continue a ser financiado pelos trabalhadores, mediante impostos e outras formas de contribuição. A burguesia carece do complexo militar tanto para assegurar a propriedade privada dos meios de produção e dos meios de subsistência, quanto para demarcar a linha de resistência que os trabalhadores podem oferecer ao sistema centrado na exploração da forma de trabalho (mais-valia) e na espoliação das riquezas por eles produzidas.

Referências

ALAGOAS PREVIDÊNCIA. **Relatório de governança de 2021.4**. Disponível em: <http://www.alagoasprevidencia.al.gov.br/transparencia/governanca/relatorios-de-governanca?task=download.send&id=1822&catid=182&m=0>. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

ALAGOAS PREVIDÊNCIA. **Relatório de governança de 2022.2**. Disponível: <http://www.alagoasprevidencia.al.gov.br/transparencia/governanca/relatorios-de-governanca?task=download.send&id=1980&catid=182&m=0>. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

ALPREVCOMP. **Parceiros estratégicos**. Disponível: <https://alprevcomp.com.br/parceirosestrategicos/>. Acesso em 04 de dezembro de 2022.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS. **Decreto de Lei Nº 8.759, 2022**. Disponível: <file:///D:/Downloads/DOEAL-2022-11-26-COMPLETO.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2022.

DIÁRIO OFICIAL. **LEI Nº 8.510, de 27 de setembro de 2021**. Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022, nos termos dos § 2º do Art.176 da Constituição Estadual, e dá outras providências. Maceió, 28 de setembro de 2021.

DIÁRIO OFICIAL. **Lei Nº 7.751, de 09 de outubro de 2015**. Reestrutura a unidade gestora única do regime próprio de Previdência social dos servidores públicos do Estado de Alagoas, altera a sua personalidade jurídica, e dá outras providências. Disponível: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2015/887/887_texto_integral.pdf. Acesso em 04 de dezembro de 2022.

DIÁRIO OFICIAL. **LEI Nº 7.893, de 23 de junho de 2017**. Autoriza o poder executivo a constituir sociedade anônima sob o controle acionário do Estado de Alagoas, institui o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, e dá outras providências. Disponível: <https://www.alagoasativos.com.br/documentos-legislacao/Lei%207.893,%20de%2023%20de%20Junho%20de%202017.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2022.

DIÁRIO OFICIAL. **Projeto de Lei de Diretrizes orçamentárias para 2022**. Maceió, 27 de setembro de 2021. Disponível: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2021/2102/lei_no_8.510_de_27_de_setembro_de_2021.pdf. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

EMENDA MODIFICADA AO PL 816/2022. **Propõe a modificação do Artigo 13º do PL 816/2022 referente ao sistema de proteção social dos militares, e dá outras providências**. Disponível: <https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/materialegislati>

va/2022/8174/protocolo_20220405_090621.pdf. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

FERREIRA, Arnaldo. **AL Previdência gasta R\$ 714 mil em contratados sem concurso**. Edição de 03 de julho de 2021. Disponível: <https://d.gazetadealagoas.com.br/politica/330022/al-previdencia-gasta-r-714-mil-em-contratados-sem-concurso>. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

JORNAL EXTRA. **Roberto Moisés é acusado em desvio de R\$ 14 bi no Rio de Janeiro**: Chefe da Alagoas Previdência foi investigado na CPI da Alerj juntos a outros envolvidos. 19 de junho de 2021. Disponível: <https://ojornalextra.com.br/noticias/politica/2021/06/67432-roberto-mois-es-e-acusado-em-desvio-de-r-14-bi-no-rio-de-janeiro>. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

LEI COMPLEMENTAR Nº 54, DE 12 DE JULHO DE 2021. Altera as leis complementares estaduais de Nº S 44, de 13 de julho de 2017, E 52, de 30 de dezembro de 2019, para instituir o benefício especial para servidores anteriores à criação do regime de previdência complementar e autoriza a Alagoas Previdência aos fins que menciona, e dá outras providências. <https://sapl.al.al.leg.br/norma/2280> Acesso em 25 set. 2023.

LEI Nº 6.668, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005. **Revoga o parágrafo único do Art. 4º e altera a redação do Art. 6º, ambos da Lei Nº 6.287, de 13 de março de 2002, que instituiu o Sistema de Assistência à Saúde dos servidores do Estado de Alagoas, dá nova redação aos artigos 1º e 4º da Lei Estadual Nº 6.584, de 29 de março de 2005, que cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Alagoas -IPASEAL SAÚDE, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.ipasealsaude.al.gov.br/arquivos/portarias/send/99-portarias/317-lei-n-6-668-de-29-de-dezembro-de-2005>. Acesso em 12 de dezembro de 2022.

LEI COMPLEMENTAR Nº 52, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019. Reorganiza o regime próprio de Previdência Social dos Servidores públicos do Estado de Alagoas – RPPS/AL, atende dispositivos da Emenda Constitucional Federal Nº 103, de 12 de novembro de 2019, estabelece o índice de atualização monetária de débitos previdenciários, e dá outras providências. Disponível: file:///D:/PREVIDENCIA_ALAGOAS/Lei_complementar_no_54_de_12_de_julho_de_2021.pdf. Acesso em 08 de dezembro de 2022. SEFAZ-ALAGOAS. **Balanco geral 2021**. Disponível em: <http://gcs2.sefaz.al.gov.br/#/documentos/visualizar-documento?key=14fU%2Fi-7GQ%2Fo%3D>. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

SEFAZ-ALAGOAS. **Balanco geral 2020**. Disponível em: <http://gcs2.sefaz.al.gov.br/#/documentos/visualizar-documento?key=8Uogeu-i-B0R0%3D>. Acesso em 11 de dezembro de 2022.

SEFAZ-ALAGOAS. **Balanco geral 2019**. Disponível: <http://gcs2.sefaz.al.gov.br/#/documentos/visualizar-documento?key=0Lz22QiZv-mU%3D>. Acesso em 10 de dezembro de 2022

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Receita por Fonte: contribuição previdenciária. Disponível: https://transparencia.al.gov.br/receita/receitas-por-fonte/0202/0202000000/?-data_inicial=01/01/2022&data_final=31/12/2022. Acesso em 25 set. 2023.

SINDPOL. Sindpol orienta policiais a não assinarem novo contrato do Ipaseal-Saúde. 25 de janeiro de 2016. Disponível: <https://sindpolalagoas.com.br/noticia/sindpol-orienta-policiais-a-nao-assinarem-novo-contrato-do-ipaseal-saude/> Acesso em 07 de dezembro de 2022.

CAPÍTULO SÉTIMO:
O REFLEXO DA EDUCAÇÃO NA ESFERA DO
CAPITAL SOB A AMEAÇA APOCALÍPTICA
DA BARBÁRIE

Tatiana Lyra Lima Félix

“Toda a sociedade se dissolve na malignidade do ‘fetiche mercadológico’ do grande capital, que promove e incita o vazio de uma vida aparente e não o essencial entre ‘coisas, corpos e almas’”.

Félix, T.L.L.

A humanidade tornou-se portadora da capacidade de projetar e planejar suas atividades a partir do trabalho. A educação se inscreve na esteira do entendimento do ser humano como dotado de capacidade de atender às necessidades sociais e humanas, implicando um avanço permanente de sua subjetividade. Assim como o gênero humano não nasce pronto e acabado, compreende-se que a educação se desvela na dinâmica da realidade.

O planejamento deve sempre atender às necessidades e problematizações dos envolvidos. Ele não se constitui como uma espécie de camisa de força que busca submeter a realidade aos critérios previamente estabelecidos, mas sim forjar-se na relação dialética com a realidade, como um emaranhado de contradições que precisa da ciência para ser devidamente elucidado.

Nesse processo, é fundamental entender que o trabalho com-

parece como categoria fundante do mundo dos homens, e a educação como categoria fundada. O trabalho, como relação metabólica do homem com a sociedade, é precedido pela prévia-ideação, ou seja, pela atividade da consciência que planeja e que estabelece os preceitos teleológicos que devem nortear a atividade laborativa na perspectiva de transformar a causalidade dada na natureza em causalidade posta.

Nesse contexto, a consciência se configura como uma espécie singular de epifenômeno, pois qualquer alternativa posta no trabalho sempre se refere a uma escolha. O seu conteúdo ultrapassa o intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza e emoldura as relações e inter-relações que os homens estabelecem consigo mesmo e com os outros homens. Esse planejamento que precede o processo de objetivação do trabalho irradia-se pelos distintos complexos de complexos que constituem a totalidade social e encontram na educação uma forma específica de manifestação. Embora o trabalho não explique a peculiaridade de cada complexo social, ele estabelece as bases essenciais para a compreensão, a elucidação e a constituição de uma apreensão correta dos complexos da educação ao longo da história.

A educação *stricto sensu* é um produto da sociedade de classes e está estritamente articulada à necessidade de justificar a apropriação do excedente gerado pelos produtores ao longo da história; no entanto, sempre subsiste uma alternativa de educação forjada pelas classes dominadas que acaba sendo acobertada e silenciada pelos dominadores.

Os trabalhadores somente foram inseridos na educação formal com o advento da sociedade burguesa; no entanto, ela não deixa de ser perpassada por contradições, pois a especialização da força de trabalho tem como propósito contemplar as demandas do capital. A divisão social do trabalho alcança na sociedade burguesa um estágio muito mais complexo e desenvolvido que nas sociedades pré-capitalistas; a universidade consiste num foro privilegiado de preparação da força de trabalho necessária ao processo de reprodução da sociabilidade burguesa.

A atividade de planejamento ganha na sociedade burguesa um nível de abrangência nunca objetivada. As atividades planejadas intensificam a economia de tempo de trabalho e das forças produtivas necessárias para

assegurar o lucro e um processo de acumulação de mais-valia inalcançável nas sociedades precedentes.

A educação sob o comando do capital impede a propagação daquilo que se pode entender como “igualdade substantiva” (Mészáros, 2012). Os problemas intrínsecos à ordem burguesa nos limites absolutos do capital precisam urgentemente de uma solução duradoura. Entre tantas tentativas fracassadas para resolver os problemas provenientes das contradições e desumanizações oriundas do modo de produção capitalista, essa educação apenas busca escamotear o que deveria ser fruto do progresso oriundo do desenvolvimento das forças produtivas na história.

Não há possibilidade de existir uma universalidade globalizante num modo de produção que propaga desigualdades no campo de suas projeções históricas. O modo de produção capitalista é incompatível com a realização da universalidade viável, “capaz de harmonizar o desenvolvimento universal das forças produtivas com o desenvolvimento abrangente das capacidades e potencialidades dos indivíduos sociais” (Mészáros, 2012, p. 17).

É na essência burguesa que se evidencia uma potência inesgotável de alienação desumanizante e de reificação. Todas as esferas da vida são drasticamente afetadas por uma forma de produzir que ignora o sentido de humanização. Enquanto a educação estiver sob o domínio do capital, ela jamais conseguirá alcançar sua plenitude universal, e todos os elementos gerados nessa correlação tampouco o serão nesses limites.

Conforme Mészáros (2012, p. 19, grifos do autor), “o sistema do capital se articula numa rede de contradições que só consegue *administrar* medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas que não se consegue superar definitivamente”. Nessa rede de contradições¹,

¹ Conforme Mészáros (2012, p. 19-20), algumas das principais contradições a serem enfrentadas são: “produção e controle; produção e consumo; produção e circulação; competição e monopólio; desenvolvimento e subdesenvolvimento (ou seja, a divisão entre norte e sul, tanto globalmente quanto no interior de cada país); expansão das sementes de uma contração destinada a produzir crises; produção e destruição (esta última geralmente glorificada como ‘produtiva’ ou ‘destrutiva cria-

encontram-se os preceitos ideológicos da educação sob o domínio do capital, “assumindo sempre e necessariamente a forma de subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital, não importando o grau de elaboração e mistificação das tentativas de camuflá-la”.

No interior do sistema produtivo capitalista, é impossível superar a sua rede de contradições inextricavelmente combinada, alicerçada nas bases da acumulação de capital. Sem uma alternativa radical de controle do metabolismo social do capital, não há saída para a superação dos problemas contraditórios constituídos nas raízes materiais do capitalismo. No sistema burguês, pensar numa alternativa baseada na *igualdade substantiva*, conforme Mészáros (2012, p. 21), é não atentar para “o denominador comum e o núcleo vicioso de todas as relações sociais sob o sistema existente”. É acreditar em algo impossível diante da essência que move a composição do capital na direção dos interesses dominantes.

Os problemas no interior da crise estrutural do capital estão fatalmente agravados no estágio de desenvolvimento atual do capitalismo. Como uma questão de maior urgência, insere-se na agenda histórica a necessidade de controle global viável da produção material e dos intercâmbios culturais da humanidade. Num trajeto histórico, o modo de produção capitalista buscou desenvolver-se atentando para suas necessidades de acumulação de capital. Hoje “não há nenhum sentido em falar de um ‘*desenvolvimento geral de produção*’ associado à expansão das *necessidades humanas*” (Mészáros, 2012, p. 21, grifos do autor).

A urgente questão que se coloca na agenda histórica não pode ser associada à deformada tendência globalizante do capital. De forma tiva’); dominação estrutural do capital sobre o trabalho e sua dependência insuperável do trabalho vivo; produção de tempo livre (sobretrabalho) e sua paralisante negação com o imperativo de reproduzir e explorar o trabalho necessário; forma absolutamente autoritária da tomada de decisões no processo produtivo e a necessidade de sua implementação ‘consensual’; expansão do desemprego e geração do desemprego; impulso de economizar recursos materiais e humanos combinado ao absurdo desperdício deles; crescimento da produção a todo o custo e a concomitante destruição ambiental; tendência globalizadora das empresas transnacionais e restrições necessárias exercidas pelos Estados nacionais contra seus rivais; controle sobre unidades produtivas específicas e falta de controle sobre seu ambiente (daí o caráter extremamente problemático de todas as tentativas de *planejamento* em todas as formas concebíveis do sistema do capital); e contradição entre a regulação econômica e política de extração de sobretrabalho”.

paralela a esses desenvolvimentos, a questão da educação sob os preceitos do capital segue alterada para pior. Se se considera uma educação voltada para a lógica do consumo, ter-se-á, “do perverso ponto de vista do ‘processo de realização’ do capital, *consumo e destruição como equivalentes funcionais*.” (Mészáros, 2012, p. 21-22, grifos do autor).

Está-se diante de uma catástrofe movida pelo anseio desordenado de um sistema que avança sem considerar seus limites. Assim, “quando o capital alcança esse estágio de desenvolvimento, não tem como tratar as causas de sua crise estrutural; pode apenas perder tempo com esforços e manifestações superficiais.” (Mészáros, 2007, p. 146). Nesse rol de tentativas de superar seus entraves contraditórios

A crise global de acumulação de capital na era da globalização avançada cria grandes dificuldades novas, ao invés de resolver as iniquidades há muito contestadas no sistema, como os porta-vozes ‘otimistas’ da ‘globalização’ desprovida de problemas que querem que acreditemos. (Mészáros, 2007, p. 153).

Em face da crise vinculada aos limites absolutos do capital, “torna-se absolutamente necessário ‘reordenar o bolo econômico da nação’, mais do que nunca, em favor do capital”, de modo a assegurar os preceitos ideológicos do capital, irradiando-se a uma forma de educação onde a virtude da passividade e da resignação da força de trabalho torna-se uma emergência – “ainda que se percebam alguns dos perigos implícitos do curso socioeconômico seguido.” (Mészáros, 2007, p. 155-6).

Com o intuito de estabelecer o reordenamento do sistema, adotar o ponto de vista do capital, em sua forma neoliberal mais agressiva hoje e em suas inúmeras reformas liberais ilusórias do passado, significa desconsiderar os graves impasses que crescem na mesma proporção em que se eleva o desenvolvimento capitalista. As contradições que se amontoam na estrutura acumulativa em seu processo de expansão contínuo já ativaram os limites absolutos do capital desde a crise estrutural dos anos 1970. Até o presente momento assiste-se a

um agravamento sem nenhuma possibilidade de superação nos moldes da sociedade burguesa.

A novidade radical do nosso tempo é que o sistema do capital não está mais em posição de conceder absolutamente nada a uma educação transformadora. A educação, sob os preceitos do capital, não está alinhada a uma questão negociável do ponto de vista de atender às necessidades primordiais da humanidade, pois o capital segue sob o domínio das necessidades econômicas em primeira instância. Enquanto isso,

Continua a intensificação das contradições e dos antagonismos associados as causas irremovíveis. Sob o comando do capital, estruturalmente incapaz de dar solução às suas contradições – e daí a maneira como ele adia o ‘momento da verdade’ até que as pressões econômicas resultem em algum tipo de explosão (Mészáros, 2012, p. 75-76).

Desse modo, “o resultado dos perversos interesses que estão na raiz da relação do capital com o tempo é ser ele incapaz de uma perspectiva de longo prazo, e de um senso de urgência mesmo na iminência de uma explosão.” (Mészáros, 2012, p. 76).

Se se observa o sentido da educação numa margem do inconciliável antagonismo estrutural que existe entre capital e trabalho, constata-se que este último é categoricamente excluído de toda a tomada de decisão significativa. Nestes termos, compreende-se que o capital tem um poder de decisão alienado, e, portanto, mostra-se incapaz de funcionar sem tornar suas decisões absolutamente inquestionáveis. Conforme Mészáros (2012, p. 100), “essa é a razão por que o modo de tomada de decisão – em todas as variedades conhecidas e viáveis do sistema do capital – é sempre uma forma autoritária, de cima para baixo”.

Há, ainda, uma destruição mais perigosa, pois hoje, além de uma ameaça nuclear, “o conhecimento de como empregar armas químicas e biológicas para extermínio de massa está disponível para todo aquele

que não hesitar em usá-las” em caso de ameaça ao domínio do capital (Mészáros, 2012, p. 87).

Trata-se de uma dimensão militar antes inimaginável, um poder altamente destrutivo dos armamentos acumulados ao longo da segunda metade do século XX. Vivencia-se atualmente a fase mais perigosa do imperialismo em toda a história, pois o que está em jogo em pleno século XXI não é uma região particular do planeta, mas “o controle de sua totalidade por uma superpotência econômica e militar hegemônica, com todos os meios – incluindo os mais extremamente autoritários e violentos meios militares – à sua disposição.” (Mészáros, 2012, p. 53-54).

A postura do imperialismo norte-americano desde a crise estrutural dos anos 1970 revelou-se uma atitude “cada vez mais agressiva e aventureira, apesar da retórica da conciliação, e mais tarde o absurdo propagandístico de ‘uma nova ordem mundial’, com sua promessa sempre adiada de um ‘dividendo de paz’”. Para este autor, seria um erro atribuir tais mudanças à implosão do modelo soviético, embora seja verdade que a Guerra Fria e a presumida ameaça soviética tenham sido usadas com muito sucesso no passado para justificar a expansão descontrolada daquilo que o general Eisenhower, no final de seu mandato, chamou de “complexo industrial-militar”. Na verdade, essa atitude agressiva existe desde muito antes do colapso soviético; este somente pode ser entendido mediante a crise estrutural do sistema do capital (Mészáros, 2012, p. 59).

A destruição do meio ambiente a serviço dos interesses cegos do capital deve perseguir novas implicações vinculadas ao revolucionamento científico-tecnológico na atualidade. Os experimentos são elaborados como formas

potencialmente letais de se brincar com a natureza pelo uso imprudente de ‘biotecnologia’, ‘clonagem’ e pela modificação genética de alimentos, sob os ditames de gigantes empresariais gananciosos e de seus governos”. Tais implicações “representam a abertura de uma nova ‘caixa de Pandora’.” (Mészáros, 2012, p. 87).

Assiste-se a uma fase do imperialismo hegemônico global² potencialmente mortal, que corresponde à profunda crise estrutural do capital no plano militar e político. Essa realidade não deixa espaço para tranquilidade ou certeza. Pelo contrário, “lança uma nuvem escura sobre o futuro.” (Mészáros, 2012, p. 109). Nesses termos, deve-se levar em consideração que

As contradições constantemente agravadas da ordem existente que acentuam a vacuidade das projeções apologéticas de sua permanência absoluta, pois a destrutividade pode se prolongar por muito tempo, mas não eternamente. A globalização atual é saudada pelos defensores do sistema como a solução de seus problemas. Na realidade, ela aciona forças que colocam em relevo não somente a incontrolabilidade do

2 Vale lembrar que, conforme Mészáros (2012, p. 72-73, grifos do autor), as três fases distintas da história do Imperialismo são: 1. O primeiro *imperialismo colonial moderno construtor de impérios*, criado pela expansão de alguns países europeus em algumas partes facilmente penetráveis do mundo; 2. *Imperialismo ‘redistributivista’* antagonicamente contestado pelas principais potências em favor de suas empresas quase monopolistas, chamado por Lenin de ‘estágio supremo do capitalismo’, que envolvia um pequeno número de contendores, e alguns pequenos sobreviventes do passado, agarrados aos restos da antiga riqueza que se chegou ao fim logo após ao final da Segunda Guerra Mundial; e 3. *Imperialismo global hegemônico*, em que os Estados Unidos são a força dominante, renunciado pela versão de Roosevelt da ‘Política de Porta Aberta’, com sua fingida igualdade democrática, que se tornou bem pronunciada com a eclosão da crise estrutural do sistema do capital – apesar de ter se consolidado pouco final da Segunda Guerra Mundial – que trouxe o imperativo de constituir uma estrutura de comando abrangente do capital sob um ‘governo global’ presidido pelo país globalmente dominante”. Nesses termos, é importante denotar que não há como afirmarmos que o imperialismo hegemônico dos Estados Unidos continue sempre dominante, pois não há garantias de estabilidade diante da corrida intercapitalistas que move os processos atuais de centralização e de controle hegemônico do capital. Para o autor, “o sonhado ‘governo global’, sob a administração dos Estados Unidos, continua sendo um sonho propagandístico, assim como o foi a ‘Aliança para o Progresso’ e a ‘Parceria para a Paz’, projetadas – numa época de colisões militares e de explosões sociais cada vez mais frequentes – como a fundação firme da mais nova versão da ‘Nova Ordem Mundial’.

sistema por qualquer processo racional, mas também, e ao mesmo tempo, sua incapacidade de cumprir as funções de controle que se definem como sua condição de existência e legitimidade. (Mészáros, 2012, p. 105).

A educação sob os preceitos do capital não condiz com as necessidades de uma igualdade substantiva, pois “implicaria, como base material necessária, que se eliminassem da constituição global do sistema do capital todos os antagonismos materiais significativos, e a consequente administração harmoniosa da reprodução do metabolismo social.” (Mészáros, 2012, p. 101).

Seria necessário que se firmasse “um monopólio global incontestado, que abrangeria todas as facetas da reprodução social com a alegre cooperação da força de trabalho global – uma verdadeira contradição em termos”. Ou ainda, “que um único país imperialista hegemônico governasse todo o mundo permanente e autoritariamente e, sempre que necessário, violentamente.” (Mészáros, 2012, p. 101).

Todavia, independentemente de como se gestam as necessidades de comando do capital sobre a humanidade, por estarem ativados seus limites absolutos, ele tende a uma via apocalíptica da barbárie. A educação sob seus preceitos eleva a margem de tudo que envolve o fetiche da mercadoria a um camuflado cenário de distrações, onde o engano torna-se tropeço, na margem de uma falsa paz e segurança, recaindo sobre a humanidade uma enorme destruição.

Não se pode deixar iludir com as artimanhas que se lançam no interior de um sistema destrutivo que promove uma educação voltada para o prenúncio de uma falsa “paz e segurança”, um acobertamento da essência, a aparência ideológica no circuito dos desejos mercadológicos, em que não há sustentação plausível sob o prenúncio do que o capital representa em suas raízes materiais.

A educação sob os preceitos do capital beira uma via apocalíptica da barbárie, uma vez que “não existem rotas conciliatórias de fuga” no interior do capitalismo (Mészáros, 2012, p. 118). A atual fase

histórica do imperialismo hegemônico global é incapaz de solucionar as contradições explosivas do sistema, pois não pode adiá-las indefinidamente. Salienta Mészáros (2012, p. 108):

Muitos dos problemas que teremos de enfrentar [...] exigem ação combinada em futuro muito próximo. A escala temporal dessa ação talvez possa ser mediada em algumas décadas, mas certamente não em séculos.

O movimento socialista sofre o tenso processo desarticulador ideológico sobre a luta de classes, de controle do capital mediante uma educação sob os preceitos mercadológicos, econômicos e de colaboração para o progresso e a continuidade do sistema hegemônico. Tal educação reforça o teor contrário à versão transformadora da ordem estabelecida pelo capital. Reforça o caráter apático atual da consciência de classe, no que se refere à construção sob a via da revolução socialista para além do capital.

O tempo está se esgotando. Uma vez que os grandes mercados da terra se enriqueceram com a abundância de suas delícias, nutridos pelo sangue da classe trabalhadora, uma vez que todas as nações foram “enfeitiçadas” pela compra de suas mercadorias - mercadorias “de coisas, de corpos e de almas” -, acreditar na “arte destrutiva” do sistema do capital é se afundar no abismo de suas contradições, é experimentar o “gosto de morte” de todas as coisas excelentes produzidas pelo suor do trabalhador.

Diante da fase mortal que se vivencia, diante dos limites absolutos do capital, mesmo com todas as evidências de progresso tecnológico, do esforço das inúmeras reestruturações produtivas do sistema a fim de contornar suas contradições, todas as riquezas produzidas, em razão da opulência da educação sob os preceitos do sistema burguês, de uma hora para a outra podem ser dizimadas.

Hoje, observa-se uma verdade desagradável que não pode ser

menosprezada: “se não houver futuro para um movimento radical de massa, como querem os reformadores do sistema, também não haverá futuro para a própria humanidade.” (Mészáros, 2012, p. 108).

A educação voltada para o capital, forjada pelos interesses dominantes, não deflagra uma educação transformadora que atenda verdadeiramente aos interesses sociais e humanos em primeira instância. O capital é barbárie em essência; a via apocalíptica da barbárie torna evidente o caráter destrutivo e contrarrevolucionário do capital.

Vivencia-se o princípio das dores. A natureza geme como uma mulher com fortes dores de parto, ao som de um ruído tenebroso e temível diante da iminente desolação que ameaça vir e que já enlaca coisas, corpos e almas. A educação voltada para a valorização do mundo das coisas desvela o prenúncio de uma destruição massiva, e o fetiche mercadológico dos desejos surge como um laço sobre toda a humanidade, sob os entraves contraditórios, desumanos e destrutivos do capital.

Referências

HARVEY, D. **A Loucura da Razão Econômica**: Marx e o capital no século XXI. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1971.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 2ª edição. São Paulo:

Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. CASTANHEIRA, Paulo César; LESSA, Paulo (Trad.). São Paulo: Boitempo; Editora da UNICAMP, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo histórico: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 2. ed. ver. e amp. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O Século XXI: o socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2012**.

MÉSZÁROS, István. **O Conceito de Dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CAPÍTULO OITAVO: A PEDAGOGIA DE UMA NOVA INTERNACIONAL SOCIALISTA

Artur Bispo

A práxis como critério da teoria reverbera na proposta de Mészáros duma Nova Internacional, em que o completo esgotamento das potencialidades revolucionárias da sociabilidade burguesa e do sistema do capital revela a urgência de novas formas e estruturas organizativas capazes de articular as lutas parciais que perpassam a cotidianidade proletária com a estratégia fundamental da totalidade social assentada na necessidade da ofensiva de massa socialista. A enunciação e a elucidação dos limites absolutos do sistema do capital estabelecem as bases para a constituição de uma organização internacional fundamentada sobre o preceito da pluralidade socialista, transcendendo completamente as prerrogativas e perspectivas reformistas do passado (cretinismo parlamentar, estrutura partidária e consciência sindical) e as estruturas organizativas centralizadoras e monopolísticas (stalinismo), haja vista que subsiste um antagonismo estrutural entre capital e trabalho.

A necessidade de projetar a constituição de uma Nova Internacional se impõe devido ao fato de ser o trabalho antípoda ao sistema do capital. A proposta tem como escopo a consideração do caráter internacional da classe fundamental ao processo de reprodução do sistema do capital. Isso implica reconhecer o caráter universal e

abrangente da classe social capaz de apresentar uma alternativa à crise do sistema do capital nos tempos hodiernos. É preciso recuperar a dimensão internacional do proletariado.

A Revolução Russa tem um caráter cosmopolita e universal, pois conseguiu exprimir os desejos mais latentes do proletariado de todos os países do mundo e confirmou a tese defendida por Marx e Engels (2007, p. 49) no *Manifesto comunista*: “De todas as classes sociais que hoje se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária”. A Revolução de 1917 representou pela primeira vez na história uma vitória do proletariado sobre a burguesia, porque todas as lutas do proletariado e dos camponeses haviam se constituído no passado como um amontoado de escombros e derrotas. Este sucesso derivou da capacidade de transformar a guerra imperialista num processo revolucionário que levou à expropriação da burguesia agrária e financeira, e conseqüentemente à estatização da economia, embora não à instauração do socialismo, uma vez que as forças produtivas não estavam suficientemente desenvolvidas no elo mais fraco da corrente.

Na primeira das “Teses de Abril”, Lenin (1917) afirma categoricamente que é impossível acabar com a guerra sem acabar definitivamente com o sistema do capital. A guerra é inerente ao sistema do capital, pois este vem ao mundo declarando guerra a todas as formas precedentes de organização da produção e derramando sangue em todas as partes do mundo. A guerra é um vetor essencial do processo de reprodução do sistema do capital, mediante o desenvolvimento do complexo industrial-militar. Uma parte da mais-valia produzida é apropriada pelo Estado e repassada para o referido complexo, como forma de atenuar o crescimento do desemprego estrutural nas etapas posteriores do desenvolvimento capitalista (século XX). A Revolução Russa ganha os corações das massas operárias do mundo inteiro pelo seu caráter abnegado de luta contra os capitalistas; no entanto, o stalinismo subverteu seu caráter internacional mediante a subordinação de seus preceitos aos interesses do chauvinismo soviético e devido ao fracasso das revoluções na Europa e nas economias mais desenvolvi-

das.

Marx sempre salientou o caráter internacional do proletariado e sua capacidade de constituir-se como única classe capaz de emancipar a si mesmo e emancipar a humanidade da dominação do sistema do capital. O proletariado não tem pátria, não tem terra, nem detém o controle dos meios de produção; ele somente tem correntes que precisam ser quebradas. O proletariado é uma classe revolucionária por excelência, porque é completamente responsável pela produção do conteúdo da riqueza material da sociedade. O proletariado (em-si e para-si) não é uma nação, um povo, uma raça ou uma etnia, senão uma classe social em-si indispensável ao advento da sociedade burguesa. Ele é a classe fundamental (para-si) não somente para assegurar a existência do capital, mas também para superar o capital e lançar a exploração do trabalho assalariado no museu da história, da mesma maneira que foram lançadas no museu da história as formas pretéritas de constituição do trabalho escravo e feudal.

A nacionalidade do operário não é brasileira, nem argentina, nem boliviana, nem chilena, nem mexicana, nem norte-americana, nem europeia, nem asiática ou africana. Os operários não têm governo ou estado nacional a defender, têm somente um sistema sociométrico a destruir e uma nova sociabilidade a constituir, assentado não no trabalho abstrato, mas no trabalho associado, livre e universal. O proletariado não tem céu pátrio, não tem bandeira verde-amarela, não tem ouro, não tem prata, não tem mata, não tem banco, não tem nada. Escrevem Marx e Engels (2007, p. 56): “Os operários não têm pátria. Não lhes pode tirar aquilo que não possuem”. O que o operário tem é somente a exploração do trabalho, a diminuição do *quantum* de trabalho necessário para a reprodução de sua existência material e a ampliação do tempo excedente pelo capital.

O proletariado é explorado em qualquer parte do mundo, asfixiado e submetido às condições análogas à escravidão na atualidade. O trabalho explorado do proletariado se denomina de abstrato porque vale somente pela sua dimensão quantitativa de constituidora do valor para o capitalista. Não interessa para o capital a substância corpórea do trabalho, porque o trabalho é uma mera substância gela-

tinosa. No entanto, a burguesia quando faz suas guerras imperialistas tenta enredar os operários em sua ideologia de nacionalidade e patriotismo, na perspectiva de transformá-los em buchas de canhão de suas operetas fraticidas.

A burguesia tenta introduzir as especificidades nacionais, culturais e regionais a fim de plasmar os operários numa substância gelatinosa e diluir seu caráter de classe em veleidades abstratas; busca, deste modo, submeter a consciência proletária aos seus preceitos chauvinistas e impedir que o proletariado promova organizações que transcendam os espaços regionais e nacionais. Na sua lógica reificante de dividir para dominar, a ideologia dos estados nacionais serve perfeitamente para que o capital amolde o trabalho assalariado aos seus propósitos, constituindo-se numa entidade poderosamente internacional e isenta de apego à pátria.

Como assinalam Marx e Engels (2007, p. 43):

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção do mercado mundial e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. [...]. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações auto-suficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. [...]. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal.

Enquanto o capital enreda os operários na lógica da nacionalidade, a burguesia fortalece cada vez mais suas organizações internacionais e orquestra derrotas aos operários em todas as partes do mundo. Isso denota como o capital é um sistema tirânico e absoluto

que não admite nenhuma partilha do poder com o trabalho. A liberdade afirmada pela burguesia é expressão fundamental da liberdade do capital para controlar ubiquamente o trabalho. A liberdade e o pluralismo não passam de mistificações ideológicas cujo propósito fundamental é enredar os trabalhadores numa espécie “beco sem saída”, em que inexistiria alternativa ao sistema dominante.

Neste processo, a divisão social do trabalho é o mecanismo de controle do capital sobre o trabalho. A liberdade de mobilidade do trabalho em todas as partes do planeta é determinada pelo capital, entidade social que convoca, agrega, coordena e controla todos os movimentos do trabalho assalariado e forma seu exército industrial de reserva. Deste modo, o capital consegue obstruir a ascendência dos movimentos combativos da classe operária, tornando suas reivindicações sempre localizadas e fragmentadas. É preciso sempre salientar que o socialismo apenas pode ser bem-sucedido em escala internacional. Para isso são fundamentais novas estruturas organizativas dispostas a enfrentar o capital e a colocar na ordem do dia a necessidade da ofensiva da massa socialista.

Nas “Teses de Abril” (especificamente na tese 10), Lenin afirmava a necessidade de uma Nova Internacional como “uma Internacional Revolucionária, uma internacional contra os social-chauvinistas e contra o ‘centro’” (Lenin, 1917, p. 2). Cumpre observar que na última quadra histórica do século XIX o capital adentrou em sua fase *monopolista-imperialista*, na qual sua ascendência global se inscreveu sob a insígnia do dinamismo expansionista de base tanto econômica quanto militarista. O dinamismo monopolista do capital de suporte militar ganhou intensos corolários destrutivos nas duas grandes guerras mundiais encetadas na primeira metade do século XX.

A tendência do capital para os monopólios torna uma vacuidade toda afirmação da existência de liberdade e de “pluralismo” no interior desse sistema sociometabólico. Um sistema social fundado no monopólio dos meios de produção e subsistência, no monopólio da propriedade privada, no monopólio de toda a riqueza produzida nas mãos dos capitalistas. Escreve Mészáros (2006, p. 815, grifos do autor): “O significado do ‘pluralismo’ do capital nunca foi mais que o

simples reconhecimento da *pluralidade de capitais*, junto com a insistência simultânea no direito absoluto do capital total ao *monopólio*, tanto *tendencialmente* como de *fato*”.

A ascendência dos novos países monopolistas no final do século XIX interceptou a possibilidade de a Primeira Associação Internacional ser bem-sucedida. A primeira tentativa de um antagonismo contundente ao sistema do capital, na forma de um *movimento de massas internacional*, encontrou enormes obstáculos de efetivação, pois as crises econômicas ampliaram ainda mais o poder do capital sobre o trabalho. O imperialismo representou a constituição de um poderoso bloco hegemônico da burguesia em escala internacional com capacidade de obstruir acentuadamente as organizações operárias em escala internacional.

A oposição radical de Marx ao processo de constituição do Partido Social-Democrata Alemão, expressa na *Crítica do Programa de Gotha*, tem caráter de antecipação profética, porquanto acerta na avaliação e nas consequências “da unificação dos esquerdistas ‘eisenachianos’ com os piores dos acomodaticios social-democratas ‘lassallianos’”. Apesar de desconhecer as minúcias do acordo secreto de Lassalle com o chanceler do imperialismo alemão, em que claramente confabulava com Bismarck contra os interesses dos trabalhadores, Marx encarou com profunda desconfiança a manobra de unificação social-democrata. E Engels combateu, em correspondência de 1875 com August Bebel, a unificação oportunista das duas alas do futuro partido social-democrata, pelo caráter nacional da unificação e pelo abandono do preceito internacionalista do movimento operário, afirmado pela Primeira Associação dos Trabalhadores (Mészáros, 2016).

A prova da condenação de Marx e Engels da social-democracia alemã encontra materialidade na eclosão a Primeira Guerra Mundial, quando o referido partido alinou-se completamente à aventura imperialista. O caráter nacionalista da social-democracia nunca mais conseguiu ser minimizado, e muito menos logrou desvincular-se de sua singularidade reformista ante o avanço do capital. A ascendência do nazifascismo e a eclosão a Segunda Guerra Mundial demonstraram como nunca se conseguiu desenvolver uma vitoriosa resposta internacionalista (Mészáros, 2016).

A Primeira Internacional não resistiu à repressão desencadeada após o levante dos trabalhadores na Comuna de Paris, em 1871. A transferência do centro organizativo para Nova Iorque não assegurou sua sobrevivência, porque na segunda metade do século XIX o capital monopolista-imperialista estava em pleno processo de ascendência. A Primeira Internacional não tinha como sobreviver num contexto global de expansão do capital; tampouco a Comuna de Paris poderia se constituir como uma ofensiva de massa socialista, mas somente como uma posição defensiva. Posição essa que perpassou todos os movimentos de massa desencadeados no contexto de expansão imperialista sob a égide do capital financeiro.

A Segunda Internacional foi uma farsa quando comparada com os propósitos da Primeira Internacional. A emergência da Segunda Internacional mediante a fusão de lassalianos com eisenachianos jamais poderia resultar numa organização combativa e revolucionária da classe trabalhadora perante a hegemonia do capital financeiro. Sua capitulação completa perante o imperialismo se confirmou com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914 (MÉSZÁROS, 2016), em que os preceitos chauvinistas da burguesia conduziram uma parte expressiva do proletariado mundial ao caminho catastrófico do nacionalismo e da guerra imperialista.

O nacionalismo é uma expressão da substituição da estratégia ampla do socialismo pela prática pedestre da mudança gradual e da disputa de posição no interior da sociedade burguesa mediante a constituição de uma organização ossificada que tem como esteio o cretinismo parlamentar, a consciência sindical economicista e a estrutura partidária alienada. A Terceira Internacional, projetada nas conferências de Zimmerwald e Khiental (bolcheviques e espartaquistas), consolida-se no final da Primeira Guerra Mundial.

O combate ao caráter imperialista da guerra e ao processo revolucionário no elo mais fraco da corrente fortaleceu seu caráter internacionalista, mas a morte de Lenin e o denominado “socialismo num único país” converteram a Terceira Internacional numa mera corria de transmissão das políticas stalinistas. Os partidos políticos que emergiram desta organização reproduziram o cretinismo parlamentar

e a manipulação da classe operária operada pela Segunda Internacional. De forma que, quando aconteceu sua dissolução em 10 de junho de 1943, o ritual serviu tão só para assegurar a disposição de Stálin de sacrificar os propósitos revolucionários em qualquer parte do mundo aos interesses dos imperialismos soviético e norte-americano. Tal política ficou muito bem revelada com a partilha do mundo em duas áreas de influência ao término da Segunda Grande Guerra imperialista com a denominada Guerra Fria.

A Quarta Internacional também malogrou, a despeito dos méritos e propósitos de seu fundador (Leon Trotski) e seguidores. Não conseguiu em nenhum instante constituir-se como um movimento de massa combativo da classe trabalhadora. Acabou sempre na retaguarda das revoluções e dos movimentos revolucionários ocorridos depois da Segunda Guerra Mundial, prevalecendo as rupturas e fragmentações em seus agrupamentos mais radicais. Diferentemente do ciclo histórico em que foi forjada a Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, a expansão do capital está completamente consolidada. O capital na contemporaneidade não experimenta um ciclo de expansão e ascendência econômica como no passado. O tempo histórico do capital é marcado nos tempos hodiernos por crises sucessivas que se exprimem numa crise estrutural, sem que se concatenem ciclos de retomadas do desenvolvimento ou fases expansionistas de crescimento. As sobejas políticas neoliberais estabelecidas demonstraram claramente a natureza do Estado no contexto de crise estrutural do capital, em que as medidas adotadas de forma alguma conseguiram interceptar a crise orgânica que perpassa a hipertrofia do capital financeiro.

As quatro internacionais malograram na constituição de uma estratégia de superação do sistema do capital que apontasse para uma ofensiva de massa socialista, pois o capital configurava-se como um movimento de expansão acumulativa. No contexto atual, o capital adentrou numa fase de crise estrutural e não tem como deslocar suas crises para uma grande guerra mundial sem colocar em risco o destino da humanidade. Nesse contexto, coloca-se a necessidade duma Nova Internacional.

Para Mézáros (2016):

Neste contexto, a constituição e intervenção bem-sucedida da *Nova Internacional* não é apenas uma necessidade dolorosamente óbvia, mas também muito urgente, nos dias de hoje. Na verdade, a perspectiva positiva em relação a esta tarefa, é que, pela primeira vez na história, o movimento internacional combativo da classe trabalhadora – a única alternativa hegemônica viável ao capital – pode se realizar. É que alguns dos principais fatores sociopolíticos que, no passado, contribuíram de forma significativa para a força posicional da capital, forçando o trabalho a uma postura defensiva, foram bloqueados, em nosso tempo, barrando assim ao capital, na crise atual, a saída que anteriormente sempre lhe foi possível.

A necessidade da Nova Internacional se coloca na ordem do dia, já que se esgotaram todas as táticas e estratégias reformistas adotadas no passado para ludibriar e manipular a consciência da classe trabalhadora desencadeadas pela social-democracia e pelas organizações stalinistas. Foram bloqueadas as saídas reformistas e a possibilidade de o capital fazer concessões à sua aristocracia operária. Nesse processo, intensifica-se a contradição aberta entre capital e trabalho, de forma que se torna imperativa a necessidade da ofensiva de massa socialista, pois subsiste uma luta de vida e morte entre capital e trabalho. Nesse contexto, estão fadadas ao fracasso todas as tentativas de operar uma conciliação de classe como as orquestradas pelo PT e o lulismo no Brasil.

Escreve Mészáros (2016):

Por agora, devido à consumação irreversível da fase histórica ascendente do sistema do capital, sem mais terrenos remanescentes para invadir e dominar, em nosso planeta limitado, o imperativo autoexpansionista do sistema do capital ameaça diretamente de destrui-

ção o *substrato natural da própria existência humana*, numa vã tentativa de compensar a perda de novos domínios conquistáveis. Assim, as apostas históricas a ser decididas entre capital e trabalho tornaram-se agora – e assim permanecerão também no futuro – *tudo ou nada*, removendo assim por completo a já *limitada racionalidade* da *postura defensiva* do trabalho, até aqui muitas vezes inevitável.

A postura defensiva das organizações socialistas deve ser lançada no museu da história, pois somente assim será possível superar a escravidão fundamentada na exploração do trabalho assalariado. Para Mészáros, não se trata de constituir a “Quinta” ou a “Sexta Internacional”, reacendendo velhas querelas e reabrindo velhas feridas, mas torna-se imprescindível constituir outra Internacional, sob bases completamente novas:

Esclarece Mészáros (2016):

A Nova Internacional, empenhada na negação revolucionária da presente ordem destrutiva do capital e na constituição de um modo radicalmente diferente de intercâmbio social metabólico entre os seus membros. Por outras palavras, *A Nova Internacional*, por meio deste seu nome, indicaria que não só a defensividade, mas também que as infelizes recriminações divisórias do passado têm de ser remetidas para o passado.

É fundamental entender que se acham bloqueadas todas as formas anteriores de guerra de guerrilha contra o sistema do capital. Nesse processo, acha-se também superado o modelo de organização leninista, que tinha como vértice uma estruturação defensiva contra os ataques policiais do Estado policial czarista. Essa estrutura rígida de comando, centralizada e projetada para enfrentar a clandestinidade

num tempo de avanço das forças contrarrevolucionárias, em nada se combina com a proposta original de Marx, da necessidade de constituir uma “consciência de comunista em escala de massa” (Mészáros, 2006, p. 789). Para atender a esse desafio histórico da humanidade na atualidade, o partido de Lenin não se mostra como “a instituição estratégica por excelência” (2006, p. 789)¹. É preciso operar um movimento aproximativo com os propósitos originais acerca do processo revolucionário elencados por Marx, em que a revolução social tem um caráter positivo abrangente que jamais deveria ser “bloqueado na fase negativa de uma ação defensiva” (Mészáros, 2006, p. 791).

A constituição da Nova Internacional implica a superação das quatro internacionais existentes, pois inexistem alguma possibilidade de sucesso das formas de ações projetadas para um tempo histórico de defensiva do trabalho perante o capital. A Nova Internacional deve ser planejada para colocar em curso a ofensiva de massa socialista e superar completamente as idiosincrasias das instituições defensivas; para isso, deve adotar uma determinação positiva perante os desafios postos no presente, ou seja, deve constituir “uma estrutura organizativa internacional partilhada de forma positiva”.

Para Mészáros (2016):

Sem a adoção de uma perspectiva internacional socialista viável, o movimento operário, como alternativa hegemônica do capital, não poderá adquirir a sua tão necessária força. A este respeito, deve ser empreendida uma reconsideração da história das passadas internacionais que seja *positivamente virada para o futuro*. [...].

Em termos das necessárias prioridades estratégicas a ser

¹ Isso não implica desconsiderar completamente as contribuições de Lenin acerca da natureza de uma organização revolucionária, em que o programa do partido deve “indicar as tarefas imediatas, indicar as reivindicações urgentes que devem delimitar a esfera da atividade de agitação, tornar essa atividade unitária, ampliá-la e aprofundá-la, transformá-la de agitação parcial, fragmentada, em agitação por todo o conjunto das reivindicações social-democratas” (Lenin apud Gruppi, 1979).

alcançadas, uma articulação organizacional coesa e viável e o reforço do quadro positivamente orientado de ação internacional socialista ocupam hoje os lugares mais proeminentes.

A intensificação da violência dos ataques do capital contra o trabalho cresce em todo o mundo e não pode ser obstada pela mediação de estruturas e táticas políticas defensivas, especialmente aquelas que têm como eixo a luta parlamentar, a consciência sindical e a burocracia partidária (Mészáros, 2006, p. 793). É fundamental a constituição de instrumentos políticos adequados para transformar a potencialidade expressa na crise estrutural do sistema do capital em realidade, pois somente uma ofensiva socialista pode apresentar-se como efetiva alternativa para a humanidade superar a barbárie do sistema do capital.

É preciso entender que o conjunto de ataques dirigidos contra a classe trabalhadora se inscreve em escala internacional e somente pode ser transcendido em escala internacional. Torna-se imperativa a necessidade de novas estruturas socialistas para enfrentar o sistema do capital, estruturas que não estejam voltadas para atenuar o problema, mas para superá-lo completamente. Não há possibilidade alguma de interceptar a crescente violência do capital sem a ampliação da combatividade da classe trabalhadora em escala internacional. Para Mészáros, a atualidade histórica da ofensiva de massa socialista é o equivalente do “fim do sistema de melhorias relativas de acomodação consensual” (2006, p. 789).

As fraquezas defensivas das lutas localizadas e de caráter meramente nacional não podem nem sequer arranhar a superfície do sistema, e muito menos impor qualquer derrota ao sistema do capital. No entendimento de Mészáros, seria impossível a constituição da Nova Internacional nos marcos dos quadros da unidade doutrinária do passado que constituiu as quatro internacionais; ela precisa considerar as condições sociais e políticas específicas. Cumpre adotar as alavancas estratégicas necessárias para a correspondente implementação da ofensiva de massa socialista, e não das políticas defensivas.

A Nova Internacional deve ter como eixo orientador “o *amplo princípio geral e o objetivo emancipatório fundamental de uma transformação*

socialista da sociedade” (Mészáros 2016). A unidade na adoção do propósito estratégico da necessidade da transformação socialista da ordem do capital não implica a aceitação de uma determinada “prescrição doutrinária quanto aos modos particulares de instituir *as medidas práticas e os modos de ação* que levem à realização desse objetivo global adotado” (Mészáros, 2016).

A unidade doutrinária não se constitui como vértice fundamental da Nova Internacional como moldou as internacionais precedentes. O projeto estratégico deve estar fundamentado na necessidade da constituição do socialismo em escala mundial. A abertura à existência de múltiplas formas de estruturação das unidades particulares deve resultar numa operação cumulativa, contrapondo-se ao sectarismo e à fragmentação. A formação e o funcionamento da *Nova Internacional* comporão a estrutura organizacional fundamental para atender à demanda positiva de constituição da ofensiva de massa socialista em escala internacional (Mészáros, 2016).

Neste processo, os conselhos (sovietes) operários e camponeses devem assumir posições protagonistas na ofensiva de massa socialista; todos os meios de produção e todos os meios de subsistência devem ser socializados com seus produtores livres e associados. Nas teses de abril (2, 4, 5, 6 e 8), Lenin reconhece que os conselhos são a nova forma de configuração do poder político dos operários contra os mecanismos políticos de dominação do capital. Os conselhos operários incorporam as tarefas políticas de transição para o socialismo; o trabalho associado deve estar posto desde o primeiro instante, como parte constituinte da revolução política com alma social.

A Nova Internacional deve se colocar como mediação necessária para enfrentar o desafio do presente histórico da ofensiva de massa socialista em detrimento das políticas defensivas do passado, centradas nas práticas rastejantes do estatismo, do nacionalismo, da concorrência e da guerra. É preciso superar completamente as práticas do sistema do capital e suas intrigantes mediações de segunda ordem, sedentas de apropriar-se da subjetividade do proletariado e de sua capacidade de produzir trabalho excedente.

Para ganhar a batalha contra o capital são fundamentais os ajus-

tes estratégicos e as mudanças organizacionais dentro dos marcos de uma reorientação ideológica antípoda à postura defensiva e completamente articulada à necessidade da ofensiva de massa socialista. Uma internacional que lance por terra as alianças defensivas e as posturas assentadas na possibilidade de conciliação de classe e da reforma do sistema do capital.

Num tempo aberto de luta entre capital e trabalho, este precisa assumir a sua missão histórica e apresentar um futuro positivo para a humanidade, pois o capital esgotou completamente suas potencialidades construtivas e representa uma ameaça cabal ao destino da humanidade. Isso significa que o trabalho não deve se limitar à constituição de programas parciais ou nacionais, pois se trata de abolir a sociedade burguesa e o sistema do capital.

O capital é contradição em essência. Ele não desaparecerá por si mesmo sem que haja lutas revolucionárias e uma ofensiva de massa socialista. O capital pretende sair da crise intensificando os ataques aos trabalhadores e destruindo as próprias condições de vida da espécie humana no planeta. A catástrofe, a guerra, a destruição e a dissolução do trabalho, das forças produtivas e da natureza são as palavras de ordem do sistema do capital. Por isso a necessidade de os trabalhadores do mundo inteiro unirem-se para destruir o capital e apropriarem-se de todas as formas de organização da produção, distribuição e consumo em escala mundial.

A contraposição radical ao caráter absoluto e monolítico da estrutura do capital passa pela constituição de “uma articulação plena com os múltiplos projetos autônomos (‘autoadministrados’), e por isso, irrepreensivelmente pluralistas da *revolução social* em andamento” (Mészáros, 2006, p. 816). O sucesso do projeto socialista, afirma Mészáros (2006, p. 816), “é o pluralismo inerente a ele”. Mediante o pluralismo socialista é possível articular num todo coerente as demandas parciais com as estratégias gerais.

Os socialistas precisam explorar a incapacidade do capital para atender às demandas parciais que perpassam a cotidianidade das massas. Os limites do capital denotam a sua incapacidade de solucionar os problemas emergenciais dos distintos grupos sociais (saúde, educação, trabalho, emancipação da mulher, discriminação racial). As demandas sociais não podem ser tratadas num escopo parcial e fragmentado, mas devem ser

consideradas “como partes do complexo global que constantemente as reproduz como demandas não realizáveis e sistematicamente irrealizáveis” (Mészáros, 2006, p. 818). É preciso considerar que as particularidades históricas (nacionalidades) somente podem ser solucionadas no contexto de uma totalidade social abrangente que tenha como eixo a necessidade de avançar para além do capital.

A revolução socialista, enquanto processo sistemático de mudança substancial, é uma exigência imperativa para atender às demandas elementares das massas, pois o capital tão só intensifica e aguça os problemas existentes na cotidianidade, ampliando a violência contra o trabalho, decorrente de sua fome insaciável por trabalho excedente, riqueza excedente e capital excedente. A revolução socialista se coloca na ordem do dia porque as mudanças possíveis no âmbito parlamentar se constituem somente como “forragem” para iludir as massas. Num contexto em que é impossível reformar o capital, a palavra de ordem deve ser “todo poder ao trabalho associado”, mediante uma ofensiva de massa socialista.

Ao invés de constituir um centro decisório como pretendia a Terceira Internacional², a Nova Internacional deve ter como pressuposto a necessidade da pluralidade socialista. Isso não representa uma fragmentação das forças sociais, mas, segundo Mészáros, é o caminho possível da coesão dos produtores associados para enfrentar o capital. Ao invés da centralização e concentração que perpassam o capital (burocracia capitalista ou pós-capitalista), a pluralidade socialista pressupõe uma genuína autonomia dos produtores associados e uma genuína descentralização do poder político, em que os trabalhadores associados devem assumir o pleno exercício das atividades produtivas, distributivas e de consumo (Mészáros, 2006). A experiência dos conselhos operários demonstrou historicamente a capacidade dos trabalhadores de assumir o poder político e social sem centralização e comando unificado.

² Nesse aspecto, a Nova Internacional deve se distinguir da Terceira Internacional, que tinha uma estrutura severamente centralizada e disciplinada e que buscava se constituir como “centro dirigente do movimento operário internacional” (Claudín, 2013, p. 35), subordinando os “interesses parciais e locais do movimento a seus interesses gerais e permanentes, pela estreita aplicação de todas as decisões dos órgãos dirigentes da IC por todos os comunistas” (Claudín, 2013, p. 37).

O trabalho não carece de um centro de comando unificado como o capital, pois ele não se constitui como usurpador de força de trabalho e como expropriador do trabalho alheio, ou melhor, como expropriador de si mesmo. Inexiste alguma relação de assimetria entre capital e trabalho. A revolução se faz necessária para superar o sistema do capital e quebrar com o poder do capital sobre o trabalho. Não há nenhuma possibilidade de reconciliar o antagonismo existente entre capital e trabalho.

O socialismo representa a superação e a transcendência completa do capital pelo trabalho. Sem superar o capital, o trabalho persistirá sistemicamente enredado e prisioneiro do capital, pois este é um vampiro que precisa sugar o sangue dos trabalhadores. O centro de comando unificado somente tem sentido no interior de um sistema sociometabólico fundado na expropriação do tempo de trabalho operário e na acumulação privada da riqueza produzida socialmente. Ao contrário do trabalho, quem não possui alternativa é o capital, pois este não pode se autorrealizar sem a apropriação de mais-valia e a dependência estrutural da exploração do trabalho. Sem o trabalho, o capital não pode produzir valor e se autorrealizar.

A Nova Internacional é fundamental para organizar as energias revolucionárias do trabalho contra o capital e apresentar uma ofensiva; não se trata de uma ofensiva bélica ou militar, mas de uma ofensiva estratégica que tem como vetor a transformação radical das estruturas sociais existentes. O confronto capital e trabalho não é um confronto bélico, senão um confronto social cujo vértice é a emancipação do trabalho dos grilhões que o aprisionam mediante o processo de exploração de suas energias e forças criativas.

Anota Mészáros (2006, p. 845):

o antagonista do capital é compelido a contemplar a viabilidade de uma ofensiva estratégica que vise à transformação radical da ordem sociometabólica estabelecida. Será compelido a fazê-lo mais cedo ou mais tarde, mesmo que o processo de reavaliação da orientação estratégica do movimento socialista seja muito difícil, pois deverá considerar (e

aprender com) as experiências frustradas e as experiências e as expectativas negadas.

Não se trata dum determinismo social ou duma filosofia da história; trata-se de um estudo detalhado da anatomia e da essencialidade do sistema do capital, que não mais tem como apresentar uma alternativa para a humanidade. Como a humanidade nunca constitui problemas que ela não possa solucionar, a ofensiva socialista se coloca como possibilidade de uma superação do sistema do capital e da constituição de uma nova sociabilidade. Os limites absolutos do sistema do capital colocam a necessidade da ofensiva de massa socialista e a relevância de uma Nova Internacional. Essas tarefas são fundamentais para emancipar tanto a natureza quanto os seres humanos do caráter destrutivo do sistema do capital.

“Proletários de todos os países! Uni-vos!”

Referências

CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GRUPPI, Luciano. **O pensamento de Lenin**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LENIN. *As tarefas do proletariado na presente revolução* (As teses de Abril).

MARX, Karl – ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Trad. Álvaro Pino. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. Reflexões sobre a Nova Internacional. **Comuneiro**. Revista Digital, nº 23. Setembro de 2016. Disponível: http://ocomuneiro.com/nr23_09_IstvanMeszaros.html. Acesso em 15 de abril de 2017.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.

CONCLUSÃO

A educação que tem sua essência na posse das coisas e na competição desmedida dos homens entre si como seu *leitmotiv* torna a existência humana completamente desprovida de sentido. Isso culmina por forjar pessoas completamente infelizes e doentes, pessoas com transtornos psicológicos e portadores de inúmeras doenças mentais. A lógica da concorrência, da competição, da produtividade desmedida, do individualismo possessivo, da busca do sucesso a qualquer preço transforma os seres humanos em criaturas destituídas de sua própria humanidade. Esse processo de coisificação dos seres humanos foi muito bem salientado na literatura por Franz Kafka, quando assinou, em sua obra *A metamorfose*, a transformação dos seres humanos em bichos. A sociedade que tem uma educação forjada na luta de todos contra todos, nos sistemas de avaliação produtivistas, na rivalidade e no egoísmo transforma todas as relações entre os homens em relações inumanas e reificadas.

A educação dos tempos de hegemonia do trabalho abstrato sobre o trabalho concreto serve à lógica da dominação do homem sobre o homem e ao processo de mistificação do mundo, como se não restasse alternativa efetiva ao sistema instituído. Mesmo quando a educação possui uma perspectiva crítica, ela acaba enredada “por um amplo aparato disciplinar e burocrático, deixando pouco espaço para a flexibilidade e para a realização de experiências alternativas” (Orso, 2008, p. 51). E numa época, em que a escola pública é ubiquamente atacada pelos imperativos neoliberais, os espaços alternativos tornam-se cada vez mais episódicos. A despeito do poder colossal da ideologia neoliberal, em que a escola comparece como espécie de antecâmara

dos propósitos econômicos neoliberais e do sistema do capital, não se pode deixar de mencionar que subsiste uma proposta de educação e escola centrada numa universalidade efetiva que transcende tanto a perspectiva neoliberal quanto a perspectiva burguesa “republicana”.

Uma perspectiva efetivamente comprometida com a humanidade deve projetar a educação a partir da crítica consistente ao modo de organização da sociedade centrada no trabalho abstrato, uma vez que é o trabalho a base de todo o sistema sociometabólico do capital. A constituição de uma nova forma de educação somente será possível constituindo uma nova forma de organização do trabalho associado, livre e universal. A universalidade da educação passa pela universalização do trabalho, senão ela vai continuar sendo uma universalidade formal e abstrata como a educação instituída pela burguesia “republicana”.

Neste contexto, a constituição duma outra forma de pensar a educação implica na superação da organização da vida material dos homens e do trabalho que lhe dá sustentação. É preciso operar mudanças substanciais na sociedade para que a educação possa assumir outra configuração, do contrário não passará de “atividades educativas”. Escreve Tonet (2012, p. 38): “o conjunto da educação só poderá adquirir um caráter predominantemente emancipador na medida em que a matriz da sociedade emancipada – o trabalho associado – fizer pender a balança para o lado da efetiva superação da sociabilidade do capital”.

A transcendência do caráter de mercadoria que perpassa a educação pressupõe a superação da forma de trabalho que lhe dá sustentação. Somente pela mediação do fim do trabalho abstrato se poderá lançar abaixo a forma mercadoria, dinheiro e capital. É fundamental salientar que todas essas categorias estão fundamentadas no trabalho abstrato. Uma alternativa de educação ao capital que desconsidere a forma como os homens organizam sua existência material não passa de uma abstração. Desse modo, falar em “educação libertadora”, “educação humanista”, “educação integral”, “educação republicana” sem considerar a necessidade de subversão radical das estruturas socioeconômicas que sustentam o sistema instituído, não passa de uma abstração idealista. É somente pela constituição de relações de produção controladas e dirigidas pelos produtores associados na perspectiva de atender às demandas humanas e

não às demandas da reprodução do capital, em que o lucro é tudo e o homem é nada, que se poderá superar a lógica da produção de mercadorias e da produção do valor (de troca). Segundo Tonet (2012), a tarefa de superação do trabalho abstrato pertence ao trabalho associado, porque “somente ele permite superar todas as formas estranhadas de relações entre os homens geradas pelo capital ou por ele apropriadas e subsumidas”.

Uma sociedade emancipada do capital implica a construção de relações em que os produtores associados controlem a produção, a distribuição e o consumo da riqueza produzida; em que o excedente produzido pelos produtores seja aplicado no desenvolvimento das efetivas potencialidades humanas e não para atender aos interesses de uma determinada classe social.

Uma sociedade emancipada do capital passa pela superação do trabalho abstrato e alienado, no qual o tempo de trabalho é tudo e o ser humano é nada. Nesse contexto, coloca-se na ordem do dia uma educação para além do capital. Para isso, a universalização da educação deve transcender significativamente a universalização abstrata da educação nos marcos do capital (Mészáros, 2008), pois não basta simplesmente fornecer escola para todos ou educação para todos, quando esta educação visa tão só preparar a mão de obra para atender às demandas do mercado. A universalização da educação somente será efetiva quando articulada a universalização do trabalho, em que o tempo disponível da sociedade se constitui como elemento decisivo de definição da riqueza da sociedade e não mais o tempo de trabalho necessário.

A constituição de políticas educativas que tenham como propósito a universalização da educação nos termos da reprodução do capital não implica nenhuma mudança substancial da estrutura da sociedade existente; o capital continua subordinando o trabalho aos seus propósitos. É preciso pensar a universalização da educação numa perspectiva centrada na universalização do trabalho e no controle do trabalho associado de todo o processo de produção, em que o imperativo do lucro e da dominação do trabalho seja completamente superado.

A educação na perspectiva da emancipação humana pressu-

põe o controle do trabalho da produção, circulação e consumo. Sem as mudanças das estruturas de organização da existência material da sociedade, não será possível mudar a natureza essencial da educação norteadora das sociedades de classe. Uma educação para além do capital requer o colapso completo do tempo de trabalho necessário como medida do valor, do trabalho abstrato como quintessência da sociedade, em que o valor de troca persiste. Somente numa sociedade regida pelos preceitos do trabalho como necessidade eterna dos homens é possível uma sociedade emancipada do capital.

Desse modo, longe de conceber a ascensão das contrarreformas e a retirada dos direitos dos trabalhadores e da juventude trabalhadora negra da periferia como o fim da história e a vitória suprema do capital sobre a humanidade, a concepção marxiana entende que a história está em aberto e que é possível subverter o estado de coisas existente pela mediação da constituição de uma nova internacional socialista forjada pelos representantes do trabalho livre e associado.

Referências

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

ORSO, Paulino José. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. In. ORSO, Paulino José (Org.). **Educação e lutas de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.